Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós Graduação em Geografia Humana

Mateus Cotta Ribeiro

A reprodução crítica do espaço na porção meridional da Serra do Espinhaço de Minas Gerais: modernização do espaço e crise da sociedade do trabalho

Versão Corrigida

São Paulo
2015

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós Graduação em Geografia Humana

Mateus Cotta Ribeiro

A reprodução crítica do espaço na porção meridional da Serra do Espinhaço de Minas Gerais: modernização do espaço e crise da sociedade do trabalho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (DG-FFLCH-USP), como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Geografia Humana.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

São Paulo
2015

Agradecimentos

Agradeço a meus pais, que me deram todas as possibilidades para que eu realizasse este estudo e aos meus irmãos e irmã que me socorreram sempre que precisei, nas correrias e imprevistos deste período. Agradeço ao meu orientador Anselmo Alfredo, pela orientação atenta, conversas ótimas e críticas importantíssimas, que me permitiram avançar nas análises teóricas propostas. Agradeço aos colegas do grupo de estudos d'O Capital, pelas leituras, estudos, conversas e críticas que tivemos, sobretudo, Rinaldo, Fábio, Lucas, Fernando, Fernão, Renato e Ana Sylvia. Agradeço também, às pessoas com quem convivi tão intensamente na Serra do Espinhaço, e que me forneceram informações tão relevantes; agradeço a todos, através das seguintes pessoas Zinho (in memoriam), Sr. Luiz, Crido, Zé Maria, Dair, Dácio, Dona Hilda, D. Maria Tuquinha, D. Maria, Sr. Jõao, Sr. João Belizário, Wilmar, Wandeir, Dona Lourdes, Gilson, Adir, Donizete, Ronaldo, Sr. Herte, Adão, os dois Geraldos da baixada do córrego Santo Antônio, Fubá, Regina, Fábio e o lendário Labatu Véio de Guerra. Agradeço ao amigo e colega André Costa Gonçalves que produziu o mapa para esta pesquisa. Agradeço ainda à CAPES que me beneficiou com uma bolsa de estudos para que eu pudesse realizar este estudo.

Resumo

Este estudo é sobre as transformações vividas pelos indivíduos na porção meridional da Serra do Espinhaço do estado de Minas Gerais, Brasil. Estas transformações se manifestam aparentemente como uma expansão da indústria do turismo. Porém, na realidade elas são expressão das determinações impostas ali pela crise da sociedade do trabalho.

Abstract

This study deals with the social changes experienced by people from the southern area of Serra do Espinhaço, Minas Gerais, Brazil. These changes are related to the increase of the tourism industry however they are determined by crise o work society reproduction.

Palavras Chave: Capital, mercadoria, valor, espaço e crise.

Sumário

Páginas

Apresentação.....7

Introdução 12

1- Teoria e Método: A crise de valorização do valor.....12
2- A produção do espaço e a crise da sociedade do trabalho.....39
3- As transformações Sociais na porção meridional da Serra do Espinhaço: uma aproximação ao tema.....49
4- Trabalhos de Campo.....72

Capítulo 1- A porção meridional da Serra do Espinhaço como um todo.....76

Capítulo 2- O povoado Lapinha da Serra.....87

Capítulo 3- O povoado Milho Verde.....110

Capítulo 4- Ações e Políticas Públicas Para a Porção Meridional da Serra do Espinhaço 136

Conclusão.....152

Referências Bibliográficas.....154

Índice de imagens

Foto 1: Vale do Travessão 53
Foto 2: Pico do Itambé 54
Foto 3: Campos Rupestres 55
Foto 4: Cachoeira do Tabuleiro 68
Foto 5: Cabeceira do Rio Jequitinhonha 83
Foto 6: Casas Antigas em Milho Verde 125
Foto 7: Casa de Veraneio em Milho Verde 127
Foto 8: Pousada à Venda em Milho Verde 134

Apresentação

A reflexão relativa às transformações sociais ao longo da Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, já nos acompanha há algum tempo e está cada vez mais presente no foco das nossas análises, no âmbito de nossa formação acadêmica em Geografia. Independentemente do campo disciplinar pelo qual enveredamos esta preocupação já nos havia sido posta há algum tempo, tendo em vista que nós acompanhamos suas transformações em pleno e acelerado processo desde os nossos primeiros contatos com a Serra do Cipó (distrito do município de Santana do Riacho), por volta de 1990, até os dias de hoje. O contato com a Geografia e suas ciências afins nos deu suporte teórico para que fossemos capazes de propor possíveis interpretações relativas às mudanças sociais que estão acontecendo ao longo da Serra do Espinhaço, hoje. Narraremos aqui, brevemente, o percurso acadêmico que seguimos em torno da investigação deste tema para que o leitor compreenda como o nosso pensamento também se transformou ao longo destes anos de estudos.

Inicialmente, nos anos 2002 e 2003, houve um esforço pessoal e individual de minha parte em tentar fundamentar-me, sem orientação de nenhum professor, apenas dialogando com as bibliografias que iam se descortinando ao longo da graduação em Geografia, ainda de forma muito incipiente e extremamente desorientado dos pontos de vista teórico e de método. Foi um período importante, pois permitiu uma aproximação com determinados autores que, se não resolviam, pelo menos, abriam cada vez mais o leque de possibilidades de interpretações em que eu poderia me aventurar.

Em 2004-2005, sob a orientação da Professora Dra. Rogata Soares Del Gaudio (IGC-UFMG), desenvolvemos um estudo sobre a “Estrada Real” e o projeto “Estrada

Real"[1] da *Fiemg* e do Governo do Estado de Minas Gerais. Tal projeto engloba, em grande parte, a porção da Serra do Espinhaço que elegemos como objeto de estudos para aprofundar nossas investigações. Tal estudo fundamentou-se, sobretudo, no confronto entre o discurso veiculado pelo jornal *Estado de Minas* (o jornal de maior tiragem do estado de Minas Gerais) com as descrições de dois viajantes empenhados em descrever o sertão do Brasil no primeiro quartel do século XIX, são eles: August de Saint-Hilaire e Wilhelm Ludwing Von Eschewege. Naquela ocasião, foi possível detectarmos algumas contradições em relação às propostas das políticas públicas e iniciativas privadas para o desenvolvimento do turismo nos municípios da área que se convencionou chamar de "Estrada Real". Talvez, a principal delas foi de que entre os cento e sessenta e poucos municípios que compõem a Estrada Real, apenas quatro ou cinco se destacam com frequência nos textos do jornal estudado e nas falas dos representantes do poder público e dos responsáveis pelo instituído Instituto Estrada Real. São eles Ouro Preto, Diamantina, São João Del Rei, Tiradentes e Mariana. O que implica que apenas estes quatro ou cinco municípios recebem grande parte dos investimentos destinados ao programa de fomento da atividade turística. Deste modo, o projeto de desenvolvimento para os outros municípios parece como não induzido pelas políticas públicas. Ainda hoje é possível ver a população dos pequenos povoados dizendo que "a Estrada Real vai chegar", sendo que o projeto já existe desde 1999 e foi impulsionado a partir de 2003, quando o governador Aécio Neves assumiu seu primeiro mandato. Também ficou nítida como a má impressão que os padrões de vida das pessoas que viviam ao longo deste trecho causaram nos viajantes estudados e como este passado foi romantizado pelo discurso do jornal *Estado de Minas* como algo idílico, o

[1] Este projeto fez parte de um projeto multidisciplinar que envolvia as disciplinas Filosofia, Pedagogia, História e Geografia, sob a orientação da professora Dra. Virgínia Trindade Valadares. Este projeto foi financiado pela *Fapemig* e deveria compor, na forma de um capítulo, um livro sobre a Estrada Real que seria publicado sob os cuidados desta instituição. O curioso é que este texto nunca foi publicado embora a *Fapemig* tenha financiado o projeto e sido rigorosíssima com os prazos e as prestações de contas. Talvez, o fato do texto não ter um tom apologético em relação ao projeto analisado, e sim um tom crítico em relação ao mesmo, nos dê uma pista do que tenha ocorrido.

“paraíso perdido”, a ser reencontrado pelo cidadão urbano do início do século XXI. O que era um trecho de tráfego de mercadorias, entre as minas e os portos do Rio de Janeiro e de Paraty torna-se, o próprio destino e não mais o caminho.

O ano de 2006 marcou uma virada do percurso teórico que vínhamos trilhando até então. Apesar de colocarmo-nos como herdeiros e propagadores de uma Geografia Crítica, pouco havíamos estudado de uma das maiores contribuições ao pensamento crítico ocidental, senão a maior, que é o pensamento de Karl Marx. De certa forma aceitávamos sem grandes problemas determinadas interpretações da Geografia dita Crítica, pois carecíamos de uma “bagagem” teórica com a qual ainda não tínhamos estabelecido contato. Muitos de nós, graduandos em Geografia do IGC/UFMG, do início do século XXI, éramos marxistas e a maioria desconhecia a obra de Marx, a não ser o *Manifesto do Partido Comunista* e um ou outro texto avulso deste autor. Fato esse que fragilizava a interpretação teórica que fazíamos dos autores que se dizem marxistas, pois faltava-nos alguns elementos para melhor contextualizar e poder contestar suas interpretações.

O que marcou a citada inversão teórica foi a entrada do professor Dr. Anselmo Alfredo para a cadeira de Geografia Agrária do departamento de Geografia do IGC/UFMG. Logo em nossos primeiros contatos iniciamos um grupo de estudos do “*O Capital*” orientado por este professor no instituto em questão. A leitura dos autores e obras clássicos mostrou-se mais pertinente e nós passamos a nos dedicar mais a estas obras. Também neste mesmo período (2006-2007) iniciamos um projeto de iniciação científica que se desdobrou em minha monografia de conclusão de curso orientado também pelo professor Dr. Anselmo e, posteriormente, pelo professor Dr. Claudinei Lourenço, a respeito das transformações sócio-espaciais em um povoado rural, localizado na Serra do Espinhaço, chamado Lapinha da Serra, que vivia certo *boom*

turístico que, no nosso entender, deveria ser melhor compreendido sob a ótica da Geografia, de forma crítica. Este estudo foi concluído em conjunto com nossa graduação em Geografia, no ano de 2007. O texto apresentado como monografia de conclusão de curso, sob o título "*A Produção do Espaço na Lapinha da Serra (MG)*" fora orientado pelo prof. Dr. Claudinei Lourenço e avaliado pela banca composta pelos prof. Drs. Sérgio Martins e Rogata Soares Del Gaudio. Neste texto apresentamos uma interpretação das transformações ocorridas na Lapinha a partir das categorias desenvolvidas por Marx no livro primeiro de "*O Capital*", e do que Henri Lefebvre chamou de "*A Produção do Espaço*". Buscamos compreender como a vida social das pessoas da Lapinha mudou a partir do início e da intensificação da atividade turística neste povoado; assim como os conflitos criados a partir da monetarização das relações sociais e de trabalho, anteriormente marcadas pela troca de dias de trabalho e pela produção agrícola em terras próprias e/ou arrendadas. Com esta monetarização das relações passa-se a ter um predomínio de relações de trabalho assalariadas e um aumento do desemprego. Além disto, as terras utilizadas para a produção agrícola foram, em grande parte, vendidas para as pessoas de fora que construíram casas de veraneio. Esta situação criou novos conflitos que foram investigados e descritos no estudo em questão.

A partir de 2008 iniciamos, ao ingressarmos no programa de Pós Graduação em Geografia Humana do DG/FFLCH/USP, uma nova pesquisa ao longo da Serra do Espinhaço em Minas Gerais a respeito das transformações advindas da "*indústria*" do turismo, novamente sob a orientação do professor Dr. Anselmo Alfredo. É este o estudo que apresentamos aqui. Iniciaremos apresentando os pressupostos teóricos adotados e, ao longo dos capítulos 1, 2 e 3, apresentaremos as transformações sociais determinadas pela crise de reprodução do capital na porção meridional da Serra do Espinhaço como

um todo, no povoado Lapinha da Serra e no povoado de Milho Verde. Em setembro de 2011 sofremos um acidente doméstico que nos impediu de terminar esta dissertação em tempo hábil. Faltando menos de um mês para finalizar o prazo de entrega da mesma junto à Pós-Graduação da FFLCH-USP, a casa onde vivamos em São Paulo pegou fogo. Desta maneira, a redação da dissertação ficou comprometida. Solicitamos, então, um prazo de 30 dias junto à Pós-Graduação da FFLCH para que pudéssemos colocar novamente a vida material em ordem, finalizar e entregar o texto. A princípio, todos se mostraram solícitos e compreensivos em relação ao meu pedido em virtude da gravidade do acidente. Passados aqueles trinta dias excedentes do prazo inicial, entregamos a dissertação. Porém, a Pró-reitoria de Pós Graduação da USP indeferiu o meu pedido de prorrogação excepcional do referido prazo, alegando "*não se enquadrar no caso regimental"*. Desta maneira fui compulsoriamente desligado do programa de Pós graduação da FFLCH-USP não podendo defender a dissertação de mestrado que eu havia entregue. Após meses de entradas de recursos junto à Pró-reitoria – que foram todos indeferidos – fizemos uma nova seleção de mestrado no ano de 2012 e começamos o curso novamente, desde o início, cumprindo mais uma vez os créditos obrigatórios para a defesa.

Introdução

1- Teoria e Método: a crise da valorização do valor

O texto que apresentamos aqui trata da modernização crítica na Serra do Espinhaço, Minas Gerais, impulsionada aparentemente pela chamada "*indústria do turismo*". Inicialmente apresentaremos aqui os pressupostos lógicos que adotamos como fundamento teórico que possibilite que interpretemos o processo de modernização ao longo da porção meridional da Serra do Espinhaço, no estado de Minas Gerais. Sendo assim, primeiramente apresentaremos as categorias que fundamentam a forma de sociabilidade determinada pelo modo capitalista de produção que se impõe à sociedade no período em que vivemos e estamos estudando. Para isto nos apoiaremos, sobretudo, na obra de Karl Marx.

Em sua obra *Para a Crítica da Economia Política* de 1859, Karl Marx apresenta sua proposta de interpretação e de análise das sociedades humanas fundamentada nos princípios de como os homens se "organizam" para garantir a sobrevivência das pessoas. Segundo o autor, para se compreender qualquer sociedade humana deve-se partir do modo como se dá a produção social entre as pessoas de forma que elas continuem vivas e produzindo geração após geração. Em um trecho bastante conhecido e citado por diversos outros autores, Marx afirma que, para realizar a própria vida, os homens devem assumir determinadas relações de produção que são postas socialmente, alheias aos mesmos e estruturadas de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas socialmente dadas. Os indivíduos quando vêm ao mundo, não vivem a vida que querem, sem referências, imposições, castrações e determinações por parte daqueles que os precederam e que com eles conviverão em um contexto social. Ao contrário, o fato de os indivíduos nascerem e viverem em um contexto socialmente determinado faz

com que tenham suas possibilidades de autoproduções e reproduções restritas às condições do mesmo. Eles são alheios às regras econômicas pré-estabelecidas e não podem agir livremente de modo a garantir suas próprias sobrevivências da maneira como quiserem; são obrigados a viver conforme as regras, estabelecidas acima e independentemente deles, postas pelas relações sociais de produção. Tais relações compõem a "estrutura econômica da sociedade" (MARX; 1991b, p. 29) sobre a qual erigir-se-á uma "superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência" (MARX; 1991b, p. 30). A vida social dos homens, espiritual e política, é expressão do modo como a sociedade produz a sua vida material, de como se estrutura sua economia. Assim, a própria consciência dos indivíduos e da sociedade em que vivem torna-se condicionada pelo modo como eles se organizam produtivamente para garantir sua sobrevivência a partir da produção material.

A partir destas ideias, podemos inferir que todo pensamento humano se constrói socialmente, que o mundo que o homem quer explicar é o que o homem pode explicar do mundo; que o indivíduo, social, é o indivíduo do seu tempo e do seu espaço específicos, assim como das possibilidades limitadas que isso implica. De acordo com Hegel, o "que todas as gerações produziram como ciência, como patrimônio espiritual, constitui uma herança acumulada pelo trabalho de todos os homens que nos precederam, (...)" (1961; p. 39). Nós completamos, ressoando as ideias de Marx, afirmando que tudo isto está condicionado pela forma como se estrutura a economia da sociedade em questão; o que torna o conhecimento da produção material social fundamental para que compreendamos qualquer sociedade. Algo semelhante ocorre com o conhecimento científico e com a sua capacidade de impor e derrubar as verdades socialmente aceitas. No período moderno, existem certas determinações econômicas que se impõem socialmente como *a razão de ser* – que devem orientar todo o

conhecimento e ação humana – quando na verdade se fundamentam em uma lógica irracional de reprodução da estrutura econômica vigente, e se estabelecem como regras, leis e ações, que no fundo reproduzem (ou contribuem para a reprodução das) as ideias voltadas para a continuidade da dominação econômica exercida socialmente pelo capital. É exatamente isto que acontece com a sociedade capitalista moderna em que vivemos. Somos indivíduos dos fins do séc. XX e início do séc. XXI e é com a cabeça deste tempo com que pensamos. Portanto não há como pensarmos senão como homens modernos que somos, do período e do lugar em que vivemos, a partir da experiência que temos diária e socialmente. No entanto, não devemos aceitar estas verdades socialmente impostas acriticamente. Pelo contrário, consideramos que, para produzirmos um conhecimento autêntico a respeito da sociedade em que vivemos e do homem moderno, devemos contestar as interpretações impostas como verdade por um pensamento fetichista do moderno e buscar demonstrar as incoerências e contradições das mesmas. Desta forma, o conhecimento produzido pode ser capaz de fazer uma crítica à sociabilidade moderna, pondo a nu suas contradições e refutando logicamente suas ideologias. É o que pretendemos realizar aqui.

Assumimos, então, que todo o conhecimento se insere de alguma forma no contexto social em que é expresso; no nosso caso, vivemos no mundo do capital e é este o mundo que iremos interpretar nesta pesquisa. Buscaremos compreender como a lógica global de acumulação do capital rege as transformações sociais ocorridas na porção meridional da Serra do Espinhaço mineira que será apresentada e discutida no tópico 3 desta introdução. Para tal é preciso que explicitemos claramente como o capital se produz e reproduz e como isto se dá de forma crítica, atualmente.

Nosso embasamento teórico fundamenta-se, sobretudo, a partir da teoria elaborada no século XIX por Karl Marx a respeito da crítica da economia política e do

mundo moderno do capital. É a partir do estudo das principais obras deste autor e de seu colaborador mais próximo, Friedrich Engels, que pretendemos mergulhar em nosso objeto. Porém, uma análise da reprodução crítica do capital na Serra do Espinhaço mineira não pode se prender unicamente às teorias de autores que tinham por objeto de estudos a Inglaterra que era o centro do capitalismo mundial do século XIX. No entanto, ali estão os fundamentos teóricos que melhor expressaram a lógica irracional de reprodução do capital e do capitalismo, o que justifica a atenção que damos a estas obras. Nossa intenção aqui é cotejar as propostas teóricas destes autores com as dos que os procederam e se dedicaram a estudar o processo de modernização tanto nos países centrais do capitalismo como também nos países periféricos (como o Brasil), e, a partir do diálogo com estes autores, buscar compreender as especificidades e generalidades do trecho da Serra do Espinhaço que estamos estudando.

Declarar-se um pesquisador que se utiliza das ideias de Karl Marx para explicar as contradições sociais em que vivemos, ainda hoje, é um processo complexo dentro das Ciências Humanas e dentro da Geografia. Várias são as propostas que se baseiam em Marx e defendem ideias e ideais os mais díspares. Sendo assim, consideramos que é necessário expormos sucintamente aqui como compreendemos que a teoria desenvolvida por Marx pode ser apropriada, de modo que nos dê suporte para interpretarmos o processo de modernização na Serra do Espinhaço.

Não fazemos uma leitura deste autor exacerbando a questão da luta de classes e deixando de lado sua elaboração teórica e filosófica. Nossa interpretação, de certo modo, se aproxima mais de uma recusa a muitos “marxismos” que se apresentam como os verdadeiros herdeiros de Marx e que muitas vezes o que fazem é reproduzir a lógica do capitalismo sob o pretexto de que defendem os interesses dos trabalhadores. Defendem a luta de classes entre proletários e burgueses como o único e necessário

caminho para a dita *paz mundial*, para a superação final das contradições do sistema capitalista de produção. Uma síntese de tais ideias pode ser encontrada no documento, elaborado durante os anos de 1963 e 1964, publicado no Brasil sob o título "*A Carta Chinesa*"[2]. Esta linha de pensamento, sem refletir sobre os fundamentos lógicos do capital e do modo capitalista de produção, se prende de uma forma desfundamentada à questão da luta de classes como o fator fundador da nova sociedade; como se houvesse de fato uma série de "leis gerais da história mundial" que determinasse que necessariamente tem que ocorrer uma revolução socialista mundial. Estas pretensas leis são para tais indivíduos como os deuses são para os religiosos; elas têm sempre a esperança que serão salvas do mundo em que vivem e que a vida após a morte será melhor. A partir da contradição concreta entre capitalistas e proletários, procura-se reduzir as contradições do modo de produção capitalista unicamente às *leis gerais* que pregam que a superação do capitalismo se dará através da luta de classes, pela derrocada da classe capitalista pela classe dos operários; essa é a concepção deste marxismo. Esta linha de argumentos torna-se cada vez mais difícil de ser sustentada, sobretudo em tempos de crise do trabalho e de não trabalho. É certo que o próprio Marx vislumbrava a possibilidade de uma transformação da sociedade capitalista a partir da luta de classes entre proletários e burgueses; em outros conhecidos trechos de sua obra ele afirma claramente que

> *a classe trabalhadora substituirá, no decorrer do seu desenvolvimento, a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e o seu antagonismo, e já não haverá poder político propriamente dito, pois que o poder político é precisamente o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil* (MARX; 2001, p. 152). E que, *a*

[2] Trata-se de um documento elaborado pelo Comitê Central do Partido Comunista da China (CC do PCCh), em resposta às acusações feitas pelo Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética (CC do PCUS), no início da década de 1960, a respeito da política internacional que deveriam seguir os países do bloco socialista à qual o CC do PCCh criticara por ser de caráter revisionista e anti-revolucionário.

> *burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.* (MARX & ENGELS; 1961a, p.31)

Porém, no nosso entender essa não é a questão fundamental para Marx. Fazer destas previsões do autor a sua única ideia que deve ser colocada em prática a todo e qualquer custo, como uma pedra fundamental que justifica e legitima os meios utilizados para executar tal empreitada, é um reducionismo extremado. Ao fazer isso nega-se toda a elaboração teórica e filosófica de Marx em torno da lógica irracional e contraditória de produção e reprodução do capital e de sua crise imanente. Além do quê, o socialismo real, levado a cabo pelas revoluções russa e chinesa, em nenhum momento conseguiu eliminar as classes sociais, quanto menos o poder político destas; os negócios só mudaram de mãos.

Um dos maiores expoentes desta linha de pensamento, Vladimir Ilitch Lênin, aponta como fundamento do socialismo, aquilo que será capaz de garantir a superação do capitalismo, o próprio fundamento do capital, que é a produção de valor a partir da exploração do trabalho humano abstrato. O autor afirmara que "a tarefa de implantar o trabalho obrigatório transforma-se na tarefa de estabelecer a disciplina do trabalho e a autodisciplina" (LÊNIN, 1988, p. 123). Este marxismo socialista se aferra justamente no princípio da produção de valor a partir do trabalho humano abstrato. O próprio Marx, em 1847, vinte anos antes da publicação do Livro Primeiro de *O Capital*, já vislumbrava esta impossibilidade de superação da sociedade capitalista tendo por fundamento o trabalho humano abstrato. Na ocasião, Marx censurava Proudhon nos seguintes termos:

> *o valor relativo, medido pelo tempo de trabalho, constitui, fatalmente, a fórmula da escravidão moderna do operário, em vez de ser, como o pretende o sr. Proudhon, a "teoria revolucionária" da emancipação do proletariado* (MARX; 2001, p. 47).

Mesmo antes de terminar sua elaboração em torno do "trabalho humano abstrato", "socialmente necessário" de *O Capital*, Marx já vislumbrava que a superação da sociedade capitalista não poderia se estruturar em torno da exploração do trabalho humano abstrato. Fato este que fugiu à interpretação do que chamamos de marxismo operário, movimentos sociais organizados, institucionalizados ou não, que se auto intitulam marxistas, leninistas, stalinistas, comunistas, socialistas, trotskystas, e outros *istas* correlatos; que se consideram na condição de vanguard*istas* que têm por missão histórica guiar a massa da população pelo *caminho correto* da superação do modo de produção capitalista e pela passagem da humanidade para uma nova forma de organização econômica e um novo e *melhor* estágio civilizatório.

Fica esclarecido aqui então que a nossa perspectiva teórica não segue a *cartilha* de um marxismo que se diz vanguardista da revolução social, que sabe o que é bom e o que é ruim para a grande massa do povo, que tem a missão histórica de libertar a grande massa de trabalhadores alienados. Tampouco seguimos a linha de interpretação da obra de Marx defendida como *revisionismo*, tendo como seus maiores formuladores e executores autores como E. Bernstein e K. Kautsky, ainda nos primeiros anos do século XX. Para Rosa Luxemburgo (2003), o problema maior da proposta e da prática política desta corrente consiste em fazer das reformas sociais a razão de ser da luta política do proletariado, e não a revolução socialista como queriam os integrantes do primeiro grupo. Ao agirem assim, inconscientemente ou não, os dirigentes políticos revisionistas acabam por defender e garantir que certos empecilhos ao bom funcionamento do capital não atrapalhem o regime de acumulação dentro de seus países. Na nossa concepção, ainda há outro problema no revisionismo, que é o fato de se apegar às políticas públicas de um Estado burguês acreditando ser possível transformá-lo democraticamente através

do sufrágio universal e da eleição de *representantes do povo* para legislar e governar a população. Não cremos que as reformas políticas e as políticas públicas sejam capazes de mudar estruturalmente a sociedade capitalista, uma vez que elas são a expressão de um modo específico pelo qual a sociedade se estrutura economicamente. Deste modo, geralmente elas são ajustes apresentados e aplicados visando o melhor funcionamento dos meios de acumulação do capital, tentando evitar e contornar as crises em que esse se desenvolve, como veremos em nossa análise, no capítulo 4.

Deste modo, consideramos necessário buscar na leitura do próprio Marx o que ele propôs como interpretação do mundo moderno e da lógica do capital para delinearmos nossa análise. Consideramos ser a melhor forma de evitarmos aceitar acriticamente as interpretações dos autores que se utilizam de algumas ideias de Marx, mas que realizam suas pesquisas cada qual ao seu modo e muitas vezes deturpando a ideia original do autor. Marx escreveu muita coisa sobre muitos assuntos em diferentes períodos de sua formação intelectual; sua obra é extensa, e permite várias interpretações. Consideramos ser *O Capital* a sua obra principal, mesmo tendo sido terminada por seu colaborador mais próximo, Friedrich Engels, que reuniu os escritos de Marx e organizou o material para a impressão dos livros 2 e 3. Os três volumes do capital se complementam em uma análise profunda da lógica irracional de produção e reprodução do capital e até hoje, no nosso entender, constitui a principal obra que trata deste tema. Ainda hoje, os economistas políticos não puderam superar o que Marx desenvolveu a respeito da teoria do valor e do processo global da produção capitalista.

Não pretendemos fazer aqui uma análise de forma linear da estrutura d'*O Capital*, de como o autor organizara-o, como o redigira. Porém julgamos necessário demonstrar como interpretamos, no percurso teórico percorrido por Marx no Capital, as categorias do capital desenvolvidas pelo autor para explicitar nossa leitura e nosso

trajeto teórico. Desta forma, ficarão claras também nossas divergências teóricas em relação às outras interpretações marxistas mencionadas. Demonstraremos como a teoria desenvolvida por Marx nos ajudou a pensar o mundo moderno e a sociabilidade do homem moderno regidos pela lógica irracional de produção e reprodução do capital. Para tal, faremos uma exposição sintética a respeito da obra de Marx, na medida em que esta for indispensável para a fundamentação de nossa pesquisa. Faremos uma leitura do Mundo Moderno de hoje a partir da perspectiva de sua crise. Para isto, é necessário que explicitemos aqui como se desenvolvem algumas categorias do capital para que cheguemos logicamente à crise em que vivemos hoje.

No posfácio da segunda edição d'*O Capital*, assim como na introdução do texto *Para a Crítica da Economia Política*, Marx tece algumas considerações a respeito do método dialético utilizado por ele. O autor se coloca como discípulo de Hegel, a quem chamou de "grande pensador"; porém o método dialético de Marx é inverso ao hegeliano. "*Para Hegel, o processo do pensamento, - que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia, - é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa."* (MARX, 1994 p.16). Já para Marx, o ideal é o material interpretado pela cabeça do homem, e não o contrário como para Hegel onde a ideia precede o material. O método dialético de Marx, segundo ele próprio, causa

> *escândalo e horror à burguesia e aos porta-vozes de sua doutrina, porque na sua concepção do existente, afirmando-o, encerra, ao mesmo tempo, o reconhecimento da negação e da necessária destruição dele; porque apreende, de acordo com seu caráter transitório, as formas em que se configura o devir; porque, enfim, por nada se deixa impor, e é , na sua essência, crítica e revolucionária.* (MARX, 1994, p. 16).

Esta é a essência do método que adotamos em nossos estudos; buscar compreender as coisas a partir de suas transitoriedades, de suas constantes transformações, de seus constantes movimentos, a partir da interação dialética daquilo que se afirma e de sua

negação simultânea. Para Hegel, a filosofia moderna, deveria "ter um caráter afirmativo e um caráter negativo" (Hegel; 1961. P. 81-82) só depois de havermos tomado ambos os lados em consideração é que se pode realizar tal filosofia. Porém, para Marx, a realização da contradição posta no conceito é a sua própria destituição e sua destruição crítica; será partindo destes princípios que pretendemos desvendar o processo crítico de modernização na porção meridional da Serra do Espinhaço.

Para se compreender o mundo moderno em sua complexidade é necessário que comecemos por suas formas mais sintéticas, que permitam uma apreensão entre o singular e o universal, para depois apresentarmos seus termos de forma mais analítica. Em seu diálogo com a Economia Política, Marx apresenta a mercadoria como a "*forma elementar*" (MARX, 1994, p.41) da riqueza socialmente produzida e materializada. Ela é uma coisa capaz de satisfazer determinadas necessidades humanas. A mercadoria possui um *valor de uso* que se realiza no consumo da mesma, com a sua utilização. Na sociedade capitalista em que vivemos e que nos é objeto de estudo, os valores de uso são simultaneamente os *"veículos materiais do valor de troca"* (MARX, 1994, p.43); são portadores de valores de troca que permitem-lhes trocarem-se com as outras mercadorias. A relação de troca entre duas mercadorias pressupõe uma relação de igualdade entre as mesmas. Logo, o valor de troca de uma mercadoria pressupõe uma segunda mercadoria, que se colocará como equivalente de valor, pela qual a primeira deve ser trocada. Nesta relação de igualdade, é necessário que exista um termo que se iguale às duas mercadorias em questão, algo presente nelas que permita equipara-las. Este termo é o trabalho humano em sua forma abstrata, destituído de todas as especificidades de cada trabalho útil, específico, corporificado em cada mercadoria específica. É trabalho abstrato no sentido de ser trabalho humano em geral, seja lá como for despendido. *"Um valor-de-uso ou um bem só possui, portanto, valor, porque nele*

está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato" (MARX, 1994, p. 45), trabalho humano em geral, homogêneo, que produza coisas materiais úteis e demandadas socialmente. De acordo com Marx:

> *Tempo de trabalho é o modo vivo de ser do trabalho, indiferente à sua forma, ao seu conteúdo, à sua individualidade; é o seu modo vivo de trabalho objetivado nos valores de uso das mercadorias é tão exatamente a substância que os torna valores de troca, e daí mercadorias, como também mede sua grandeza determinada de valor. (...). Como valor de troca, todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho coagulado*[3]. (MARX; 1991b, p. 37).

A análise teórica que Marx faz a respeito da mercadoria vai além da materialidade física da mesma, para explicá-la essencialmente. Em relação ao trabalho abstrato, esta substância comum a todas as mercadorias que permite que elas se equiparem, Marx escreveu:

> *Essa coisa comum não pode ser uma propriedade das mercadorias, geométrica, física, química ou de qualquer outra natureza. As propriedades materiais só interessam pela utilidade que dão às mercadorias, por fazerem destas valores de uso. Põem-se de lado o valor de uso das mercadorias quando se trata de relação de troca entre elas* (MARX, 1994, p. 44).

Não são apenas os fenômenos físicos e materiais pura e simplesmente as chaves para a explicação do real. Para compreendê-lo deve-se buscar entender as determinações abstratas (trabalho, valor, tempo médio,...) essenciais que regem a manifestação dos fenômenos concretos (valor-de-uso). Para reafirmar tal argumento, de acordo com Marx, "*a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada tem a ver com a natureza física desses produtos nem com as relações materiais dela decorrentes*" (MARX; 1994, p. 81).

[3] Grifo do autor.

A medida de valor do trabalho em sua forma abstrata se dá pelo "*tempo de trabalho socialmente necessário"* (MARX, 1994, p.46) para se produzir determinada mercadoria nas condições normais médias do mercado. Nas palavras de Marx, *"*o que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso*"* (MARX, 1994, p. 46). O valor de troca, ou simplesmente valor, é uma abstração em relação ao trabalho útil que se aplica na produção de determinada mercadoria. Não é simplesmente o tempo gasto na produção de uma mercadoria específica por um trabalho concreto e útil específico que determina seu valor socialmente aceito. Esse se fixa a partir da média dos tempos de trabalho gastos por todos os outros trabalhadores envolvidos na produção da mesma espécie de mercadoria; de modo que as pessoas envolvidas na produção de determinado tipo de mercadoria não podem vendê-las pelo valor que quiserem, nem produzi-las no ritmo que mais lhes agrada. Elas estão necessariamente presas à lógica do tempo médio socialmente necessário, que dita o nível de produtividade que cada ramo produtivo deve operar. Esta equiparação dos diversos trabalhos individuais dá-se porque a produção de mercadorias "não é apenas uma produção particular, mas é sempre, ao contrário, certo corpo social, sujeito social, que exerce sua atividade numa totalidade maior ou menor de ramos da produção" (MARX; 1991b, p 5). A produção de mercadorias só é possível em um contexto social onde exista uma relativa divisão social do trabalho, que permita que as pessoas se apliquem em atividades produtivas específicas que não sejam necessariamente a de produção dos produtos que consomem diariamente; e sim, produtos destinados a serem trocados por aqueles necessários ao consumo de seus produtores. Além disso, a produção do valor abstrato torna-se o *sujeito social* que se autodetermina e determina a sujeição dos indivíduos modernos às suas imposições.

De acordo com Marx, o valor é uma realidade social que só se manifesta na relação social de troca. O autor afirma que é necessário desvendar a origem da forma dinheiro para compreendermos o mundo do capital, por isto percorre em sua obra os fundamentos da forma mais elementar do valor até chegar em sua forma dinheiro. A forma simples do valor é aquela em que determinada quantidade de uma mercadoria se equipara, no processo de troca com determinada quantidade de outra mercadoria de valor de uso diferente. Por exemplo: x de mercadoria $A = y$ de mercadoria B. A forma simples do valor, de acordo com Marx, já contém todo o segredo da forma valor. A complexidade da forma dinheiro que tanto ocupou os economistas políticos não pode ser compreendida sem se compreender seu fundamento. Quando duas mercadorias em dadas proporções são trocadas uma delas espelha o seu valor de troca no valor de uso da outra. Uma aparece como forma relativa do valor, e a outra como forma equivalente do valor.

À medida que as trocas vão se generalizando e a divisão social do trabalho se intensifica, um maior número de mercadorias passa a assumir as formas relativa e equivalente do valor com maior frequência. Com o passar do tempo e esta generalização das trocas das mercadorias, uma mercadoria específica assume a forma de *equivalente geral*. Esse será aquela mercadoria na qual todas as outras espelharão seus próprios valores, a mercadoria que será diretamente permutável por todas as demais. Eis a forma dinheiro do valor. Inicialmente o equivalente geral pode ter sido qualquer mercadoria, como o linho ou a lã, depois foi a prata, depois o ouro, até chegar o papel moeda que representa o valor no lugar desta mercadoria eleita como equivalente geral. O trabalho para se produzir o equivalente geral é agora a redução dos diversos trabalhos úteis necessários para se produzir todas as outras mercadorias. De acordo com Marx, “a forma mercadoria, isto é, a mercadoria equivalente da forma simples do valor, é o

germe da forma-dinheiro" (MARX; 1994, p. 79). Chamamos a atenção para esta noção, pois, o dinheiro como representante de valor de uma mercadoria, eleita equivalente geral, representa idealmente o valor de todas as outras mercadorias produzidas e levadas ao mercado. Porém, o papel moeda é um símbolo que assume valor e função de dinheiro (da mercadoria eleita equivalente geral) para exercer a função de meio de circulação, de modo a possibilitar mais facilmente que as mercadorias passem por seus processos de metamorfoses, isto é, que sejam trocadas. Ao mesmo tempo, na sociedade capitalista, o dinheiro (ou melhor, a acumulação do mesmo) passa a ser também o objetivo único da produção social. Só se investe em um processo de produção se for para conseguir mais dinheiro ao final do processo do que o investido inicialmente. Aquilo que era para ser um meio para a satisfação das necessidades humanas passa a ser a própria necessidade, e busca-se acumular trabalho abstrato acumulado a todo custo. A necessidade socialmente imposta de se obter e acumular sempre mais dinheiro faz o mesmo aparecer como "*o pior veneno para a alma humana, o que comete mais assassinatos neste mundo detestável*" (SHAKESPEARE; 2007, p. 144). Porém, não é o dinheiro em si que causa tantas contradições e conflitos sociais, e sim a relação capital que o mesmo permite realizar através de seu movimento.

As relações de produção capitalistas não são se baseiam simplesmente na troca simples de mercadorias, onde um produtor direto produz a sua subsistência e leva ao mercado sua produção excedente. Ao contrário, o modo de produção capitalista fundamenta-se na apropriação privada do trabalho social, na propriedade privada dos meios de produção e na exploração do trabalho humano abstrato. A relação de produção tipicamente capitalista é aquela em que se tem um proprietário dos meios de produção (prédios, fábricas, máquinas, ferramentas, terras, matérias primas, capital, etc.) e as outras pessoas envolvidas no processo produtivo são trabalhadores, desprovidos dos

meios de produção, que vendem a sua força de trabalho em troca de um salário. O valor produzido ao final do processo produtivo não pertence aos trabalhadores que produziram diretamente, e sim ao proprietário dos meios de produção que contratou estes trabalhadores em troca de um salário para trabalharem por um período de tempo determinado, em determinadas atividades.

Por trás desta simples relação contratual entre patrão e empregado esconde-se a lógica do capital e seu objetivo final, reproduzir-se ampliadamente e acumular-se constantemente, cada vez mais. Marx diferencia a acumulação do capital do entesouramento. No entesouramento o proprietário do dinheiro simplesmente guarda o dinheiro sem o investir novamente no processo produtivo. Não existe relação de produção capitalista enquanto este tesouro não assumir a figura de capital, enquanto não entrar no processo produtivo, reproduzir-se e acumular-se. A acumulação do capital pressupõe sua reprodução de forma ampliada a partir da aplicação do dinheiro como capital. Veremos agora, justamente, como ocorre a reprodução ampliada do capital.

Por reprodução do capital entende-se que o capital está sendo aumentado, que se está produzindo uma quantidade de valor maior do que a quantidade de valor investida inicialmente em um determinado processo produtivo. Um determinado indivíduo, possuidor de uma soma de capital na forma dinheiro, investe parte deste dinheiro em meios de produção; compra um terreno, máquinas, constrói uma fábrica, compra a matéria prima e os demais materiais auxiliares do ramo produtivo que escolhera. Nada acontece com todo este capital investido se não houver quem ponha a fábrica para funcionar e transforme a matéria prima em uma nova mercadoria socialmente demandada. Se ninguém se oferecer para o trabalho não haverá nenhum novo valor produzido. Portanto é necessário que existam pessoas dispostas a trabalhar em troca de um salário estipulado pelo proprietário sob as condições de trabalho que esse oferece.

Para uma pessoa livre se dispor a trabalhar um terço de sua vida para outra é porque ela é livre no duplo caráter deste termo; é livre porque não é escrava, nem serva, e, livre, porque não possui nenhum meio de produção, livre dos meios que lhe possibilitam a subsistência. Nas palavras de Marx,

> *Para transformar o dinheiro em capital tem o possuidor de dinheiro de encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre nos dois sentidos, o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender* (MARX, 1994, p. 189).

Este trabalhador livre, no mercado, disposto a trabalhar para quem o contratar só pôde ser produzido historicamente. Ele é um trabalhador tipicamente moderno. Portanto, não há nenhuma ontologia no trabalho produtor de mercadorias sob a lógica de reprodução do capital. Se existe alguma possibilidade de interpretação de que o trabalho pode ser ontológico na visão de Marx, este seria apenas o trabalho produtor de objetos úteis aos homens, anterior ao mundo das mercadorias, o que não seria considerado trabalho e sim, caça, coleta, pesca, pastoreio ou qualquer atividade que fosse. Porém se pensarmos em termos do trabalho abstrato, em geral, criador de valor de troca, produtor de valor que se valoriza, este é extremamente bem delimitado temporal e espacialmente; ele é estritamente moderno. Nas palavras de Marx,

> *Como atividade que visa, de uma forma ou de outra, à apropriação do que é natural, o trabalho é condição natural da existência humana, uma condição do metabolismo entre homem e natureza, independentemente de qualquer forma social. Ao contrário, trabalho que põe valor de troca é uma forma especificamente social do trabalho* (MARX; 1991b, p. 42).

Mais do que ser espacialmente localizável e temporalmente datável, o trabalho humano abstrato, geral, produtor de mercadorias, é o próprio fundamento do caráter social específico do mundo moderno capitalista (MARX; 1994, p. 76). É o que o diferencia dos outros modos de produção precedentes. Portanto não dá para se considerar que o homem sempre trabalhou durante toda a sua existência na superfície da Terra. Muito pelo contrário, cada forma de organização das comunidades e sociedades se marcava por formas distintas de produção comunal e social, com atividades produtivas específicas e não necessariamente fundamentadas na exploração privada do trabalho humano abstrato social. Com isso, afirmamos que o trabalho como o conhecemos não é e nunca foi uma característica natural do homem, desde que o homem existe, e sim, que é uma produção moderna fetichistamente assimilada pelos indivíduos modernos.

Voltemo-nos ao indivíduo proprietário de capital que investiu nos meios de produção. Agora ele vai ao mercado de força de trabalho recrutar os indivíduos que irão trabalhar para ele em troca de um salário. É o trabalho destes indivíduos assalariados que se utilizará das ferramentas, transformará a matéria prima e produzirá as mercadorias que o proprietário dos meios de produção levará ao mercado como o resultado do processo produtivo em que empregara seu capital. De acordo com Marx, o capital investido em qualquer ramo produtivo pode ser decomposto em *capital constante* e *capital variável*. O capital constante é aquele investido nos meios de produção e na matéria prima, ele por si só não produz nenhum novo valor. Deixe os meios de produção sem lhes acrescentar trabalho vivo e eles não produzirão uma única unidade de valor. Na produção capitalista, somente o *capital variável* é capaz de produzir valor, somente a parte do capital que é investida em força de trabalho. É o trabalho vivo realizado pelos trabalhadores assalariados que produzirá todo e qualquer novo valor além do que o que foi inicialmente adiantado pelo proprietário do capital no

processo produtivo. Além disso, é só mediante este trabalho também, que o valor do capital constante é transferido para a mercadoria final, reaparecendo no produto final e, portanto, estando apto a voltar às mãos do proprietário do capital. Essa é uma questão central para se compreender o modo pelo qual se desenvolve a crise imanente do capital, como veremos logo mais.

Se o capital constante não é capaz de produzir valor, o que permite que o proprietário dos meios de produção reproduza e acumule capital, a partir de seu empreendimento, é o fato de o salário pago aos trabalhadores, contratados por ele, possuir uma menor quantidade de valor do que o trabalho que estes trabalhadores realizam e materializam nas mercadorias (matérias primas) durante o período de trabalho. Este *mais trabalho* acrescentado e não remunerado na relação de produção capitalista pertence juridicamente ao proprietário do capital, dono dos meios de produção. Ele foi produzido por seus empregados, e esses receberam uma parcela do valor que cada um produziu em forma de dinheiro (salário), porém, toda a produção pertence ao proprietário do capital investido. O excedente do valor produzido em relação ao valor investido no pagamento dos salários e no capital constante consumido durante o processo produtivo constitui a *mais valia*, sendo a extração desta a única razão lógica que leva um indivíduo a investir seu capital em qualquer atividade produtiva.

Marx diferencia a *massa de mais valia* da *taxa de mais valia*. De acordo com Marx, a taxa da mais valia expressa a magnitude relativa dessa em relação à parte do capital variável investido, ela é calculada a partir da mais valia produzida dividida pelo capital adiantado em salários. É o *trabalho excedente* dividido pelo *trabalho necessário*, onde o primeiro representa o trabalho que o trabalhador executou e não recebeu pelo valor que produziu, já o segundo representa a parte do período de trabalhado em que o trabalhador produziu o montante de valor que equivale ao seu salário. Se por exemplo,

um dia de trabalho tem 10 horas, e nestas 10 horas um trabalhador produz 10 unidades de valor, supondo que o salário de um trabalhador seja de 6 unidades de valor, ele gastará 6 horas de trabalho para produzir o equivalente ao seu salário, portanto, trabalho necessário. Durante as outras 4 horas de trabalho ele produzirá valor além do necessário para pagar seu próprio salário, o que constitui no mais trabalho, ou no trabalho excedente. Nesta relação, a taxa de mais valia é de 4/6, 0,666, ou 66%. De acordo com Marx, a taxa de mais valia possibilita que captemos o grau exato de exploração da força de trabalho por parte do capital (MARX; 1994, p. 243). Já a massa de mais valia é a medida absoluta da mais valia produzida, para calculá-la utiliza-se a fórmula inversa à da relação da taxa; multiplicado o capital variável investido pela taxa de mais valia. Seguindo nosso exemplo hipotético, se em determinado investimento produtivo de capital tem-se uma taxa de mais valia de 66% e o capital variável é de 6 unidades de valor, a massa de mais valia produzida será de 4 unidades de valor. Esta é uma demonstração de como a relação de produção capitalista funcionaria dentro de uma empresa, ou de um determinado setor produtivo observado de forma isolada. Porém na prática o que se dá é uma divisão, entre os diversos capitais dos diversos setores, da mais valia produzida por todo o capital social (MARX; 1988b); raciocínio que incorporaremos ao longo da análise do que ocorre na Serra do Espinhaço; por enquanto ficaremos com o capital individual. Embora a fonte de todo novo valor adicionado ao processo produtivo seja o mais trabalho, o trabalho não pago, para os capitalistas este novo valor vem do emprego de seu dinheiro como capital. Pouco lhes interessa as relações entre capital constante, variável e mais valia. O que lhes interessa mesmo é o lucro ou, melhor, a taxa de lucro que é calculada a partir da divisão da mais valia produzida pela soma dos capitais constante e variável. A soma de capital constante e variável dá ao capitalista a falsa aparência de que o seu lucro vem de todo o capital e

não da mais valia produzida. Também fez com que os economistas políticos tentassem explicar a origem do lucro a partir da circulação das mercadorias e não da produção das mesmas (MARX; 1988b, 21-30). Deste modo, na cabeça dos representantes do capital a produção da mais valia fica camuflada fetichistamente pela taxa de lucro.

De acordo com Marx (1994), a quantidade de mais valia extraída dos processos produtivos pode variar de forma absoluta ou relativa. A mais *valia absoluta* é aquela produzida pelo aumento do tempo de trabalho diário realizado pelo trabalhador. Em nosso exemplo, no lugar de 10 horas de trabalho por dia aumenta-se para 12, sendo 6 horas de trabalho necessário e 6 horas de trabalho excedente. Aumentou-se a quantidade de mais valia extraída aumentando o tempo de trabalho diário do trabalhador, mantendo-se as demais condições constantes, a taxa de mais valia varia de 66% para 6/6 ou 100%. Obviamente existe um limite físico para a produção da mais valia absoluta, pois não é possível trabalhar mais de 24 horas em um dia, uma vez que este é o seu período completo de duração. Ainda existem as necessidades fisiológicas dos homens que os impedem de trabalhar de forma continuada por períodos diários tão longos. Também, os trabalhadores organizados politicamente lutam constantemente contra o aumento da jornada de trabalho e pela sua diminuição.

Já a mais valia relativa é aquela produzida a partir da redução do tempo de *trabalho necessário* durante determinado processo produtivo. Diminui-se o período do dia de trabalho em que um trabalhador produz o equivalente em valor ao seu salário diário. Em nosso primeiro exemplo, mantendo o período de trabalho em 10 horas e reduzindo o trabalho necessário de 6 para 5 horas, teremos uma mais valia equivalente a 5 horas de trabalho. Da mesma forma, a taxa de mais valia que era de 66% passa a ser de 100%, ou 5/5, porém, a massa de mais valia produzida por trabalhador em um e outro caso, em que se tem a taxa de mais valia de 100%, são diferentes. Para viabilizar a

produção da mais valia relativa é preciso que se invista em aumento de produtividade nos diferentes setores da economia que produzem os produtos necessários aos trabalhadores, aqueles indispensáveis à sua existência social, para que o trabalhador consiga produzir o equivalente ao seu salário em um período de tempo menor do que durante o processo produtivo anterior. Isso se dá desta forma pois a força de trabalho do trabalhador, como toda mercadoria, tem um valor de uso e um valor de troca. O seu valor de uso é único entre todas as demais mercadorias; ele é a capacidade de se produzir valor mediante a aplicação do trabalho vivo, demandado socialmente. Já o seu valor de troca não difere das outras mercadorias, equivale ao tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, ou seja, equivale ao valor dos produtos essenciais para a manutenção da vida destes trabalhadores, de forma que eles possam voltar ao trabalho no dia seguinte e, ao envelhecerem, deixar seus filhos ocupando seus postos de trabalho no futuro.

Como o proprietário dos meios de produção não domina o mercado e não pode prever por quanto os seus concorrentes vão colocar as mercadorias similares às suas no mercado, ele deve produzir suas mercadorias da forma mais produtiva possível, com o objetivo de colocá-las no mercado de forma mais competitiva possível. Caso em suas mercadorias estejam materializadas mais horas de trabalho do que a média de seus concorrentes, este proprietário terá de vender suas mercadorias abaixo do valor que foi produzido e estará necessariamente em crise de acumulação, uma vez que a produtividade de seu capital se encontra abaixo do nível social médio do capital global. Logo, cada proprietário de capital individual procurará investir seu capital da forma mais produtiva possível, para tentar estar acima da produtividade média social e alcançar melhores rendimentos com o capital investido. O capitalismo se sustenta por uma lógica irracional onde suas categorias se negam a ponto de impossibilitar sua

reprodução. Mesmo que determinado capitalista individual esteja produzindo dentro dos níveis de produtividade esperados, ele pode ter repentinamente seus produtos já prontos desvalorizados caso surjam novas técnicas de produção que aumentem repentinamente a produtividade do trabalho de seus concorrentes. De acordo com Marx:

> *Qualquer nova invenção que permita produzir numa hora aquilo que até então era produzido em duas horas deprecia todos os produtos homogêneos que se encontram no mercado. A concorrência força o produtor a vender o produto de duas horas tão barato como o produto de uma hora* (MARX; 2001, p. 58).

Isso ocorre, pois a produção capitalista é social, o valor individual dos produtos é reconhecido socialmente, logo, todos os produtores individuais de determinado tipo de mercadoria são induzidos a aumentar cada vez mais a produtividade de seus processos produtivos, e assim, poder competir no mercado pela realização de suas mercadorias. A concorrência entre os diversos capitais induz os mesmos a investir de forma intensa em aumento das forças produtivas, de modo que a quantidade de capitais constante torna-se muito expressiva em relação aos capitais variáveis investidos.

De acordo com a nossa compreensão, radicalizando os argumentos de Marx, o aumento da produtividade se mostra como a negação da mais valia. Pois ele se desenvolve até um limite em que impede que a mais valia seja capaz de reproduzir o capital investido de forma ampliada. Vejamos, de acordo com Marx:

> *Quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria, e quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor seu valor. Inversamente, quanto menor a produtividade do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para produzir um artigo e tanto maior seu valor. A grandeza de valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade e inversa da produtividade do trabalho que nela se aplica* (MARX, 1994, p. 47).

Esta contradição é mais complexa do que parece. De acordo com o que está posto, os diversos capitalistas, para se colocarem de forma competitiva no mercado, devem produzir suas mercadorias aplicando progressivamente menos trabalho em cada unidade produzida, para que, com a mesma quantidade de trabalho ou com menos, possa disponibilizar no mercado uma quantidade maior de mercadorias por um preço inferior ao de seus concorrentes. A contradição reside no fato de que a competitividade impele os diversos proprietários a produzirem cada vez menos valor por mercadoria (por unidade), enquanto o objetivo único de se investir de forma capitalista é produzir mais valor do aquele investido inicialmente, reproduzir o seu capital de forma ampliada e acumular o máximo de valor possível. O desenvolvimento das forças produtivas leva a uma menor produção de valor por unidade de mercadoria e a um aumento do capital constante em relação ao capital variável. Deste modo, embora tanto a taxa quanto a massa de mais valia possam aumentar, a tendência é de que a taxa de lucro caia, devido ao fato de que cada vez maiores somas de capitais são necessárias para se compor os capitais constantes de diversos setores produtivos. Além disso, a concorrência arruína aqueles que não conseguem se adaptar aos constantes aumentos de produtividade de seus setores e acaba por concentrar ainda mais o capital. Tal como Marx nos apresenta:

> *O aumento do capital produtivo, ao forçar os capitalistas industriais a trabalharem com meios sempre crescentes, arruína os pequenos industriais e lança-os no proletariado. Depois, diminuindo a taxa de juro à medida que os capitais se acumulam, as pessoas que vivam das suas pequenas rendas serão forçadas a lançar-se na indústria para em seguida, irem aumentar o número de proletários* (MARX; 2001, p. 166). O autor ainda complementa dizendo que, *quanto mais aumenta o capital produtivo, mais é forçado a produzir para um mercado do qual não conhece as necessidades, mais a produção precede o consumo, mais a oferta tenta forçar a procura e, como consequência, as crises aumentam de intensidade e de rapidez. Mas qualquer crise, por sua vez, acelera a centralização dos capitais e engrossa o proletariado* (MARX; 2001, p. 167).

A crescente acumulação de capital e os constantes avanços produtivos impedem que proprietários de pequenas porções de capital invistam em determinados ramos produtivos que necessitam de volumosas inversões em capital constante. Com isso, vários ex-proprietários de capital e/ou seus herdeiros tornam-se desprovidos dos meios de produção e também têm de vender sua força de trabalho para garantir suas sobrevivências. Além disso, tem a questão das crises cíclicas de superprodução em que o capital necessariamente se desenvolve, pois os produtores de mercadorias não dominam o mercado, não têm como prever a demanda dos consumidores, além do que, esforçam-se para produzir cada vez mais e mais mercadorias, uma vez que os avanços produtivos são tão necessários para os processos de produção. Isso tudo, aliado a outros processos, como a expropriação, produz uma massa de pessoas desprovidas dos meios de produção necessários às suas sobrevivências que, teoricamente, deveria incorporar-se aos trabalhadores assalariados e ao exército de reserva do proletariado. A questão que se coloca hoje, é que o proletariado já não é mais passível de ser "engrossado" uma vez que os níveis de produtividade atingidos atualmente chegam a dispensar o trabalho vivo em tão larga escala, que o antigo exército de reserva do proletariado torna-se dispensável. Este é um dos argumentos centrais para se compreender o processo crítico em que o capital se reproduz hoje; pois se dispensa-se tanto trabalho de onde virão os novos valores produzidos e materializados?

De acordo com Robert Kurz, já nos anos 80 do século XX, começou-se a falar, na Europa ocidental, em "crise da sociedade do trabalho" (KURZ, 2004, p.14) em um momento em que o desemprego crescera a níveis até então inatingíveis em alguns países centrais do capitalismo, como a Alemanha Ocidental. De acordo com Kurz, parece que a "*transformação do trabalho em dinheiro*", o trabalho abstrato, está entrando em crise (KURZ, 2004, p. 19). Isto sendo de fato verdadeiro é sinal de que o capital aos poucos

extingue as possibilidades de sua própria existência, uma vez que só o trabalho abstrato produz valor. Ainda de acordo com este autor, a racionalização da produção está intimamente vinculada à crise do trabalho, uma vez que a primeira dispensa grande parte da força de trabalho disponível proporcionando "*um aumento de produtividade em tal medida que ultrapassa a capacidade de absorção de trabalho vivo pelo capital em sua valorização, nos processos de produção empresarial*" (KURZ, 2004, p. 20). Com os avanços da tecnologia microeletrônica, sobretudo a partir da década de 70 do último século, têm-se a substituição de inúmeros postos de trabalho por robôs e máquinas automatizadas. Cada vez mais a ciência é empregada nos processos produtivos revolucionando os mesmos. Assim, os trabalhadores de outrora e seus descendentes perdem, por mais irônico que pareça, a liberdade de vender suas próprias forças de trabalho, vendo-se consequentemente fora da esfera de consumo das classes que ainda se sustentam na estrutura da sociedade de classes. Nas palavras de Kurz,

> *habituamo-nos a ser prostitutas da produção mercantil e a oferecer diariamente nosso corpo ao trabalho abstrato. A contrapartida histórica foi uma ampliação das necessidades: veículos, turismo, máquinas de lavar, televisores, secretárias-eletrônicas. No novo desemprego em massa, porém, cada vez mais nos é negada a própria autoprostituição, e, naturalmente, também as gratificações de consumo (nova pobreza)* (KURZ, 2004, p. 95-96).

Para este autor, haverá um momento em que o desemprego em massa poderá chegar a um limite crítico que impossibilite a realização das mercadorias e do mundo do capital. Outra expressão desta negatividade é o fato de que com tamanho avanço das forças produtivas são necessários capitais imensos para se iniciar um processo produtivo capaz de se inserir no mercado de forma competitiva nos dias de hoje. Neste momento de crise do capital, devido à sua altíssima produtividade e baixa produção de valor, o capital tem de buscar outros meios de se reproduzir, porém sem uma produção de valor

que sustente a ampliação destes capitais, o que é uma condição que expressa a irracionalidade do capital para com ele mesmo. De acordo com Kurz,

> *Os Estados e o sistema financeiro comercial procuram empurrar com a barriga a crise estrutural da economia de mercado, ao criarem um capital financeiro fictício, que não tem mais base em processos de geração de valor no capital produtivo. Isso é através do crédito e da especulação* (KURZ, 2004, p. 50-51).

O capital que já não pode se reproduzir investido diretamente como capital produtivo procura outros meios de garantir a continuidade da acumulação, assume assim a forma de capital fictício, que busca se reproduzir através de empréstimos, juros, da especulação. Esta situação só o que faz é prorrogar por um curto período de tempo a derrocada do sistema capitalista, uma vez que em grande medida os juros dos empréstimos de capital que os países do 3º Mundo tomam dos mercados financeiros, muitas vezes são maiores que as possibilidades de se extrair mais valia no processo de produção, e consequentemente, produzir mais quantidade de valor do que o serviço das dívidas contraídas (KURZ; 1992, p. 173).

Consideramos que estas reflexões referentes à crise de acumulação em que se encontra a economia capitalista mundial devem ser levadas em consideração, sobretudo dentro da Geografia, ao se pensar e refletir sobre o espaço e às questões ditas espaciais. O espaço, produzido pela sociedade que o interpreta, é o resultado das ações e atitudes dessa, regidos pela lógica irracional do valor que se valoriza de forma abstrata como relação fundamental de sociabilidade entre os indivíduos. Algumas interpretações a respeito do espaço positivam a sua produção como expressão da constante ampliação das relações capitalistas de produção e consequente ampliação da mais valia acumulada pelos capitais. Veremos, a seguir, que hoje a produção do espaço tanto por parte das

iniciativas privadas e particulares quanto por parte dos estados nacionais, é a própria expressão da crise de valorização do valor em que o capital mundial se encontra.

2- A produção do espaço e a crise da sociedade do trabalho

Um importante pensador do século XX, que se dedicou a refletir sobre o espaço, foi Henri Lefebvre. De acordo com este autor, durante o período em que escrevera suas obras dedicadas a este tema, as concepções de espaço não estavam claras; havia definições de espaço muito díspares, propostas por pesquisadores de diferentes áreas como os cosmonautas, os matemáticos, os historiadores, os sociólogos, os geógrafos, etc.. Esta dispersão de noções a respeito do espaço fez com que as definições do termo fossem tão fragmentadas quanto eram as ciências que dele se ocupavam; referiam-se muito mais ao espaço geométrico, ao espaço euclidiano, ou ao espaço como algo vazio do que ao espaço social, produzido pelas relações sociais de produção. Entre os filósofos, o espaço era de fato desdenhado, como apenas uma categoria entre tantas outras (LEFEBVRE; 2006, prefácio, §1). Porém, as reflexões a respeito desta categoria não se estagnaram. Ao contrário, o espaço e o tempo passaram a ser tratados como produtos da ação do homem sobre a natureza, apropriando-se da mesma e transformando-a em uma "segunda natureza", também produzida pelo homem (LEFEBVRE; 2006, prefácio, §5). Na concepção deste autor, o espaço "entra nas relações de produção e nas forças produtivas" (LEFEBVRE; 2006, prefácio, §9). Ele está presente nas relações sociais de produção, na acumulação do capital, na divisão social do trabalho, na circulação do capital, na troca de mercadorias e na circulação das mercadorias. O espaço produzido a partir dos imperativos da acumulação é produto das relações sociais modernas; essas são marcadas pela reprodução do capital, pela constante revolução dos meios de produção, aumento dos níveis de produtividade, se espalham por todo o globo terrestre e já experimentam viagens extra-atmosféricas. Uma leitura próxima a essa, a respeito da produção do espaço, é feita por David Harvey

(2005). O autor considera a mesma (a produção do espaço) como uma determinação da necessidade de expansão do capital que se acumula irrefreavelmente, ao menos em teoria. Porém, uma questão que consideramos que devemos trazer ao debate relativo à produção do espaço é a de que, no período em que vivemos, o espaço torna-se fundamental para que o capital se reproduza de maneira fictícia, uma vez que o capital produtivo está em crise e a produção de mais valia não é mais suficiente para remunerá-lo; este é o argumento que defenderemos aqui.

Ainda de acordo com Lefebvre, "o espaço da 'modernidade' tem características precisas: homogeneidade-fragmentação-hierarquização" (LEFEBVRE; 2006, prefácio, §15). O espaço produzido tende à homogeneidade, pois ele todo é planejado e pensado de forma a atender ao mesmo fim tautológico da reprodução do capital. Porém, esta tentativa resulta em sua fragmentação, pois, produzem-se lugares onde reina a opulência da acumulação ao mesmo tempo em que se produzem, também, lugares onde só se vê a negatividade da produção capitalista, os guetos, as favelas, as cidades satélites, uma massa de desempregados e de miseráveis, etc.. O espaço também é hierarquizado, pois para planejar, tentar organizar e pacificar o espaço, o Estado tem que estruturar-se político e militarmente de forma hierarquizada sobre o espaço produzido; o mesmo ocorre com as indústrias e os empreendimentos capitalistas (LEFEBVRE; 2006, prefácio, § 15). "A organização do espaço centralizado e concentrado serve ao mesmo tempo ao poder político e à produção material, otimizando os benefícios" (LEFEBVRE; 2006, prefácio, §21). Porém, no nosso entender, muitas vezes esta tríade é mais ideal do que real; ela está mais presente nas cabeças de seus planejadores (urbanistas e tecnocratas) do que em suas produções de fato. Os elementos que eles tentam separar tornam-se muitas vezes intricados de tal forma que fica difícil estabelecer certos limites

entre eles[4]. Como veremos ao longo deste texto, em nossa área de estudo, os limites da pobreza e da riqueza, do poder do Estado e dos poderes pessoais são muito tênues e sobrepostos. O espaço de um durante o dia pode ser o espaço de outro durante a noite.

O espaço produzido pelo homem moderno no continente americano é o espaço do capitalismo; é o espaço produzido de acordo com as determinações do modo capitalista de produção e acumulação do valor, que se expandira para além das fronteiras europeias. Junto com os portugueses e demais europeus, e até impulsionando-os a estas invasões, chegava, já, a lógica irracional de acumulação do capital impondo-se como a nova forma de organização produtiva do continente. Em relação ao nível de desenvolvimento das forças produtivas dos habitantes nativos do continente americano, o mundo do capital chegou ao continente em um estágio de desenvolvimento bastante elevado, capaz de se impor economicamente sobre as populações autóctones. A luta estabelecida no Brasil, a partir de sua invasão, não foi entre uma burguesia ascendente e uma aristocracia decadente, e sim da primeira contra os povos que habitavam o continente, que se encontravam em realidades comunais estabelecidas em padrões de produção e produtividade relativamente baixos, o que não lhes permitia uma oposição veemente e eficaz frente aos invasores. Diferente do que Lefebvre (2006) aponta para a produção do espaço no continente europeu, na costa leste da América do Sul, no Brasil, não houve, a produção de um espaço absoluto dominado pela aristocracia feudal que precedera um espaço abstrato produzido pelas relações de produção capitalistas e dominado pela lógica de reprodução do capital. A obra, na América, não precede ao produto, como aconteceu no caso europeu. Ao contrário, o espaço no continente americano, e especificamente no Brasil, é consequência da expansão do modo capitalista de produção pelo mundo; e não é o resultado do desenvolvimento econômico

[4] Marshall Berman (2005, p. 169-176) chama a atenção para esta situação ao analisar a sutileza e a sensibilidade de Baudelaire ao escrever sobre "*Os olhos dos pobres*" (BAUDELAIRE; 1996, p. 135-137) nos novos buleraves parisienses do séc. XIX.

autônomo das populações indígenas locais. Portanto, por mais precária que tenha sido a formação econômica do Brasil, e consequentemente a produção de seu espaço, este tem por gênese (histórica) e princípio (lógico) o moderno, orientado para a reprodução tautológica do valor e vinculado às determinações do capitalismo global e do mercado mundial.

Deste modo, a produção do espaço no Brasil inicia-se no período de sua invasão pelos portugueses e avançou à medida que estes penetravam em seu interior impondo a tudo e a todos a lógica irracional de produção e reprodução do capital. Sendo assim, a produção do espaço ao longo da Serra do Espinhaço, no interior do Brasil, também é consequência da expansão das determinações do valor pelo continente americano e tem, também, por gênese e princípio o moderno. Como veremos, toda a sua história social é marcada pela determinação da forma mercadoria e do mundo do capital. Logo, tal espaço é o espaço abstrato do capital, regido pelas relações de reprodução do valor e segundo as determinações do capitalismo. Ele está vinculado às trocas, ao processo de trocas e também às contradições que se manifestam na sociedade capitalista, muitas vezes violentamente como veremos no capítulo 1. No caso específico da porção meridional da Serra do Espinhaço, o espaço abstrato do capital foi produzido sem que as categorias fundamentais necessárias à reprodução do capital ali se formassem de forma plena, como o trabalho. Como veremos, a crise de acumulação do capital se antecipa em relação à formação de suas categorias na Serra do Espinhaço. Quando as relações de produção e trabalho podem transcorrer de modo especificamente capitalista, quando o trabalhador local se encontra completamente expropriado e precisa vender a sua força de trabalho em troca de um salário, o capital já não pode mais explorá-lo devido à crise que nos referimos. No momento em que as relações sociais são definitivamente monetarizadas neste trecho da Serra do Espinhaço, a partir das novas demandas criadas

pelos empreendimentos turísticos, o capital já não é mais capaz de se autovalorizar através da produção e da materialização do valor nas mercadorias. Sendo assim, a lógica irracional de reprodução do valor se apropria fetichistamente daquilo que aparece como natureza, ou como espaço natural, como uma tentativa de reproduzir o capital ocioso, de forma fictícia, aonde não existe valor que se valoriza, portanto sem nenhuma fundamentação lógica, nem abstrata, nem material, que não o próprio fetiche de uma natureza natural que valoriza o valor.

De acordo com Lefebvre, "o espaço inteiro torna-se o lugar da reprodução das relações de produção" (LEFEBVRE; 2008, p. 53). Consideramos que este argumento do autor já não é mais verdadeiro para o período em que estamos vivendo e analisando. Como vimos, vivemos em um período de crise do capital que não é simplesmente o de crises cíclicas de superprodução os quais David Harvey (2005, p. 47) afirma que, depois de destruir parte do capital ocioso, renovam as condições produtivas e expandem a capacidade de acumulação do capital. O período crítico em que vivemos hoje é o da impossibilidade da própria produção do valor e não apenas de sua realização, é o de crise da sociedade do trabalho abstrato. Neste caso seria uma incongruência defendermos a ideia de que hoje o espaço é produto da universalização das relações sociais de produção capitalista baseadas na exploração do trabalho humano abstrato, justamente no momento em que este último torna-se cada vez mais dispensável nos processos produtivos. Harvey, também, percebeu que a questão central em que se desenvolve a crise imanente do capital global está vinculada aos níveis de produtividade sempre crescentes e ao elevado grau das composições orgânicas dos capitais. Nas palavras do autor, esta contradição central se dá porque "O sistema tem que se expandir mediante utilização do trabalho vivo na produção, enquanto a via principal da mudança tecnológica envolve substituir o trabalho vivo (...)" (HARVEY; 2005, p.133). Mesmo

reconhecendo a crise nestes termos, na época em que os ensaios a respeito da produção do espaço foram escritos, por volta de 1981, Harvey afirmava que o *ajuste espacial* ainda era capaz de valorizar o capital ocioso produzido no centro da economia capitalista. Também afirmava que o acumulo de novas crises cada vez maiores, resultantes destas constantes expansões do mundo das mercadorias, seria motivado por estes ajustes. Talvez, devido ao momento em que escrevia, ainda não estava muito claro para o autor que a possibilidade de se reproduzir o valor mediante a produção de mais valia já estava em seu limite; e que o ajuste que de agora em diante falaria é o ajuste da crise, da impossibilidade de produção da mais valia global. Porém, a forma mercadoria e a forma valor não desaparecem da sociedade; ao contrário, elas se fazem cada vez mais presentes, como veremos para a porção meridional da Serra do Espinhaço. A diferença é que agora elas representam um capital ocioso que se reproduz de maneira fictícia sob a promessa de quitar suas dívidas e seus juros com a exploração de trabalho futuro e futura produção de valor.

Lefebvre também argumenta que

> *o investimento no imobiliário e nas construções privadas e públicas (na produção do espaço) se revela proveitoso porque essa produção ainda comporta, e comportará por muito tempo, uma proporção superior de capital variável em relação ao capital constante. E isso apesar dos investimentos consideráveis e dos progressos técnicos. As terraplanagens e trabalhos de construção civil ocupam uma numerosa mão-de-obra (e sobretudo a mão-de-obra dita 'estrangeira'). De onde ocorre uma formação de uma massa de mais valia da qual uma parte retorna às 'empresas'* (LEFEBVRE; 2008a, p. 119).

Consideramos que tal afirmativa de Lefebvre também deve ser relativizada. A maior parte dos investimentos em infraestruturas viárias feitas, por exemplo, pelo governo do estado de Minas Gerais, é feita mediante a tomada de empréstimos internacionais tomados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial

(BIRD) viabilizando assim a circulação de parte do capital mundial ocioso. Além disto, estes setores vinculados à construção civil e às obras infra-estruturais, também, necessitam de vultosos investimentos em capital constante para entrarem efetivamente nos processos produtivos. Não é à toa que a maior parte dos contratos para investimentos em infraestrutura se dê por parte dos Estados e não da iniciativa privada. Os custos com máquinas, tratores, caminhões e outros equipamentos são cada vez maiores em relação ao número de trabalhadores ocupados por estes setores. Também eles passam pelo processo de aumento da composição orgânica do capital.

De acordo com o argumento que estamos desenvolvendo, consideramos que a análise de Lefebvre deve ser invertida quanto à relação entre a produção do espaço e a reprodução ampliada do capital. A relação entre estes dois termos já não é mais direta como a enxerga Lefebvre; ao contrário ela é inversa e deve ser analisada de modo invertido. Nos dias de hoje, a produção do espaço, levada a cabo dentro dos moldes de estruturação do sistema capitalista de produção, vincula-se muito mais à crise de reprodução ampliada do capital, do que diretamente à própria reprodução do mesmo. Defenderemos este argumento ao longo deste estudo: os investimentos feitos em infraestrutura ao longo da Serra do Espinhaço, e, nesta, em sua porção meridional, expressam a crise em que o capital mundial se desenvolve e a incapacidade de se investir capitais produtivamente. Também demonstraremos como o Estado age buscando amenizar a situação crítica e movimentar o capital privado ocioso a partir do aumento das dívidas públicas e dos incentivos fiscais.

A partir do que foi dito, veremos como esta reprodução crítica do espaço, motivada pela crise de valorização do valor no centro do capitalismo mundial, se dá na periferia do mesmo, na porção meridional da Serra do Espinhaço de Minas Gerais. Aparentemente, a produção recente deste espaço é motivada pela expansão do turismo

ao longo da Serra do Espinhaço. Porém, o turismo ali é apenas um fenômeno que expressa as contradições em que o capital se desenvolve atualmente.

Nos primeiros anos da década de 1970, de acordo com Henri Lefebvre, a "indústria dos lazeres" ganhou uma relativa importância econômica na Europa e nos países industriais avançados. Aliada aos setores da construção civil, tal "indústria" se estendeu pelos espaços "desocupados pela agricultura e pela produção industrial clássicas" (LEFEBVRE; 2008a, p. 157). Para o autor, os lugares em torno do Mar Mediterrâneo tornaram-se "espaço de lazer para a Europa industrial" (LEFEBVRE; 2006, Cap. 1, §146). Ainda de acordo com o autor, o uso destes espaços de lazer exige certas "qualidades ecológicas", como o sol e o mar, assim como também infra estruturais, como a proximidade dos centros urbanos e, por exemplo, a presença de hotéis (LEFEBVRE; 2006, Cap. 1, §146). Lefebvre afirma que os turistas europeus "saem do espaço do consumo (...) para o consumo do espaço: a praia, o mar, o sol, a neve... (...)" (LEFEBVRE; 2008a, p. 157). No período em que o autor escreveu, a atividade turística como fenômeno de massa, incluindo muitos operários além dos capitalistas, era importante em algumas regiões da Europa, como em torno do mar Mediterrâneo. Os lugares que se tornam os destinos turísticos das pessoas, que vivem nas grandes cidades, em férias, são transformados de forma a adequarem-se às expectativas e necessidades dos indivíduos urbanos que os frequentam. Aumenta-se aí também a especulação imobiliária, a compra e venda de terrenos e lotes e a propriedade privada da terra, assim como os preços da mesma. Produz-se, então, espaço de não trabalho onde os capitalistas e trabalhadores vão gastar o dinheiro que economizaram durante um ou mais anos de trabalho, vivendo em função da reprodução do capital nas grandes cidades. Gastam, no consumo do espaço, parte da mais valia produzida em outras partes do mundo. Novamente, estes fenômenos são relacionados, pelo autor, à

reprodução ampliada do capital, como produção do espaço pelas relações sociais de produção e pelo aumento, ou intensificação, da divisão social do trabalho. Novamente, pretendemos, ao longo deste estudo, demonstrar como hoje tais fenômenos estão mais relacionados à crise de reprodução do capital mundial do que à sua reprodução ampliada.

O turismo, como atividade econômica orientada pela obtenção de lucro dos capitais investidos, pode ser enquadrado, dentro da economia capitalista, no setor dos serviços, também chamado de setor terciário. De acordo com o ponto de vista da teoria do valor, afirmamos que este setor da economia capitalista é improdutivo, pois não produz valor, tampouco mais valia para ser acumulada. O trabalho realizado neste setor também é improdutivo. De acordo com Marx, na análise do capitalismo, o conceito de trabalho produtivo deve ser restringido, significando apenas trabalho que produz mais valia para os seus empregadores. "Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital. (...). Ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar" (1994; p. 584). Porém, ao considerarmos que tais trabalhadores são improdutivos, não estamos nos referindo a um ou outro capital individual, investido em uma atividade específica. Estamos considerando o capital social global. Se algum capital individual do setor de serviços ainda pode ser ampliado a partir de seu investimento, isto só se dá porque a divisão da mais valia global socialmente produzida se dá entre os diversos capitais individuais (MARX; 1988b, 1983). Portanto, para acumular capital, o setor dos serviços precisa captar parte da mais valia socialmente produzida pelo setor industrial. O mesmo ocorre com a *indústria do turismo*; uma vez que ela não produz novo valor, ela só pode se sustentar economicamente através da captação de renda, a partir da mais valia produzida no setor industrial da sociedade capitalista. Além disto, de acordo com Kurz,

> *A indústria do tempo livre e do turismo, por sua vez, é puro luxo dos ainda-vencedores do mercado mundial. A maioria da população mundial, principalmente dos países de salários baixos e das regiões já desconectadas, não faz turismo. Como fenômeno de massas, o turismo depende do salário em massa da indústria dos poucos países centrais. Se estas rendas reduzem-se rapidamente, o turismo em massas entra em colapso, assim como os processos de distribuição que nele se baseiam de norte a sul, tanto na Europa quanto em nível global. Agora temos uma espécie de turismo de crise, não só pelos danos intensivos por ele provocados, mas também pelo fato de que as pessoas já rebaixam a sua qualidade de alimentação para poderem permitir-se um certo padrão durante as férias. Isto vai explodir nos próximos anos se não surgir um novo boom industrial, o que porém não é de se esperar* (KURZ, 2004, p. 30)

Logo, ao pensarmos nas transformações econômicas e sociais na Serra do Espinhaço, associadas às iniciativas das atividades turísticas, devemos ter em conta o processo de crise social em que nos inserimos e do qual os fenômenos vividos a partir e pelos empreendimentos turísticos são uma das formas de sua manifestação. Uma atividade econômica que se sustenta a partir da captação de valor produzido em outro ramo da economia não pode se manter viável por muito tempo em um período em que a própria possibilidade de produção do valor e, consequentemente, da mais valia está em crise. Consideramos que quanto mais turístico torna-se o capital, tão menos tempo de trabalho produtivo o fundamenta.

Essa dissertação trata a manifestação do fenômeno do turismo em uma área agrária a partir de um ângulo diferente do que em geral aparece como desenvolvimento local, ecológico e sustentável. Procuramos interpretar esse fenômeno como a expressão da crise da sociedade do trabalho abstrato e buscaremos compreender como isto é vivido pelas pessoas destes povoados rurais. Estas questões serão esclarecidas ao longo deste estudo a respeito das transformações sociais recentes e atuais relacionadas à atividade turística e à crise da acumulação do capital na porção meridional da Serra do Espinhaço.

3- As transformações sociais na porção meridional da Serra do Espinhaço: uma aproximação ao tema

A partir dos pressupostos teóricos discutidos acima, esta dissertação trata da produção do espaço, marcada pela crise de acumulação do valor, em uma área do interior do Brasil, na porção central do Estado de Minas Gerais, que tem por embasamento geológico a Serra do Espinhaço. Consideramos que esta porção de terras possui uma forma de inserção no mundo da reprodução e acumulação capitalista específica em relação ao restante do estado Minas Gerais e do Brasil. Buscaremos interpretar como o universal – a lógica irracional do capital – se reproduz na especificidade de sua periferia, que aparece como um período anterior da acumulação do capital, mas, deve ser tomando como simultaneidade das diversas formas que o capital assume nos diferentes locais em que se produz e reproduz ao mesmo tempo. Dizemos isto, porque, à primeira vista, pode dar a impressão de que o sertão está atrasado em relação ao urbano, que por sua vez, na periferia do mundo capitalista – que é o caso brasileiro – parece estar atrasado em relação ao centro da acumulação mundial. Pretendemos justamente tencionar com estas interpretações, de modo que enxerguemos o "atraso" aparente como a forma de ser do moderno e da modernização no sertão a partir da crise imanente de reprodução em que o capital necessariamente se desenvolve.

Pretendemos desvendar como a sociabilidade marcada por uma economia de mercado moderna, porém, relativamente não monetarizada, entre as pessoas da Serra do Espinhaço, tem suas relações redefinidas a partir da monetarização das relações sociais de produção; sobretudo, a partir do momento em que se tem a expansão das atividades do que se convencionou chamar de "indústria do turismo". Turismo este que, como vimos, se coloca como não produtor de valor; sendo uma atividade econômica que

apenas capta, por meio de renda, parte da mais valia produzida alhures por outrem. Sendo assim, pretendemos também verificar como as possibilidades de reprodução econômica dos empreendimentos turísticos na porção meridional Serra do Espinhaço – relativamente à margem do grande capital – se inserem na lógica do capital global no momento de crise de valorização do valor em que vivemos.

É necessário romper com certos grilhões acadêmicos que nos prendem a determinadas formas de pensamento e de possibilidades de explicitar a realidade que nos cerca. De certo modo, o nosso pensamento se limita às possibilidades do pensar dadas, com suas estruturas conceituais já desenvolvidas socialmente; e é com elas que nós organizamos e expomos nossas ideias e avanços científicos. De acordo com Hegel, toda forma de pensamento, ou "toda a filosofia, precisamente por ser expressão dum especial grau de desenvolvimento, pertence ao seu tempo e está circunscrita aos seus próprios limites" (Hegel; 1961; p. 90). Porém, romper os limites estabelecidos por estas possibilidades de interpretação é uma necessidade de um pensamento que deseja ir além do que já foi desenvolvido. Novamente, de acordo com Hegel, consideramos

> *que não é destituído de toda utilidade o aplicar-se a conhecer as opiniões e pensamentos alheios, na medida em que este exercício estimula a energia da mente, sugere alguma boa ideia, e do choque das várias opiniões faz nascer uma nova opinião: pois que a ciência consistiria precisamente neste evoluir duma opinião para outra.* (HEGEL; 1961; p. 50)

É isto que tentaremos fazer neste estudo, nos apropriar dos conhecimentos já produzidos, sem aceitá-los como acabados e como a última palavra dada a respeito de tal ou qual assunto. E, a partir deles, produzir novas ideias capazes de explicitar as contradições em que o sistema capitalista se desenvolve atualmente em nossa área de estudo.

Mesmo não sendo o essencial de nossa pesquisa, consideramos necessário tecer alguns comentários a respeito da estrutura física desta porção do espaço que iremos estudar. Porém, não consideramos adequado fazer como fizera Euclides da Cunha, que embora não fosse geógrafo, em sua obra *Os Sertões,* onde primeiro descreve *a terra* depois descreve *o homem* para depois desdobrar sua narrativa histórica[5]. Não consideramos que esta forma de fragmentação do objeto de estudo seja adequada. Ainda assim, julgamos ser necessário, para efeito de explanação do nosso problema, fazer uma ligeira descrição física da Serra do Espinhaço, sobretudo do trecho que nos interessa de fato, para que o leitor compreenda a especificidade da mesma. Desta forma ficarão mais claras as relações entre o concreto e o abstrato na produção crítica do espaço na mesma.

A Serra do Espinhaço se estende no sentido S-N; vai da região central do estado de Minas Gerais até a Chapada da Diamantina no interior da Bahia. O trecho em que nos concentramos neste estudo é o que vai da Serra do Cipó, localizada no município de Santana do Riacho, até o Município de Diamantina; sendo estes os limites S e N, respectivamente. Os limites E e W coincidem com os próprios limites físicos da estrutura geológica da Serra do Espinhaço suas coordenadas geográficas aproximadas são: 44°00'W, 18°00'S; 43°00'W, 18°00S; 44°00W, 19°30'S; 43°00W, 19°30'S. O limite sul da Serra está a cerca de 100Km ao norte da capital do estado de Minas Gerais, Belo Horizonte. Neste estudo, não nos interessa conhecer a fundo as condições físicas da área em questão. Vamos aqui somente até onde tal descrição física faça sentido no âmbito das atividades sociais que ali se realizaram e se realizam.

---

[5] O autor neste percurso chega a incorrer no determinismo geográfico, no momento em que tentara corrigir este modelo de interpretação: *Daí os erros em que incidem os que generalizam, estudando a nossa fisiologia própria, a ação exclusiva de um clima tropical. Esta exercita-se, sem dúvida, originando patologia sui generis, em quase toda a faixa marítima do norte e em grande parte dos Estados que lhe correspondem, até ao Mato Grosso. O calor úmido das paragens amazonenses, por exemplo, deprime e exaure. Modela organizações tolhidas em que toda a atividade cede ao permanente desequilíbrio entre as energias impulsivas das funções periféricas fortemente excitadas e a apatia das funções centrais: inteligências marasmáticas, adormidas sob o explodir das paixões; enervações periclitantes, em que pese à acuidade dos sentidos, e mal reparadas ou refeitas pelo sangue empobrecido nas hematoses incompletas...* (CUNHA, p. 112-113)

As estruturas geológicas que hoje formam a serra do Espinhaço foram outrora uma área de sedimentação onde se formou o arenito devido à sedimentação de areia em uma porção da superfície terrestre que formava um mar raso e quente. Como consequência dos movimentos tectônicos terrestres, vários pacotes de arenitos e outros tipos de rochas (por exemplo rochas intrusivas) foram empurrados em diversos sentidos, sobretudo no sentido E-W. Estes movimentos resultaram em um processo de orogênese e, por isto, tais pacotes de rocha foram dobrados e cavalgaram por sobre o pacote de rochas que lhe sustenta hoje, que é a formação Sopa-Brumadinho, em direção ao grupo Bambuí, que o limita pelo flanco W (KNAUER, julho de 2007). O que fora uma cordilheira, erguida pelo choque de placas tectônicas, hoje – após sofrer do resultado de milhões de anos de intemperismo físico-químico e de relativa estabilidade tectônica – apresenta um relevo bastante acidentado, com muitos afloramentos rochosos, solos rasos e uma grande quantidade de vales formados por córregos e rios encaixados em falhas e fraturas geológicas. Sua altitude máxima é cerca de 2002 metros em relação ao nível do mar.

Foto 1: Vale do Travessão (Parque Nacional da Serra do Cipó). Afloramentos rochosos, falhas, fraturas e vales encaixados. (RIBEIRO, M. C. 2002).

A porção meridional da Serra do Espinhaço é a divisora de águas das bacias dos rios São Francisco (que corre ao oeste da Serra), Doce e Jequitinhonha (os dois últimos correm ao leste da Serra do Espinhaço). Por estar disposta longitudinalmente no sentido S-N, a Serra do Espinhaço é também um ecótono; ela divide dois grandes biomas brasileiros que são a mata atlântica, que predomina ao leste da Serra e o cerrado que predomina ao oeste da mesma. Suas partes mais elevadas, com os solos mais rasos e com grande quantidade de afloramentos rochosos eram cobertas originalmente pelos campos rupestres, que apresentam espécies dos dois biomas e também um elevado número de endemismo de fauna e flora, sobretudo da última. Antes de sua descoberta pelos novos habitantes do Brasil e por seus exploradores, chegar até a Serra do Espinhaço era uma tarefa muito árdua, uma vez que não existiam caminhos, exceto algumas trilhas indígenas e os leitos dos rios, que invariavelmente apresentam trechos encachoeirados. Mesmo com as dificuldades encontradas, a esperança de se encontrar

metais preciosos no Brasil movia diversas pessoas a estas entradas no sertão, alimentadas pelas notícias vindas das colônias espanholas nas Américas.

Foto 2: Pico do Itambé (ao fundo). Divisa dos municípios Serro e Santo Antônio do Itambé. (RIBEIRO, M. C. 2004)

Quando os bandeirantes saídos de São Paulo adentraram o interior do que hoje é o Estado de Minas Gerais depararam com matas muito fechadas. Ao chegarem às Serras do Quadrilátero Ferrífero e, posteriormente à Serra do Espinhaço, eles se depararam com os campos rupestres que formam um tipo de vegetação muito menos densa que a mata atlântica e do que o cerrado e mais fácil de serem atravessados. Assim, o caminho mais lógico a ser percorrido naqueles trechos era pelo alto das Serras, evitando os perigos da mata virgem e fechada e as dificuldades do cerrado. Tudo isto tem certa relevância ao considerarmos o processo de incorporação da Serra do Espinhaço no moderno mundo das mercadorias; além de nos permitir compreender porque o processo de modernização aqui se deu de forma diferenciada tanto de seu entorno imediato como também do restante do estado e do país. Embora as determinações de sua ocupação e

exploração sejam sociais, o aspecto físico da Serra do Espinhaço tem sua importância relativa, como veremos a seguir.

Foto : Campos Rupestres com afloramentos rochosos. Presença de velozias em primeiro plano (canelas de ema).

De acordo com Saint Hilaire (1938) e Eschewege (2002), os leitos dos rios neste trecho da Serra eram fartos em diamantes e ouro de aluvião. Foi a evolução geológica e geomorfológica da Serra do Espinhaço, marcada pelos milhões de anos de intemperismo físico-químico, que possibilitou a formação de ouro e diamantes de aluvião em abundância ao longo da mesma. Como sabemos, o Brasil foi invadido pelos portugueses no início do século XVI, como resultado da expansão econômica europeia do período mercantilista e da lógica tautológica do capital. A nova sociedade que ocupara o Brasil a partir de então já nasceu submetida às leis abstratas da produção do valor e vinculada à lógica do mercado mundial. O Brasil surge no mundo moderno como colônia portuguesa produtora de mercadorias voltadas para abastecer o mercado

europeu. Primeiramente fornecendo madeira, sobretudo o pau Brasil, seguido pela produção de cana-de-açúcar, a partir do ano de 1530 (PRADO JR., 1970, p.31-40), ambas as atividades concentravam-se no litoral brasileiro. No início do século XVIII a descoberta de metais preciosos no interior do Brasil marca um novo período de exploração colonial, agora em seu interior e longe dos portos litorâneos.

Ainda em meados do século XVI, algumas expedições empreenderam marchas pelo sertão do Brasil, no território que hoje forma o estado de Minas Gerais. Estas primeiras entradas quinhentistas se deram a partir do litoral baiano, pelos rios Jequitinhonha e Mucuri, e já tinham como objetivo a busca de metais preciosos. Os principais líderes destas entradas foram Francisco Bruza de Espinosa e Aspicueta Navarro (1554), Sebastião Fernandes Tourinho (1573), Antônio Dias Adorno (1574) e Marcos de Azevedo (1596 e 1611) (RESENDE, 2007, p. 27). Embora estas primeiras entradas baianas não tenham obtido sucesso em encontrar ouro e diamante, elas conseguiram chegar até a Serra do Espinhaço, cabeceira daqueles rios e local onde, alguns anos, depois estes minérios seriam encontrados. Deste modo, já no século XVI, a mesma torna-se conhecida por parte dos portugueses.

Durante o século XVII, os bandeirantes paulistas também penetraram o sertão do Brasil em busca de índios para serem escravizados e de metais preciosos. Ao adentrarem o interior do Brasil, no sentido sul-norte, encontraram as Serras do Quadrilátero Ferrífero e, também, a Serra do Espinhaço. Ao chegarem ali, eles depararam-se com o ouro e, posteriormente, com o diamante que, durante milhões de anos, foram depositados nos leitos dos rios destas serras. De acordo com Caio Prado Jr. (1970, p. 57), a primeira descoberta de ouro em Minas Gerais foi feita em Ouro Preto no ano de 1696, ou seja, nos últimos anos do século XVII. Já, Resende afirma que em 1678, o bandeirante paulista Borba Gato descobrira as minas de Sabarauçu, onde hoje é

a Cidade de Ouro Preto. Porém, ele manteve a localização da mesma em segredo até o ano de 1698, quando, em troca da informação sobre a localização das minas, recebeu o perdão por ter mandado assassinar o administrador das Minas de Itabaiana em São Paulo (RESENDE; 2007, p. 29). O período histórico em que as minas de ouro e diamantes são descobertas pelos portugueses era marcado pela expansão mundial do capitalismo. Neste período o ouro funcionava como equivalente geral – no qual todas as outras mercadorias espelhavam seus próprios valores – e era usado como moeda de troca entre as nações. Esta abundância de "dinheiro" nos leitos dos rios das Serras de Minas Gerais, que ficara tantos anos fora da esfera da produção de mercadorias, fez com que de repente tais Serras se vissem no centro das atenções econômicas da colônia e de Portugal. A possibilidade de se explorar tais metais preciosos nas montanhas e nos córregos que compõem estas serras atraiu primeiramente os bandeirantes e, posteriormente, pessoas de todas as regiões do Brasil e de Portugal e de outros países durante os séculos XVIII e XIX. Este período marca um processo específico de como a Serra do Espinhaço se insere no mundo moderno de produção de mais valia e de valorização do capital. Em pouco tempo tem-se construído aí, vilas, povoados e cidades, onde a principal atividade econômica era a mineração.

De acordo com Celso Furtado (1982, p. 74), como o ouro e o diamante não exigiam grandes inversões em capital para explorá-los, tendo em vista que eles se encontravam nos leitos dos rios, praticamente qualquer homem livre, mesmo que despossuído de capital e de escravos, poderia se ingressar nesta atividade com possibilidades de enriquecimento e ascensão de posição social. Tal fato seria o responsável pelo grande número de imigrantes que foram em busca das riquezas que afloravam na Serra do Espinhaço. Constituía-se assim, então, a nova população que se aglomerava nos altos da Serra em questão desde os grandes proprietários de escravos,

com centenas de homens cativos, os comerciantes, os soldados, os administradores da coroa, até os garimpeiros individuais despossuídos de escravos e de capitais.

Após a descoberta do ouro, no período colonial, a Capitania das Minas Gerais foi dividida em três comarcas em 1714, sendo elas Rio das Mortes, Vila Rica e Rio das Velhas (ou Sabará). Em 1720 a comarca Rio das Velhas foi dividida formando a comarca do Serro Frio e em 1815, ela foi novamente dividida dando origem à comarca de Paracatu, ao norte da comarca do Rio das Velhas (MORAES, 2007, p. 76-83). A região que estamos estudando localiza-se na porção Sudoeste do que fora a comarca do Serro Frio, e tinha como sede a Vila do Príncipe, (hoje cidade do Serro). Dentro desta comarca, na porção norte da área de nosso estudo, foi fundado, em 1734, o Distrito Diamantino[6], devido à grande abundância de diamantes e às consequentes variações de sua cotação no mercado mundial. Este Distrito se distribuía em torno do arraial do Tijuco (atual cidade de Diamantina), era demarcado de acordo com a distribuição das áreas ricas em diamantes, era, também, submetido a uma administração direta da Coroa Portuguesa representada pelo Intendente dos Diamantes (FURTADO; 2007, p. 309). Praticamente um século após a efetiva ocupação da Serra do Espinhaço, nas primeiras décadas do século XIX e últimos anos de colônia portuguesa (pelo menos formalmente), de acordo com Saint-Hilaire, a administração das capitanias no Brasil ficava a cargo dos chamados Capitães Generais, escolhidos pela coroa portuguesa; tais homens eram os chefes civis e militares em suas capitanias e tinham poderes quase ilimitados (1938; p. 300), embora, pudessem ser repreendidos por seus atos "à vontade da corte" (1938; p. 323). O autor, que convivera com alguns capitães generais durante suas viagens pelo Brasil, expressara-se da seguinte maneira a respeito dos mesmos:

[6] No ano de 1730, por meio de um decreto, "os diamantes foram declarados propriedade real" (SAINT-HILAIRE; 2004, p. 13).

> *Escolhia-se sempre grandes senhores que se queriam favorecer, ou às vezes, talvez, afastar do país. Livres de qualquer vigilância, saudosos dos prazeres de uma grande capital, cheios de desprezo pela região que governam, devorados de tédio, não tendo mais iguais com quem tratar, rodeados de aduladores e de escravos, esses capitães generais se entregavam bastante frequentemente a todos os caprichos do despotismo; e a voz do povo oprimido não poderia chegar até os ouvidos do soberano que residia além dos mares* (SAINT-HILAIRE; 1938, p. 300-301).

Já, as questões jurídicas não cabiam aos capitães generais, e, neste período, elas estavam encarregadas, em primeira instância, aos juízes de fora e aos juízes ordinários. Os primeiros eram nomeados pelo rei de Portugal e eram sempre oriundos de lugares diferentes de onde exerciam seus mandatos; os segundos eram escolhidos pelo povo, por meio de eleição indireta "entre os cidadãos de maior consideração" (SAINT-HILAIRE; 1938, p. 304). Estes juízes se distribuíam em 1, 2 ou 3 pelos termos das comarcas, de acordo com os desígnios reais. Em segunda instância, nas sedes das comarcas, podia-se apelar aos ouvidores. Além destes funcionários, existia uma série de outros que auxiliavam lhes nos trabalhos administrativos, como escrivães, tabeliães, assessores e oficiais de justiça. Cada sede de termo também possuía uma câmara, que era presidida pelos juízes de fora e composta por cidadãos eleitos nos moldes dos juízes ordinários (SAINT-HILAIRE; 1938, p. 313). A capitania de Minas Gerais contava ainda com um regimento de cavalaria de cerca de 600 homens, encarregados, sobretudo, de fiscalizar e impedir as extrações ilegais e os desvios e descaminhos dos minérios ali produzidos, que cabiam à coroa portuguesa (SAINT-HILAIRE; 1938, p. 321-322). Toda esta estrutura administrativa colonial e divisão política imposta à capitania de Minas Gerais se devem ao especial interesse por parte da coroa portuguesa de controlar a produção mineral e arrecadação de impostos, devido ao fato de se produzir fetichistamente dinheiro, materializado em ouro. Dizemos isto, porque o ouro era na época, o principal equivalente geral utilizado no comércio entre as nações, por isto,

dinheiro. Porém, o ouro em si, materialmente, não tem valor nenhum, tão pouco o diamante. O valor que o ouro possui, é abstrato tal qual o valor de qualquer outra mercadoria, como demonstrou Marx (1994; p. 41-161), e é socialmente determinado pela lógica de reprodução do capital. A diferença do ouro para as outras mercadorias, durante o período colonial, é que por ser também, moeda de troca, ele era capital em potencial, passível de ser investido em processos produtivos, com o objetivo de se aumentar a quantidade acumulada. Pelo que sabemos da história de Minas Gerais, a maior parte deste ouro e diamante explorado ali, foi enviada para a Europa, para saldar as dívidas, tanto de Portugal, como também dos mineiros que tinham que importar a maior parte dos produtos manufaturados consumidos ali. Logo, o espaço que começa a ser produzido ao longo da porção meridional da Serra do Espinhaço já é o do mundo moderno da acumulação e reprodução do capital, regido pela necessidade de o capital acumular-se e reproduzir-se ampliadamente expandindo-se globalmente. O valor que se materializava-se no ouro na capitania das Minas Gerais acumulava-se e reproduzia-se como capital industrial na Europa.

A maior parte da força de trabalho utilizada na mineração de ouro e diamante era escrava, com exceção dos indivíduos despossuídos de escravos que garimpavam por conta própria. A exploração do trabalho escravo do negro no Brasil só termina formalmente em 1888, praticamente cem anos depois da revolução francesa; passados cento e vinte e sete anos a população negra ainda recebe sua herança social. O capital e o capitalismo no Brasil, e na capitania de Minas Gerais, se formam a partir da exploração do trabalho escravo; o que dificulta a análise do capital pelo ponto de vista da crítica à economia política, uma vez que a exploração da mais valia não se enquadra no caso clássico do capitalismo onde o trabalhador é um ser livre. As determinações do capital se realizam das formas que são possíveis, e, no contexto da acumulação mundial,

como colônia portuguesa, a opção de exploração do trabalho no Brasil mais rentável para a metrópole era o trabalho escravo, uma vez que os comerciantes portugueses compravam os homens escravizados em suas colônias africanas e os vendiam no Brasil por valores muito maiores.

Deste modo, boa parte da população mineira era composta por homens cativos que obviamente viviam sob condições de vida nada promissoras. Saint-Hilaire (2004), apontava para a precariedade em que viviam e trabalhavam os negros, escravos, utilizados nas lavras de diamante em Minas Gerais. De acordo com o mesmo, os escravos eram obrigados a trabalhar constantemente dentro da água enquanto lavavam o minério. Alimentavam-se mal, seus alimentos tinham baixo valor nutricional, via de regra eram frios e mal cozidos, uma vez que eles próprios preparavam suas refeições durante a noite para consumi-las no dia seguinte. Também corriam o risco de serem soterrados por desmoronamentos ou esmagados por pedaços de rochas que se soltavam das jazidas. O trabalho destes homens era executado de forma contínua e penosa. "Sempre sob as vistas dos feitores[7] eles não podem gozar de um instante de repouso. (...)" (SAINT-HILAIRE, 2004, p.16). Ainda nas palavras do autor,

> *Os feitores trazem ordinariamente um grande pau terminado por uma tira de couro, de que se servem para castigar, imediatamente, um negro que fugir ao seu dever. Quando a falta é grave a punição é mais severa. Então amarra-se o culpado, e dois de seus companheiros aplicam-lhe nas nádegas golpes de bacalhau, chicote composto por cinco tranças de couro. (...)* (SAINT-HILAIRE; 2004, p. 17).

Vê-se assim, como o trabalho abstrato produtor de valor se formou no Brasil e nas Minas Gerais de maneira extremamente violenta, integrando o homem negro, de origem africana, como besta produtora de valor de troca, que poderia ser castigada e maltratada

[7] Os feitores eram os homens encarregados de vigiar a atividade dos escravos durante todo o período de trabalho nas lavras, cada feitor era responsável por uma lavra com um determinado número de escravos.

de acordo com as vontades e os ânimos de seus senhores. Percebemos assim, como a sociedade que se fixa na Serra do Espinhaço mineira traz a violência intrínseca à sua formação econômica e social.

Também as condições de habitação dos escravos não eram as melhores. Referindo-se ao estabelecimento de uma tropa de escravos em uma lavra de diamantes de nome *Córrego Novo*, no antigo Distrito dos Diamantes, Saint-Hilaire afirma que as casas dos negros, eram pequenas, sem paredes e superlotadas (SAINT-HILAIRE, 2004, p. 24). Por estes exemplos podemos inferir que as condições de vida dos escravos nas áreas de economia mineira eram de fato extremamente precárias. Mesmo a possibilidade de compra da própria liberdade era reduzida, de acordo com Saint-Hilaire (2004, p. 17), no ano de 1816 apenas três escravos haviam sido libertados e, no ano em que visitara o Distrito dos Diamantes, até o mês de outubro nenhum escravo havia sido libertado.

De acordo com Furtado, a produção das lavras de ouro e diamantes era incerta, o período de grandes ganhos em cada lavra durava relativamente pouco tempo, eram efêmeros, logo depois os ganhos diminuíam rapidamente. Por isso, o capital fixo investido na exploração das lavras em Minas Gerais era necessariamente reduzido, este deveria ser capaz de ser desmobilizado em determinada lavra para em seguida ser aplicado em outra rapidamente. Além disto, as lavras que eram recentemente descobertas e apresentavam bons rendimentos iniciais ocupavam grande parte da força de trabalho disponível na região. Como resultado eram constantes as faltas de alimentos pelas quais os individuos que ali viviam passavam. Segundo Furtado, “a fome acompanhava sempre a riqueza nas regiões do ouro” (FURTADO; 1982, p. 76). Uma vez que poucas pessoas dedicavam-se à produção agrícola na região de predomínio da atividade mineradora. Porém, de acordo com Paula, os grandes surtos de fome que ocorreram no início do período minerador, últimos anos do século XVII e primeiras

décadas do século XVIII, foram responsáveis por uma dispersão maior da população pelo restante da capitania o que influenciou certa diversificação econômica com uma intensificação da agricultura, da pecuária e das destilarias de aguardente (PAULA; 2007, p. 284-285).

Sendo assim, para abastecer de mercadorias manufaturadas e até de alimentos demandados socialmente as áreas de economia mineradora, era necessário vencer centenas de quilômetros em caminhos precários e mal conservados, desde os portos de Parati e do Rio de Janeiro até as montanhas do estado de Minas Gerais. Para a execução de tão árdua tarefa as pessoas que se encarregavam destes transportes utilizavam-se de tropas de animais de carga, notadamente mulas e burros; estas pessoas eram conhecidas como tropeiros. Esta atividade era intensa e extremamente necessária para a manutenção da vida social na área de economia mineira a ponto de criar "um grande mercado para animais de carga" (FURTADO; 1982, p. 77) em outras regiões do país voltado para abastecer a região em questão.

Furtado afirma que "a exportação do ouro cresceu em toda a primeira metade do século [XVIII] e alcançou seu ponto máximo em 1760, quando atingiu cerca de 2,5 milhões de libras" (FURTADO; 1982, p. 78). Porém, a crise da mineração não demorou muito e a decadência econômica em que as pessoas que ali reproduziam seus capitais entraram foi marcante. "O declínio no terceiro quartel do século foi rápido e, já por volta de 1780 não alcançava um milhão de libras" (FURTADO; 1982, p. 78). De acordo com este autor, a crise foi ainda mais agravada, pois as pessoas que viviam nestas áreas, em geral, não se dedicavam a outras atividades produtivas que não a mineração; exceção feita apenas às pequenas produções de subsistência. Desta forma, não havia outra atividade econômica capaz de reproduzir os capitais que entravam em crise na mineração. Além disto, a esperança de que uma nova lavra, com ouro em abundância

poderia ser descoberta a qualquer momento, induzia o empresário a manter-se rígido em relação à atividade econômica em que empregava seu capital (FURTADO; 1982, p. 84). Desta forma os capitais individuais eram consumidos nos investimentos e não se reproduziam mais satisfatoriamente, até o ponto em que o antigo empresário, rico, com centenas de escravos, se converteria em um simples faiscador que garimpava os leitos dos rios por conta própria, entregue a sua própria sorte.

Ao descrever este processo de decadência econômica da atividade mineradora, Furtado aponta o fato de que no século seguinte (XX), a Austrália após passar por uma crise parecida, com um grande número de trabalhadores desempregados, tomou medidas protecionistas que permitiram que este país se industrializasse precocemente. Na visão deste autor, "houvesse a economia mineira se desdobrado num sistema mais complexo, e as reações seguramente teriam sido diversas" (FURTADO; 1982, p. 84). Transparece aqui a ideologia desenvolvimentista que permeia a análise deste importante pensador do processo de formação econômica do Brasil. A ideia de que o caminho para os países "atrasados" economicamente progredirem civilizatoriamente e se desenvolverem economicamente é necessário investir seus capitais na industrialização e na diversificação dos parques industriais dos mesmos. Esta ideia já transparece no próprio critério de classificação das nações, no período em que vivemos, adotado por autores que têm um ideal desenvolvimentista. Tal critério seria do de dividir os países entre desenvolvidos e subdesenvolvidos. Recentemente, a mídia tem preferido o termo *países em desenvolvimento*, que tem a mesma função ideológica de considerar que o modelo dos países centrais do capitalismo mundial é o modelo isento de contradições que todos os demais países do mundo devem buscar alcançar. O problema é que, observando unilateralmente por este ângulo, ofuscam-se quanto à necessidade que todo o sistema econômico global tem de se reproduzir nos moldes em que se reproduz – explorando

cada país e cada parcela da população de acordo com as possibilidades de reprodução que cada situação oferece. O *desenvolvido* e o *subdesenvolvido* são faces da mesma moeda, que não poderia ter senão estas faces.

Furtado caracterizou de forma geral a crise da mineração da seguinte forma:

> *Muitos dos antigos empresários transformavam-se em simples faiscadores e com o tempo revertiam à simples economia de subsistência. Uns poucos decênios foram necessários para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunidades e isolando-se os pequenos grupos uns dos outros. Essa população relativamente numerosa encontrará espaço para expandir-se dentro de um regime de subsistência e virá a constituir um dos principais núcleos demográficos do país. Neste caso, como no da economia pecuária do Nordeste, a expansão demográfica se prolongará num processo de atrofiamento da economia monetária. Dessa forma, uma região cujo povoamento se fizera dentro de um sistema de alta produtividade, e em que a mão-de-obra fora um fator extremamente escasso, involui numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência. Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem europeia* (FURTADO; 1982, p. 85-86).

O argumento de Furtado é de que com o declínio dos ganhos com a mineração, muitos senhores de escravos faliram e muitas pessoas migraram para outras regiões do país; afinal, as principais atividades econômicas do país também mudavam, a mineração do ouro e do diamante já não era mais tão relevante para a balança comercial do país, como passaria a ser o café, por exemplo. Já Guimarães e Reis (2007; p. 331-332), apresentam uma leitura diferente da apresentada pelo que eles chamaram de historiografia clássica, como a de Celso Furtado. De acordo com os autores, o declínio da produção do ouro não implicou um processo absoluto de crise econômica na capitania de Minas Gerais. Ao contrário, tal declínio teria impulsionado o

desenvolvimento de outros setores da economia mineira como a agricultura e a pecuária, que passariam a ser as principais atividades exercidas em toda a capitania, voltadas tanto para a subsistência das unidades produtivas quanto para o mercado interno (GUIMARÃES & REIS; 2007, p. 331-332).

O outro argumento de Furtado, de que a população das minas gerais involuiu de trabalhos de alta produtividade para trabalhos de baixa produtividade também deve ser relativizado. Ao que parece o período de mineração do ouro não era fundamentado em trabalhos tão produtivos, como queria o autor. Novamente voltamos aos relatos das observações de Saint-Hilaire, nas palavras do autor referindo-se aos mineiros, dizia que:

> *a arte de explorar as minas não é entre eles mais que uma rotina imperfeita e cega, e não existe em seu país escola nenhuma em que possam adquirir os conhecimentos que lhes são tão necessários. Sem previdência para o futuro, entulham os vales com a terra das montanhas; cobrem com os resíduos de lavagens terrenos que ainda não foram explorados, e que contêm também grande quantidade de ouro; obstruem o leito dos rios com areia e pedras, e comprometem frequentemente a existência dos escravos* (SAINT-HILAIRE; 1938, p. 212-213).

Referindo-se ao instrumento de nome almocafre, uma espécie de enxada, que os mineiros utilizavam para ajuntar o minério que seria transportado, Saint-Hilaire afimara que ali não se conhecia instrumentos simples, como a pá "com a qual se teria menor trabalho e maior economia de tempo" (1938, p. 215). Estas observações demonstram que a produtividade do trabalho nas minas não era tão elevada como queria Furtado, porém, produzia-se equivalente geral.

Apesar da decadência da mineração do ouro e do diamante, certos traços da atividade mineradora se mostram ainda hoje na arquitetura e na imponência de certas construções deste período de intensa atividade mineradora, sobretudo nas sedes dos municípios e de alguns distritos. Para Galeano, "só a explosão de talento ficou como

recordação da vertigem do ouro, para não mencionar os buracos das escavações e as pequenas cidades abandonadas" (GALEANO; 2002, 68). Estes símbolos de uma época "áurea" e sangrenta aparecem como o estilo barroco do Brasil Colônia e seus artistas aparecem como geniais, a exemplo do *mestre* Alejadinho, nas palavras de Galeano, o "artista mais talentoso de toda a história do Brasil" (GALEANO; 2002, 69). Isto é o que aparece: o passado romantizado como se a sociabilidade nas Minas se desse de uma forma harmônica baseada na exploração de riquezas valiosas, realizada por um trabalho escravo que nos deixou obras riquíssimas, de grande apelo cultural, histórico e patrimonial.

Além da importância geológica para a iniciativa histórica de se ocupar este trecho da Serra do Espinhaço por parte do homem ocidental moderno, sua estrutura geológica, também hoje, é importante para se compreender o que atrai os turistas para esta área. Pois, em parte, é a estrutura geológica da Serra que permite, com seus afloramentos rochosos, com seus solos rasos e desníveis abruptos, a formação das inúmeras cachoeiras e dos poços propícios ao banho, assim como das nascentes de águas limpas, que tanto agradam os homens modernos, cindidos[8] em suas diversas formas, que buscam um mínimo de contato com um ambiente que ainda não tenha sido completamente concretado. Portanto, a estrutura geológica e as condições ditas "naturais" da Serra do Espinhaço justificam a possibilidade de se empreender em torno da exploração da "indústria do turismo"; pois, se aproxima de um ideal de natureza que o homem urbano industrial ressente de não mais pertencer. Vende-se a ideia de uma natureza perfeita, harmônica, de paz, e é assim que ela de fato aparece aos olhos deste homem moderno à medida que esse a consome. Na verdade, a natureza está longe de ser

[8] *(...), com a introdução das máquinas aumentou a divisão do trabalho no interior da sociedade, simplificou-se a tarefa do operário no interior da oficina, o capital foi reunido, o homem foi dividido ainda mais* (MARX; 2001, p. 124).

harmônica e perfeita. Muito menos os são os homens que vivem e produzem nesta e esta “natureza”.

Foto 4: Cachoeira do Tabuleiro. (Povoado de Tabuleiro, Conceição do Mato Dentro). Esta é a maior cachoeira de Minas Gerais e é considerada uma das maiores do Brasil. (RIBEIRO, M. C. 2003).

Desde o nosso primeiro contato com a Serra do Espinhaço e com seus povoados – que quanto mais andávamos mais conhecíamos – até o momento em que iniciamos esta pesquisa, a Serra mudou muito. “Aqui cresceu demais” ou “aqui mudou muito” são alguns dos comentários mais ouvidos entre as pessoas de Belo Horizonte, e de outras cidades de Minas Gerais, que conhecem estes povoados há mais de 15 anos. Porém este

fenômeno não se dá na Serra do Espinhaço como um todo, e nem de forma homogênea. Alguns povoados destacam-se mais do que outros como destinos turísticos, mesmo sendo eles relativamente próximos.

O processo de modernização na Serra do Espinhaço foi muito intenso no período da mineração do ouro e do diamante. Porém, com a decadência desta atividade, nos pequenos povoados rurais, isolados dos centros urbanos, constituídos ao longo desta cadeia de afloramentos rochosos, os indivíduos que ali permaneceram mantiveram práticas rústicas de produção e de sociabilidade, constituindo um modo não explícito de ser da forma mercadoria, porque essa estava mascarada por suas precárias condições materiais. Durante este período, pós-escravista, ao longo do século XX, estas pessoas dedicaram-se, sobretudo, à agricultura, à pecuária, e, mais esporadicamente ao comércio, ao garimpo e outras atividades manufatureiras. Como veremos, existiam diferenças na distribuição e divisão do trabalho, dos meios de produção (incluindo a terra) e dos produtos do trabalho. Em alguns casos as pessoas produziam praticamente aquilo que necessitavam para sobreviver, comercializando raramente sua produção excedente. Utilizavam o dinheiro adquirido para complementarem os produtos de seus consumos básicos, comprados nas cidades mais próximas. Se no início da década de setenta do século passado, Eduardo Galeano considerava as cidades de Ouro Preto e Mariana[9] como "paralisadas no tempo" (GALEANO, 2002, p. 62), o que será que ele diria dos pequenos povoados de que estamos tratando, como Lapinha da Serra, Tabuleiro, Candeias, Extrema, Milho Verde, Capitão Felizardo e muitos outros? Talvez dissesse que não foram os povoados que pararam no tempo, e sim o que próprio tempo é quem parou, tamanha a precariedade das relações sociais e das necessidades sociais de consumo nestes povoados. Obviamente não pensamos nestes termos, é só para dar uma

[9] Cidades de Minas Gerais em que se extraiu grande quantidade de ouro, marcadas por arquitetura colonial e grande quantidade de igrejas.

ideia de como a modernização age simultaneamente de forma diferenciada nestes povoados em relação aos novos centros econômicos, ao longo da formação do Brasil até os dias de hoje.

Porém, a partir da década de 90 do século passado esta situação começou a mudar sensivelmente. Embora as consequências sociais e ambientais do modo de produção capitalista pouco importem aos indivíduos determinados pela razão de ser do capital, e pela ideologia desenvolvimentista correlata, elas são inerentes ao sistema produtivo em questão, e, muitas vezes, são visíveis e nítidas demais para serem totalmente ignoradas. Sobretudo quando se refere às questões "*ambientais*", que também expressam a *natureza* e o *natural* como uma forma fetichista onde estes termos aparecem na e como forma mercadoria e apropriados pelo capital como forma de expansão crítica do mesmo; isto é, como forma de expansão de sua crise, uma vez que põe-se preço (a forma valor) naquilo que não possui valor, impondo-lhes assim a forma de ser da sociabilidade do mundo moderno, justamente em um momento em que a mesma se encontra cada vez mais impossibilitada de realizar-se. A "*natureza*" que ainda não foi totalmente destruída pela sociedade moderna, neste momento de crise, passa a possuir um valor, puramente especulativo, devido à sua "*raridade*", transformando-se em mais uma mercadoria a ser consumida. Assim, o turista que busca estes "*recantos*" de *natureza* preservada (embora há muito já totalmente transformados em segunda natureza, e portanto social), consome o espaço (produzido de forma crítica) como ilusão de desfrute do natural. Quando, na verdade, são induzidos pela forma de ser da crise em que o mundo capitalista se encontra. O consumo do espaço tido como *natural*, que na verdade é social, passa a ser uma necessidade expressa pela expansão da crise de reprodução do capital.

A atividade turística nestes povoados traz de volta a monetarização das relações sociais de produção, que coincide com um momento de intensificação do processo de modernização e acumulação de capital. Podemos nos apropriar de algumas palavras de Marx, para ilustrar o caráter deste processo:

> *Chegou por fim um tempo em que tudo o que os homens tinham considerado inalienável se tornou objeto de troca, de tráfico e se podia alienar. É o tempo em que as mesmas coisas que até então eram transmitidas mas nunca trocadas; dadas mas nunca vendidas; adquiridas mas nunca compradas – virtude, amor, opinião, ciência, consciência etc. – tudo, enfim, passou ao comércio. É o tempo da corrupção geral, da venalidade universal, ou, falando em termos de economia política, o tempo em que qualquer coisa, moral ou física, ao converter-se em valor venal é levada ao mercado para ser apreciada no seu mais justo valor.* (MARX; 2001, p.31).

A atividade turística traz consigo um apelo à forma monetária do valor, como a razão de ser da existência dos seres humanos. A circulação de dinheiro, entre as pessoas que viviam praticamente sem comprar nada, transforma o modo como estas pessoas se sociabilizarão neste novo período histórico. Ela ainda corrompe suas antigas relações sociais marcadas por relações de trabalho e produção em que muitas vezes as pessoas se ajudavam, trocavam as suas forças individuais de trabalho, sem necessariamente terem de pagar em dinheiro umas às outras.

4- Trabalhos de Campo

A pesquisa que propomos não pode ser realizada de forma muito distante de nosso objeto de estudo, ao contrário, para que consigamos compreender as transformações sociais e espaciais ocorridas na porção Meridional da Serra do Espinhaço é necessário conhecermos a mesma de uma forma mais próxima e mais intensa. Somente com visitas ao campo, o pesquisador, que se propõe a refletir sobre determinadas parcelas do espaço, poderá de fato conhecer o seu "objeto". Os livros, os mapas, os jornais, a internet e outras formas de aquisição do conhecimento à distância têm sua função inegável na construção do conhecimento científico, porém, deve-se também, aliar a essas fontes de conhecimento e de pesquisa a pesquisa empírica, prática, diretamente em campo. Pensando deste modo realizamos alguns trabalhos de campo na Serra do Espinhaço em diferentes lugares e em momentos diferentes de nossa pesquisa. Apresentaremos aqui sucintamente as propostas destes trabalhos de campo e em quais condições ocorreram, os seus resultados e nossas descobertas serão discutidos ao longo dos capítulos 1, 2 e 3.

Para delimitarmos melhor a área que nos é objeto de estudos, dedicamos o mês de janeiro e início de fevereiro de 2009 a percorrer todos os municípios que compõem a porção Meridional da Serra do Espinhaço e os seus municípios limítrofes E e W. A partir deste trabalho de campo longo e exaustivo, percorrendo dezenas de quilômetros todos os dias, pudemos delimitar geograficamente até aonde faz sentido estudarmos o turismo na porção meridional da Serra do Espinhaço. O resultado deste trabalho de campo foi próximo do que esperávamos, e grande parte dos municípios visitados não possui uma atividade econômica fundamentada no turismo (nem nas sedes municipais, nem nos seus pequenos e diversos povoados). Porém, ao saberem dos nossos propósitos

na Serra, os proprietários das pousadas, hotéis e pensões destas cidades são quase unânimes em exclamar: “Vê se traz turistas pra gente...”.

Este trabalho de campo foi de suma importância para melhor delimitarmos o nosso objeto de estudo. Mesmo após este longo trabalho de campo e as “aparas” feitas na área de estudos ela permaneceu relativamente grande, o que nos traz algumas dificuldades dentro do problema que pretendemos desvendar. Uma vez que pretendemos focar nossas análises em torno dos pequenos povoados que compõem a porção meridional da Serra do Espinhaço e eles se mostraram inúmeros, em quantidade bem maior do que esperávamos. Sendo assim não realizaremos nosso estudo em torno das sedes municipais, e sim em torno dos povoados, que atraem os turistas oriundos de vários lugares do Brasil e do mundo, sobretudo da região metropolitana de Belo Horizonte e das cidades mineiras localizadas em volta da Serra como Diamantina, Montes Claros, Itabira, Sete Lagoas, Vespasiano e outras. Porém quando necessário teceremos alguns comentários a respeito de tais sedes municípais.

Os municípios visitados durante este campo de janeiro de 2009 foram: ao Oeste da Serra do Espinhaço Baldim, Jequitibá, Santana do Pirapama, Cordisburgo, Curvelo, Inimutaba e Presidente Kubitschek; no alto da Serra do Espinhaço Santana do Riacho, Congonhas do Norte, Morro do Pilar, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Carmésia, Gouveia, Presidente Juscelino, Alvorada de Minas, Serro, Santo Antônio do Itambé, Datas e Diamantina; nos limites Norte e nordeste e Leste Couto de Magalhães de Minas, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino Gonçalves, Itamarandiba, Felício dos Santos, Rio Vermelho, Coluna, Serra Azul de Minas, Materlândia, Sabinópolis, Passabém, Itambé do Mato e Santa Maria de Itabira. Nossa intenção era a de fechar pela porção sul pelos municípios Bom Jesus do Amparo, Nova União, Taquaraçu de Minas e Jabuticatubas, porém tivemos um problema mecânico com o

carro que estávamos utilizando e tivemos que voltar para Belo Horizonte. Após este longo trabalho de campo decidimos focar nossa pesquisa em torno dos povoados pertencentes aos municípios de Santana do Riacho, Conceição do Mato Dentro, Congonhas do Norte, Serro e Diamantina e definimos dois deles como os principais focos de nossa análise. São eles: Lapinha da Serra (em Santana do Riacho) e Milho Verde (Serro).

A escolha de focarmo-nos em Milho Verde se deu pelo fato de este povoado ser um destino turístico conhecido já há mais de 25 anos e estar entre duas das principais cidades deste trecho da Serra do Espinhaço, Serro e Diamantina. Logo, dedicamos o mês de julho de 2009 para realizarmos trabalhos de campo no povoado em questão. Entre os dias 7 e 29 de julho de 2009 permanecemos acampados, no camping do Sr. Nozinho, em Milho Verde acompanhando o ritmo do povoado, vendo as coisas acontecerem e não acontecerem, conversando com as pessoas dali, com os turistas, fazendo entrevistas e andando muito. Andávamos pelas ruas, pelos becos, pelas estradas, pelas trilhas, por fora das estradas, por fora das trilhas... enfim andávamos muito, para melhor conhecer o lugar. Também frequentávamos as cachoeiras, as praças e os bares; estas eram formas eficientes de interação com algumas pessoas e várias vezes rendiam conversas prazerosas e bastante elucidativas.

Na virada de 2009 para 2010 dedicamo-nos aos trabalhos de campo em outro trecho da Serra do Espinhaço, no povoado chamado Lapinha da Serra no município de Santana do Riacho. Em seguida percorremos o trecho, de aproximadamente 25 quilômetros até Tabuleiro, onde permanecemos dois dias. Seguimos para Milho Verde onde ficamos mais três dias e depois fomos para Diamantina e de lá voltamos para Belo Horizonte.

Alguns (im)previstos familiares me afastaram do campo ao longo da segunda quinzena de janeiro de 2010 então só retornamos ao campo no período do Carnaval e o local escolhido foi novamente Milho Verde. Permanecemos em Milho Verde até o final do mês de fevereiro realizando entrevistas e visitando alguns povoados que ainda não conhecíamos. No final deste mês fomos a Congonhas do Norte e para a Serra do Cipó onde passamos mais dois dias até retornarmos para Belo Horizonte e depois São Paulo.

Com o nosso desligamento junto ao programa de pós graduação do DG-FFLCH-USP, e reingresso no ano de 2012, pelos motivos já explicados, voltamos ao campo nos anos de 2013 e 2014.

Durante os meses de dezembro de 2013 a fevereiro de 2014, realizamos trabalhos de campo ao longo da porção meridional da Serra do Espinhaço. Tais trabalhos, novamente, foram acompanhados de uma intensa vivência nos povoados da Serra, acompanhando os ritmos e os tempos dos moradores locais, observando suas atividades, dialogando com os mesmos e realizando entrevistas formais. Os povoados visitados foram Lapinha da Serra, Candeias, Milho Verde, Baú e Cardeal Mota, assim como as trilhas e caminhos que interligam tais povoados.

Durante os meses de julho a agosto de 2014, realizamos novos trabalhos de campo ao longo da porção meridional da Serra do Espinhaço. Tais trabalhos foram mais concentrados no povoado conhecido como Serra do Cipó antigamente chamado de Cardeal Mota.

Os resultados e as conclusões à que chegamos a partir dos trabalhos de campo serão discutidos nos capítulos 1, 2 e 3, sobretudo nos dois últimos, a respeito dos povoados Lapinha da Serra e Milho Verde e o modo como se inserem na crise do capital mundial.

Capítulo 1 – A porção meridional da Serra do Espinhaço como um todo

No presente capítulo buscaremos demonstrar logicamente como o processo de crise da sociedade de trabalho se manifesta neste trecho do sertão do estado de Minas Gerais e como tal processo é percebido, sentido e interpretado fetichistamente pelos indivíduos dos povoados estudados e pelos empreendedores e turistas ali encontrados. Para darmos conta destas dificuldades, debateremos ao longo do texto com algumas obras de autores brasileiros que se dedicaram a estudar o processo de modernização do Brasil em áreas rurais, sobretudo os estudos de Antonio Candido e Maria Sylvia de C. Franco. Também faremos alguns paralelos com as obras de alguns escritores romancistas brasileiros que dedicaram alguns de seus textos ao sertão do Brasil, como Jorge Amado, e, sobretudo, o grande escritor mineiro João Guimarães Rosa, um autor que conhecia o sertão de Minas como poucos. De certa forma, este estudo traz também uma tentativa de romper com o romantismo que outrora nos acompanhara ao pensarmos o estado de coisas antes e depois das transformações fenomênicas que percebíamos. Por isto a escolha de fazermos uma confrontação do nosso conhecimento empírico e nossa elaboração teórica tanto com os autores científicos quanto com os romancistas brasileiros, num esforço de oferecermos novas explicações para o processo de modernização no interior do Brasil, e, mais especificamente, na porção meridional da Serra do Espinhaço mineira.

Tendo em vista que o que nos interessa é o processo social como um todo e não a vida de uma ou de outra pessoa, em relação aos dados obtidos em campo, não citaremos o nome de nenhum dos indivíduos entrevistados e envolvidos em nossa pesquisa, a não ser, é claro, as pessoas públicas, como prefeitos, governadores,

secretários de estado, etc.. Fazemos isto, não para dificultar a averiguação dos fatos por parte dos leitores, ou a identificação de possíveis infratores da lei; mas sim como forma de proteger, de não expor em excesso, tanto as pessoas que contribuíram com a elaboração deste estudo quanto a nós mesmos. Uma afirmação mal interpretada, repassada de um para outro de forma equivocada pode gerar ações extremamente violentas por parte de alguns indivíduos. Uma desavença com determinadas pessoas "*nos altos*" da Serra, às vezes por motivos fúteis, pode terminar com manifestações de violência que pretendemos evitar. "*O senhor não duvide – tem gente, neste aborrecido mundo que mata só para ver alguém fazer careta...*" (ROSA; 2006, p. 12). Ao longo destes anos de caminhadas pela Serra já nos deparamos com diversas situações conflituosas, algumas das quais serão narradas ao longo deste estudo.

A violência a que frequentemente recorrem as pessoas que vivem nas áreas rurais do Brasil foi abordada também de forma bastante coerente nas obras de Franco (1997) e de Candido (2003). Para este último, a violência observada entre os caipiras paulistas, do interior do estado, que estudara em meados do século XX, manifestava-se perante as possíveis ameaças de impossibilidade da manutenção dos níveis "*mínimos vitais*" de produção e consumo. De acordo com Candido, o caipira reagia agressivamente sempre em que via as suas possibilidades de sobrevivência, dentro dos limites dos mínimos vitais, ameaçadas por outrem, qualquer que seja este outro indivíduo. Já para Franco, a violência manifestada entre pessoas próximas, que vivem em lugares isolados, está incorporada nas próprias relações de vizinhança como formas de ajustamentos, não estando necessariamente vinculadas ao comprometimento das possibilidades de sobrevivência imediatas dos indivíduos ou dos grupos.

Obviamente, a violência nos sertões do Brasil aparece também nas obras literárias brasileiras:

> *Natário não se deu por achado, não se afetou. Conhecia os relatos de cor e salteado, idênticos na peripécia principal. A quantos vira chegar, a arma de fogo ainda fumegante? Vadiou a vista um a outro, medindo e pesando os quatro homens, qual deles havia atirado?* (AMADO; 2008, p. 244).

A violência de fato está presente de forma rotineira entre os indivíduos que vivem em áreas agrárias do Brasil, isolados das grandes cidades e da "*justiça*", como colocam Candido e Franco. Porém, consideramos que, para o período em que estamos analisando, a violência manifestada entre as pessoas que vivem nos povoados da porção meridional da Serra do Espinhaço é mais uma forma de expressão das contradições do processo de modernização crítica do sertão marcada pela crise do trabalho humano abstrato, do que uma forma de ajuste social como apontam Candido e Franco, como veremos ao longo do texto. Tal violência não está necessariamente vinculada a questões de manutenção do mínimo vital ou das relações de vizinhança; muitas vezes se manifestam por disputas por terras devolutas, roubo de animais, uso excessivo de álcool, compras e vendas de terras etc.

Ao realizar seus estudos a respeito das transformações sociais vividas por uma parcela da população rural brasileira, mais especificamente do interior do estado de São Paulo, nos anos 50 do século XX, Antonio Candido classificou o caipira paulista como uma "*variedade subcultural do tronco português*" (CANDIDO; 2003, p 45). Este importante autor se esforçou por fazer uma análise da estrutura social dos caipiras paulistas a partir das relações econômicas por eles travadas voltadas para a manutenção do *mínimo vital*. Porém, ele não se desvencilhou de uma perspectiva culturalista e até mesmo etnocentrista, considerando que a *cultura urbana* é mais avançada e desenvolvida do que a *cultura caipira*. Em sua análise em torno das transformações

sofridas pelos indivíduos caipiras que perdem suas terras e são tragados pelo mundo urbano industrial, o autor afirma que

> *se de um lado o caipira se desprende das técnicas e dos conhecimentos que constituíam o seu acervo cultural próprio, por outro ele encontra técnicas e conhecimentos novos que, num universo diferente, compensarão a atrofia de sua cultura, pela incorporação a uma cultura nova* (CANDIDO; 2003, p. 227).

A nosso ver, a interpretação deste autor expressa o sentido de que, embora por razões econômicas, a transformação pela qual passaram os indivíduos caipiras seria, sobretudo, cultural, de uma subcultura caipira para uma cultura civilizada. O problema que notamos em tal interpretação é o fato de a cultura moderna ser uma só; ela é a cultura do capital, embora ela se manifeste de forma diferenciada por grupos sociais diferentes. Consideramos que a lógica do capital é a lógica que rege toda sociabilidade no mundo moderno; sobretudo em países onde as formas de sociabilidade pré-modernas não existem, pois foram dizimadas pela própria constituição do moderno. Sendo assim, a forma como vivem os indivíduos dos locais afastados dos grandes centros urbanos não pode ser tida como uma variedade subcultural, ou deformada, de uma cultura mais avançada e desenvolvida. Na verdade, estes indivíduos e os modos como vivem e se relacionam expressam as necessidades do capital mundial para se reproduzir ampliada e globalmente. A lógica contraditória do capital exigiu que estas pessoas fossem incorporadas ao processo produtivo da forma como o foram. Foi a própria forma de ser do moderno, regido pela abstração da acumulação do valor, que produziu estes indivíduos *espalhados* pelo sertão do Brasil, sobrevivendo cada qual a seu modo e dentro das possibilidades que lhes são dadas. As diferenças sócio-econômicas entre os diferentes lugares são resultado de um mesmo processo e se dão de forma simultânea e determinadas pela mesma lógica irracional. Por mais marginalizados que estivessem

aqueles indivíduos caipiras, analisados por Candido, de algum modo eles foram subjugados pelas determinações do capital, seja abrindo novas áreas de plantio, mantendo as terras limpas, formando novos cafezais ou relacionando-se com os fazendeiros e sitiantes que os cercavam. O mesmo ocorreu com os indivíduos que viveram nos pequenos povoados da porção meridional da Serra do Espinhaço de Minas Gerais, porém, de formas diferentes, como veremos.

Nos capítulos seguintes analisaremos como a crise da sociedade do trabalho determina o modo como o espaço será produzido criticamente na porção meridional da Serra do Espinhaço a partir do estudo de caso de dois povoados considerados, por nós, representativos deste processo. A partir das observações realizadas em campo, pretendemos demonstrar como o espaço do sertão se insere, através da forma mercadoria (e, portanto, da relação capital), na crise das relações sociais de reprodução ampliada do capital global. Os povoados escolhidos são Lapinha da Serra e Milho Verde e serão discutidos separadamente, embora sob a mesma perspectiva teórico-metodológica. Antes, contudo, faremos uma explanação de como enxergamos a porção meridional da Serra do Espinhaço de uma maneira geral.

Para se acessar a Serra do Espinhaço a partir de Belo Horizonte, existem três alternativas de caminhos principais, dos quais existem algumas ramificações. A primeira possibilidade, cujo caminho é mais curto, é pela rodovia MG-10 passando pelos municípios de Vespasiano e Lagoa Santa, pelo distrito de São José do Almeida (município de Jaboticatubas) até chegar à Serra do Cipó[10], onde se encontra o primeiro

[10] Existe uma pequena confusão em relação ao termo "Serra do Cipó" que gostaríamos de esclarecer ao leitor. Em primeiro lugar, o Cipó referido no nome é o Rio Cipó que tem suas nascentes na porção meridional da Serra do Espinhaço e deságua no Rio das Velhas, que por sua vez deságua do Rio São Francisco "*que vai bater no meio do mar*". Estruturalmente, a Serra do Cipó constitui uma parte dos afloramentos rochosos da Serra do Espinhaço, que se estendem desde o município de Jabuticatubas até o município de Congonhas do Norte, de onde provém boa parte das nascentes do Rio Cipó. Porém, institucionalmente, foi criado, no terceiro quartel do século passado o Parque Nacional da Serra do Cipó que engloba apenas a porção sul da Serra do Cipó. A portaria principal do PARNA Serra do Cipó fica próxima ao então chamado distrito de Cardeal Mota (município de Santana do Riacho) que nos primeiros

distrito que tem sua economia voltada para a exploração das atividades relativas à "*indústria do turismo*". Para grande parte dos turistas que frequentam a porção meridional da Serra do Espinhaço, o distrito Serra do Cipó já é o seu ponto de chegada, o seu destino, o espaço que deseja consumir. Porém, neste distrito a estrada se ramifica em uma via pavimentada recentemente (2011) que permite o acesso à sede municipal de Santana do Riacho, que por sua vez dá acesso ao povoado Lapinha da Serra, outro conhecido ponto de destino dos turistas. A rodovia MG-10 segue então para Conceição do Mato Dentro ainda pavimentada. A partir daí ela é de terra e vai até o município de Serro de onde se ramifica para vários municípios vizinhos como Datas, Diamantina, Gouveia e outros; sendo alguns trechos de terra e outros pavimentados. Esta é a principal rodovia que dá acesso à porção meridional da Serra do Espinhaço, porque ela segue pelo alto da mesma e permite acessar a maior parte de seus municípios e povoados. A rodovia MG-10 se aproxima da Serra do Espinhaço, em sua porção Sul, por seu flanco W, onde há o predomínio de vegetação de cerrado e atravessa a mesma no sentido SW-NE, passando em áreas de predomínio de vegetação de campos rupestres e desce a mesma pelo seu flanco E onde há predomínio de mata atlântica. Esta estrada é bastante utilizada pelos indivíduos com destino à Serra do Cipó, Lapinha, Santana do Riacho e Conceição do Mato Dentro.

Outra alternativa de caminho é sair de Belo Horizonte pela rodovia BR-381 no sentido de João Molevade e entrar para Bom Jesus do Amparo, de onde se tem outras estradas que levam para Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar até Conceição do Mato Dentro, contornando a Serra do Espinhaço por seu flanco E. A última alternativa, e a

---

anos deste século passou a se chamar distrito Serra do Cipó. Foi uma questão de *marketing* do distrito. Uma vez que é nele que se concentra a maior parte das pousadas e da estrutura turística da porção meridional da Serra do Espinhaço, alguns indivíduos fizeram pressão política na câmara municipal e conseguiram mudar o nome do distrito. A confusão criada é que quando alguém se refere à Serra do Cipó não se sabe se ela está falando do distrito, do parque nacional ou de qualquer parte da Serra que forma as cabeceiras do Rio Cipó.

mais utilizada por turistas que se destinam para as partes mais ao norte de nossa área, como Diamantina, Milho Verde e Serro é aquela que vai pelo flanco W da Serra. Este caminho é preferido, pois praticamente todo ele é pavimentado. Saindo de BH pela rodovia BR-040, sentido Brasília, passando por Sete Lagoas, Caetanópolis e Paraopeba, onde a estrada se ramifica. A partir daí entra-se na rodovia BR-135 até Curvelo, onde se entra na BR-259, passando por Inimutaba, Presidente Juscelino até chegar em Gouveia, já no alto da Serra e próximo a Diamantina, Datas e Serro.

Com exceção deste último caminho, os outros dois frequentemente possuem trechos precários e, às vezes, intransitáveis como é o caso de vários *braços* de estrada que se ligam à rodovia MG-10, dando acesso aos povoados que por ali se espalham. Existem trechos de estradas em que não se pode passar de carro em dias de chuva forte, por exemplo, porque alguns riachos enchem a ponto de encobrir as estradas. Em boa parte destes riachos não existem pontes, deixando as pessoas que ali vivem isoladas diversas vezes ao longo de um ano. Porém, existem políticas públicas em andamento no estado de Minas Gerais visando asfaltar grande parte das estradas da Serra do Espinhaço. Tais projetos serão analisados no capítulo 4, referente às ações do poder público na porção Meridional da Serra do Espinhaço. Além das estradas de rodagem, de cascalho e pavimentadas, a Serra é toda cortada por diversas trilhas e caminhos, por onde os veículos automotores não trafegam, com exceção de motos, em alguns casos. Estes caminhos muitas vezes interligam povoados, levam às beiras dos córregos e rios, às cachoeiras, às montanhas e às propriedades e posses de pessoas que se espalham pelo sertão adentro.

Foto 5: Cabeceira do Rio Jequitinhonha (Serro), passagem precária, intransitável durante as chuvas fortes. (RIBEIRO, M. C. 2009).

Definir economicamente a população residente da Serra do Espinhaço em poucas palavras é impossível, tendo em vista que ela é muito variada e sua situação econômica difere bastante em relação aos lugares onde se distribui. Nas sedes municipais tem-se, de certo modo, um estilo de vida urbano, mesmo que marcado por traços de atividades produtivas agrárias. Em geral tem-se aí, além de indivíduos que ocupam os cargos públicos municipais, estaduais e em alguns casos federais, indivíduos que sobrevivem trabalhando nos setores de prestação de serviços e do comércio, outros exercem profissões liberais como dentistas, médicos e advogados. Muitos outros indivíduos fazem pequenos bicos, trabalhando esporadicamente ora para um, ora para outro, por períodos de tempos variados e incertos. Muitas vezes trabalham nas fazendas em volta das sedes municipais, outras vezes passam algumas temporadas em garimpos, outras nas cidades, em geral com possibilidades de sobrevivência incerta e fazendo

planos para o futuro, como arrumar um emprego *fichado*[11] ou mudar para uma área de garimpo em que ainda existam diamantes e que prometa novas riquezas.

Nas extensas áreas que separam as sedes municipais, as principais atividades econômicas dos indivíduos ali residentes são outras. Nestas áreas, o setor de serviços está muito menos presente entre as principais atividades econômicas do que nos centros urbanos (nas sedes municipais). Obviamente, a figura do comerciante está sempre presente nos povoados da Serra, sendo eles proprietários de comércios e/ou de caminhões e camionetes que fazem a comercialização e o transporte das mercadorias (atravessadores). As propriedades rurais ao longo da Serra do Espinhaço são de vários tipos diferentes e também é difícil caracterizá-las de uma forma geral. Entre os indivíduos que ali vivem, e os proprietários de suas terras, tem-se desde o posseiro, o agricultor sozinho ou ajudado pela família, até grandes empresários com grandes porções de terras, seguranças armados, plantações de eucaliptos e criações de gado de corte. Exemplo disto é a propriedade da família Gutierrez (donos da empreiteira Andrade Gutierrez), localizada bem no alto da Serra, em uma área de muitos afloramentos rochosos, com solos muito rasos, impossível de se chegar de carro ou mesmo de veículos de tração nas quatro rodas, onde se cria gado de corte e mantém uma família de caseiros encarregados de defender as terras e expulsar pessoas indesejadas[12]. Estas grandes propriedades, embora não sejam objeto direto de nossos estudos, parecem não ser dedicadas à produção de valor e reprodução do capital de seus proprietários. Ao contrário, por estarem em áreas de difícil exploração agrícola em larga escala, não se justifica investir grandes somas de capital nas mesmas. Porque que os donos de uma das

[11] Com carteira de trabalho assinada.

[12] Certo dia, no final do mês de julho de 2007, estávamos viajando a pé pela Serra, e tentávamos atravessar o Rio de Pedras. Ao sairmos da mata que margeia o rio, para procurar outro ponto para cruzá-lo, fomos atacados por quatro cães de guarda da fazenda dos Gutierrez. Se não fosse o cachorro que nos acompanhava partir para cima dos outros em nossa defesa, eles teriam nos machucado bastante, uma vez que no local não havia pedras nem bons pedaços de pau para nos defendermos. Com os latidos dos cães e nossos gritos, o funcionário da fazenda apareceu e chamou os cachorros. Nós nos explicamos, dissemos quem éramos, de onde vínhamos, para onde íamos e ele deixou-nos seguir viajem.

maiores empreiteiras do Brasil iriam criar gado de corte solto no alto de uma serra cheia de grotões, buracos e atoleiros, em vez de buscarem locais onde os seus investimentos fossem mais produtivos? Nós não temos esta resposta, mas, suspeitamos que estas propriedades, muitas vezes, são encaradas como reservas de valor por seus proprietários, na expectativa de, talvez um dia, lotearem suas terras e venderem-nas por valores que definitivamente elas não possuem. Outra hipótese, levantada pela professora Dra. Rogata Soares Del Gaudio, na ocasião da defesa de nossa monografia de conclusão de curso, é a de que estes grandes proprietários poderiam ter planos de explorar economicamente as minas de água e nascentes de suas propriedades. Porém, até onde conseguimos investigar, isto não aconteceu ainda; também existe o fato de no inverno grande parte dos córregos e riachos secarem, permanecendo apenas alguns cursos d'água perenes, o que impossibilitaria tais empreendimentos. Já os loteamentos e comercialização de pequenos terrenos são cada vez mais constantes ao longo da porção meridional da Serra do Espinhaço.

Além destas grandes fazendas, tem-se ao longo deste trecho da porção meridional da Serra do Espinhaço uma infinidade de pequenos produtores rurais que se espalham por toda a área. Muitos deles praticam agricultura com força de trabalho familiar e sobrevivem com recursos e hábitos de consumo extremamente limitados.

Dentre os diversos distritos, povoados e lugarejos ao longo deste trecho da Serra do Espinhaço, alguns se transformaram em destinos turísticos, sobretudo a partir da década de 90 do século XX. Muitos dos indivíduos que viviam nestes povoados tiveram suas vidas econômicas transformadas a partir deste momento, passando a realizar outras atividades que viabilizassem suas sobrevivências, diferentes das que realizavam antes. Veremos a seguir como isto se deu na Lapinha da Serra e em Milho Verde, dois

povoados que consideramos ser extremamente representativos em relação ao problema que estamos estudando (capítulos 2 e 3).

Capítulo 2 - O povoado Lapinha da Serra

Embora, o povoado Lapinha da Serra já tenha sido foco de nossas análises em outro estudo[13], não significa que iremos reproduzir aqui as conclusões a que chegamos outrora. Como já dissemos, nossas perspectivas de teoria e de método vêem se transformando ao longo destes anos, portanto não é de se esperar que cheguemos aos mesmos resultados observados no primeiro estudo. Porém, alguns dos fatos narrados e analisados no estudo em questão poderão reaparecer aqui por representarem fenômenos que merecem ser discutidos ao longo desta dissertação.

O povoado da Lapinha, durante as primeiras décadas do século XX, era formado por uma fazenda pertencente a um homem chamado Leonel, o Velho Leonel, e por alguns poucos vizinhos. Em meados do século XX, mesmo não tendo o título de propriedade de suas terras, Velho Leonel vendeu parte das mesmas para uma empresa que construiria ali uma barragem para uma usina hidroelétrica, formando-se assim uma represa ainda hoje existente no povoado. A princípio a energia seria utilizada por uma fábrica de tecidos da Companhia Industrial Têxtil (LOPES; 2006, p. 36). A história contada no povoado é de que os indivíduos que compraram as terras do Velho Leonel levaram uma maleta cheia de dinheiro para o negócio e, que, quando o Velho Leonel falou quanto queria por parte de suas terras (aquela da represa) os compradores guardaram a tal maleta e tiraram o dinheiro da carteira. Tamanha era a desproporção dos valores imaginados para o negócio, pelas diferentes partes.

Assim, ao longo dos anos 50 do século XX, muitas pessoas estranhas ao lugar foram trabalhar na construção da barragem e da Usina Coronel Américo Teixeira (UCAT), alterando significativamente a rotina e o modo de vida das pessoas que ali

[13] Ver: RIBEIRO, M. C. *A produção do espaço na Lapinha da Serra*. 2007.

viviam. Além dos indivíduos externos ao povoado, alguns moradores da Lapinha também foram contratados para trabalhar como assalariados na construção da barragem, e prestando serviços para a empreiteira. Porém, com o término das obras, a maior parte dos trabalhadores ali ocupados foi embora e a vida na Lapinha voltou a ser como era antes (LOPES; 2006, p. 31-37).

Em meados da década de 1990, a estrada de 12 quilômetros que liga Santana do Riacho à Lapinha da Serra foi *arrumada*; teve alguns de seus trechos, em que afloravam rochas, dinamitados e os carros comuns passaram a ter acesso ao povoado. Até então só acessava-se a Lapinha basicamente por quatro trilhas, uma saindo de Santana do Riacho (ao SW do povoado), outra do Vau da Lagoa (ao SE, distrito Serra do Cipó), uma terceira de Tabuleiro (localizado a NE da Lapinha no município de Conceição do Mato Dentro), e uma quarta trilha saindo de Congonhas do Norte, passando pela divisa entre a Serra Talhada e a Serra do Breu; sendo a primeira a mais curta das quatro trilhas. A abertura da estrada em 1996 implicou uma mudança na vida dos indivíduos do povoado, uma vez que viabilizou a circulação de pessoas, mercadorias e, sobretudo, capitais em níveis muito mais elevados do que outrora. Esta maior facilidade de o capital chegar e até se acumular na Lapinha determina transformações na forma de sociabilidade e na divisão social do trabalho no povoado. Embora, outros povoados já possuíssem acessos por estradas de terra há muitos anos antes da Lapinha sem que tenham passado por tais mudanças, ou, elas não foram tão intensas ou significativas como ali. Portanto, não foi a estrada em si, que determinou as mudanças no povoado, ela só facilitou as coisas.

É sabido que com a Lei de Terras de 1850, no Brasil, todas as terras do país que não possuíam proprietários passaram a pertencer ao Estado brasileiro, só podendo ser adquiridas por indivíduos particulares por meio de compra. Tal lei tinha por objetivo preparar o país para o fim da escravidão, impedindo que a população negra, que seria

libertada alguns anos depois, tivesse acesso à terra – meio de produção universal (MARX; 1994) – e fosse obrigada a, futuramente, vender sua força de trabalho em troca de um salário, nos moldes do capitalismo clássico. Os moradores da Lapinha não compraram as terras que compõem o povoado nas mãos do Estado brasileiro; sendo assim, eles nunca tiveram os títulos de propriedade de suas terras embora as ocupassem produtivamente. No período anterior à abertura da estrada para o povoado Lapinha da Serra, na década de 90, as pessoas que ali viviam plantavam e colhiam praticamente todo o alimento que consumiam. As formas como se organizavam para reproduzir suas próprias vidas eram variadas. As poucas terras férteis e agricultáveis da Lapinha da Serra sempre tiveram "donos". Mesmo sem terem os títulos de propriedades de suas terras, as pessoas sabiam quais parcelas pertenciam a quais famílias, e chegavam até a comercializar as terras entre elas mesmas. Praticamente todos os indivíduos do povoado plantavam os alimentos básicos, necessários às suas dietas a cada ano. Aqueles que não possuíam terras agricultáveis plantavam em terras de outras famílias, geralmente por contratos de *meia*, firmados oralmente. No sistema de meia, o dono da terra preparava a mesma para o plantio e fornecia as sementes, já o meeiro era responsável por plantar, limpar e colher. Ao final do processo a produção era dividida ao meio entre as partes envolvidas do negócio. Em geral, começava-se a plantar em setembro e colhia-se em maio. Alguns indivíduos dedicavam-se a transportar o excedente da produção agrícola, em lombos de animais de carga, até os mercados de Santana do Riacho, Santa Cruz dos Alves e Tabuleiro; muitas vezes estes não se dedicavam à produção agrícola, só ao transporte de mercadorias no lombo dos animais de carga. Outros indivíduos utilizavam parte da receita conseguida com a venda do excedente agrícola para comercializar gado entre os povoados vizinhos no período entre a colheita da última safra e o plantio da próxima.

Neste período, de predomínio da atividade agrícola no povoado, era comum que os indivíduos se reunissem para o trabalho pela prática de mutirões, aumentando a produtividade de seus trabalhos individuais. Nos períodos em que o trabalho na lavoura era mais intenso, as pessoas se reuniam para trabalharem em conjunto, cada dia em um pedaço de terra diferente, até que as plantações de todos os membros do mutirão tivessem sido trabalhadas. Quando os homens trabalhavam juntos, conseguiam plantar áreas maiores do que se cada um lavrasse isoladamente sua própria porção de terra; também, conseguiam cumprir com os prazos impostos pela sazonalidade meteorológica, plantando e colhendo nos momentos adequados. Por meio da cooperação entre os indivíduos no mesmo processo produtivo, obtém-se uma força produtiva maior do que se os mesmos se dispersassem em trabalhos solitários. Além disto, como salientara Marx (1994, p. 376-377), "em muitos ramos de produção há momentos críticos, períodos fixados pela própria natureza do processo de trabalho e durante os quais determinados resultados têm de ser atingidos", como, por exemplo, semear e colher gêneros agrícolas sazonais. Então, a cooperação para o trabalho permite que se produza com maior quantidade e melhor qualidade do que se o trabalho fosse feito de forma individual e solitária. Estamos nos referindo aqui, à cooperação entre os indivíduos em um processo produtivo onde não existe a relação de trabalho clássica do capitalismo, com os trabalhadores livres, trocando seus dias de trabalho por salários. Estas pessoas envolvidas nos mutirões não eram trabalhadores assalariados que produziam mais valia para seus patrões, e sim, indivíduos despossuídos de capital (em sua forma monetária), que trocavam entre si os dias de trabalho, com o objetivo de garantir a manutenção dos meios necessários à reprodução de suas famílias. Esta cooperação existente ali, tampouco é aquela encontrada, nas palavras de Marx (1994, p. 383), "no início da civilização humana, nos povos caçadores ou, por exemplo na agricultura de

comunidades indianas," onde a propriedade dos meios de produção (sobretudo a terra) era coletiva. Na Lapinha da Serra, a cooperação existente, sob a forma de mutirão, fundamentava-se na posse privada (já que não possuíam os títulos de propriedade) dos meios de produção e, consequentemente, na apropriação privada dos produtos do trabalho social. Na falta de uma relação social completamente monetarizada, os dias de trabalho individuais tornavam-se a própria moeda de troca, que garantia que todas as famílias do povoado tivessem as terras que lhes cabiam (por posse ou contratos de meia) lavradas.

Na opinião de alguns jovens que entrevistamos e que viveram a decadência destas relações de trabalho, o fim dos mutirões estaria relacionado ao fato de determinados indivíduos trabalharem com mais afinco do que outros, que muito pouco faziam; deste modo criaram-se conflitos que levaram ao fim os mutirões. Porém, não consideramos que esse tenha sido o principal fator da desintegração dos mutirões e consequentemente de grande parte da produção agrícola do povoado. A nosso ver, pelo que pudemos constatar junto aos moradores do local, o fim dos mutirões coincide com a abertura da estrada, a chegada dos primeiros turistas e consequentemente, dos primeiros empreendedores urbanos, com mais facilidade e intensidade do que antes. Com a chegada de pessoas que vinham de lugares onde o nível de concentração do capital é mais intenso, as coisas que não tinham, necessariamente, valor para o *lapinhense* passou a ter, fetichistamente, valor de troca. A terra (o meio de produção universal) que sustentava a produção agrícola dos indivíduos já possuía valor, por ser propriedade de alguém, por ser trabalhada social e regularmente. Porém, o valor que as terras da lapinha possuíam (o trabalho humano abstrato materializado nas mesmas) era muito menor do que o que elas passaram a assumir, como forma relativa, em relação à forma

equivalente do valor, em função das novas relações estabelecidas entre os lapinhenses e os turistas.

A natureza produzida pelo homem moderno na porção Meridional da Serra do Espinhaço, e mais especificamente na Lapinha, se insere de forma fetichista no mundo moderno como mais uma mercadoria. Se antes os lapinhenses vendiam as mercadorias que produziam na terra, agora eles passaram a vender a própria terra, o espaço tornou-se mercadoria. Muitos indivíduos urbanos, possuidores de quantias variadas de capital, viram-se impossibilitados de reproduzi-las em suas próprias cidades, ou região, devido à concorrência estabelecida em seus mercados e aos níveis de produtividade e capital fixo exigidos pelos processos produtivos. Alguns deles vislumbraram a possibilidade de reproduzir seus capitais investindo-os na compra de terras na Lapinha para se explorar a "*indústria*" do turismo que ali se intensificaria após a abertura da estrada. Entendemos que a crise (do trabalho abstrato) do capital mundial manifestada nos centros urbanos da periferia do mundo capitalista, como é o caso do Brasil, induziu este movimento de capitais para lugares onde os níveis de concentração do capital são mais baixos, produzindo-se, por exemplo, os destinos turísticos *naturais*, como é o caso da Lapinha e de boa parte da porção Meridional da Serra do Espinhaço.

Os investimentos feitos na produção do espaço na Lapinha da Serra não são o resultado de os proprietários dos diferentes capitais ali investidos julgarem que ali os mesmos se reproduzirão em níveis satisfatórios, e sim de eles estarem impossibilitados de se reproduzirem em seus locais de origem. Porém, de forma fetichista o que aparece é o oposto do que realmente é. Em muitos dos casos, os planos de reprodução capitalista do valor não vão além do papel ou da cabeça de seus idealizadores. Como nos contou um senhor lapinhense octogenário, e, nós também observamos, ao longo destes anos, muitos indivíduos foram morar na Lapinha, mas a grande maioria deles não conseguiu

ficar ali por muito tempo, digamos mais de um ou dois anos. “Esse povo daqui num sabe ganhar dinheiro, não” é a primeira afirmação que fazem muitos dos futuros empreendedores arrependidos que investem suas economias na Lapinha. Estes indivíduos iludem-se com a grande presença de turistas em alguns feriados ao longo do ano em contraste com a precariedade dos serviços existentes no povoado; logo, julgam que se investirem em algo *diferente*, com mais *qualidade* e com mais *refinamento* poderão se apropriar de um mercado com grande potencial de reprodução para seus capitais; vã ilusão. Pretendem fazer parte de um mercado praticamente inexistente, ou que tem por princípio lógico a crise de reprodução do capital, e, portanto, se encontra em um momento em que o valor não mais se valoriza, consequentemente, o capital não se reproduz. Tais afirmações serão comprovadas quando observarmos mais de perto tais empreendimentos e as relações de produção envolvidas nos mesmos. Veremos, antes, como isto tudo implicou em uma mudança no modo de vida dos lapinhenses, sobretudo dos mais jovens.

Um dos indivíduos com quem conversamos em janeiro de 2007, morador de Santana do Riacho, com idade em torno dos 50 anos, nos contou que conhecera a Lapinha desde 1993, aproximadamente. Segundo o mesmo, ele fora um dos primeiros indivíduos a realizar reuniões com a comunidade do povoado para alertar seus membros sobre as possíveis mudanças em suas vidas decorrentes do novo fenômeno observado de aumento da circulação das pessoas de fora do povoado no mesmo. “Eu falava: gente, num vai vender as terras tudo barata, não, que daqui a pouco, vocês estarão trabalhando pros outros”. Ele quase acertou na sua previsão, porém não levou em consideração a crise do trabalho que comandava todo o processo pelo qual passavam estes indivíduos, tanto os empreendedores forasteiros quanto os lapinhenses. Em poucos anos, a maior parte das terras da Lapinha, onde as plantava-se milho, feijão, arroz, alho, cebola e cana,

foi loteada e as plantações deram lugar às pousadas, campings e casas de finais de semana. As terras eram comercializadas por preços considerados baixos pelos compradores e elevados por parte dos antigos proprietários, vendedores. Porém, à medida em que mais terras eram vendidas maiores eram os valores negociados; terrenos que foram negociados por dois ou três mil reais, do final dos anos 90 ao início do século XXI, chegam a valer vinte ou trinta mil reais nos dias de hoje, a dificuldade é encontrar quem esteja disposto a pagar tais quantias.

Os indivíduos que venderam suas terras estavam acostumados a produzir eles próprios a maior parte de tudo o que consumiam durante o ano, sobretudo no quesito alimentar. Não havia comércio[14] na Lapinha e eles iam até Santana do Riacho comprar as mercadorias que não produziam e necessitavam como sal e macarrão. Logo, estas pessoas sobreviviam ao longo do ano gastando muito pouco dinheiro, conseguido com a venda dos excedentes agrícolas, sobretudo cebola e alho. Ao lhes serem oferecidas quantias de dinheiro por suas terras em proporções muito mais elevadas que seus gastos anuais, estes indivíduos julgaram estar fazendo bons negócios.

Porém, quando um indivíduo vende a terra em que planta o seu alimento diário, todos os anos, ele não terá, obviamente, a mesma terra para plantar no ano seguinte. Consequentemente, ele não produzirá o seu próprio alimento para os seus próximos dias e terá de comprá-los nas mercearias que *coincidentemente* são abertas no povoado, justamente neste período. Notemos a complexidade dos diversos fatos que se desenrolam simultaneamente, expressando um único momento da lógica global do capital mundial em crise, manifestando-se na Lapinha da Serra. Com o aumento do custo de vida destes indivíduos, o dinheiro obtido com a venda de suas terras é gasto rapidamente e logo termina. Assim se produziu na Lapinha uma parcela da população

[14] Referimos-nos aqui, não à ação de comprar e vender, e sim a empreendimentos comerciais, como bares e mercearias.

desprovida dos meios de produção e do acesso aos mesmos, tendo unicamente a sua força de trabalho para vender em troca de um salário. Porém, estes indivíduos chegaram tarde demais ao mercado de trabalho, em um momento em que o trabalho humano é praticamente dispensável dos processos produtivos, tamanho o nível de produtividade em que se encontra o capital mundial.

Além disto, em geral são indivíduos que nasceram e se criaram na roça e não tiveram oportunidade de estudar. Grande parte dos homens do povoado com mais de quarenta anos é analfabeta e não passou pelos bancos escolares. Muitos indivíduos também nunca tinham trabalhado para um patrão nos moldes clássicos do capitalismo. Sendo assim, estes indivíduos, transformados em trabalhadores assalariados em potencial, já eram em si a negação do próprio trabalho abstrato. Ao longo de suas vidas, eles não foram *adestrados* para o trabalho moderno abstrato, nunca estiveram nos níveis médios de produtividade do trabalho do capital global, e não seria de um dia para o outro que mudariam esta situação. Um indivíduo adulto e trabalhador *típico* da Lapinha chega para trabalhar por volta de oito horas da manhã, às nove interrompe o trabalho para pitar um cigarro de palha calmamente preparado, às dez horas interrompe de novo para tomar um *cafezinho*, às onze, outro cigarrinho. Ao meio dia saem para almoçar e muitas vezes não voltam para trabalhar de tarde.

Como o povoado passou e vem passando por um período em que muitas casas foram e estão sendo construídas ao mesmo tempo, a principal demanda de força de trabalho ali é a de ajudante de pedreiro e de pedreiro. Quase todos os homens são ajudantes de pedreiro em potencial, chegando a exercer tal função esporadicamente em algumas obras. Alguns se dizem pedreiros, estes cobram o dobro do que os primeiros pelo dia de trabalho, cerca de trinta reais. Existe uma espécie de orgulho entre eles ao se declararem pedreiros e não ajudantes, pois os primeiros possuem uma espécie de

autonomia técnica e de autoridade durante as obras, em um povoado onde não se tem nenhum engenheiro e apenas um mestre de obras. A maior parte dos indivíduos que compram terrenos e constroem imóveis na Lapinha reside fora do povoado, geralmente na região metropolitana de Belo Horizonte. Logo, ao firmarem os contratos verbais de trabalho com as pessoas da Lapinha os contratantes não têm meios de fiscalizar o trabalho dos contratados, a não ser em finais de semana ou em feriados. Muitas vezes o resultado é a discórdia entre as duas partes envolvidas, o fim do contrato verbal e o início de longas intrigas e sabotagens. Por estas razões, alguns novos proprietários que investem seus capitais na Lapinha, construindo pousadas, casas para alugar e casas de fim semana, costumam levar trabalhadores de fora do povoado para trabalharem em suas obras. O que muitas vezes acaba por aumentar ainda mais as discordâncias entre os indivíduos ali envolvidos.

Muitas das obras em que se têm serventes e pedreiros de fora do povoado trabalhando costumam ser misteriosamente sabotadas em algumas noites, às vezes, até mesmo depois de terminadas. Roubos de madeiras e de sacos de cimento são comuns em algumas obras. Algumas casas têm regularmente a fiação elétrica cortada, os canos d'água estourados, as bombas d'água queimadas, enfim uma série de coisas não funciona como queriam os seus proprietários, devido aos conflitos criados durante as obras ou em algum momento da presença de seus proprietários no povoado. Os capitais que já encontravam dificuldades para se reproduzir agora enfrentam novos problemas, como a sabotagem, que implicam em maiores dispêndios de capital e prazos mais longos para os retornos dos investimentos.

A comercialização das terras na Lapinha nem sempre foi realizada de forma pacífica e em comum acordo entre todos os indivíduos. Entre as terras em que se plantava e se utilizava regularmente não houve muitos problemas, uma vez que os

limites de cada proprietário eram reconhecidos e respeitados por todos. Porém, uma porção considerável de terras na Lapinha não possui potencial agrícola nenhum, e, portanto, ninguém plantava ali. As terras em que ninguém plantava eram utilizadas em comum, por todos, servindo de pastagem para os animais de carga, leite e corte. Quando as terras passaram a ser comercializadas no povoado, aquelas que não tinham donos começaram a ser cercadas rapidamente pelos lapinhenses, para serem vendidas aos turistas, que construiriam suas casas. Como tais terras eram devolutas, cada indivíduo cercava um pedaço, um lote, com arame farpado, e assim garantiam a posse das terras que seriam comercializadas. Deste modo, as terras devolutas passavam a pertencer então aos primeiros que as cercavam. Durante este período de cercamentos das terras existiram várias desavenças entre os lapinhenses, às vezes dentro de uma mesma família. Brigavam porque um cercou a terra que o outro queria, ou porque um vendeu a terra que o outro considerava ser sua. Algumas vezes as brigas eram transferidas de quem primeiro cercou a terra para o comprador da mesma, muitas vezes desavisado das disputas travadas pela posse da terra.

Em alguns casos, as desavenças entre os indivíduos manifestam-se violentamente. Em um dia de agosto de 2007, estávamos em campo, na Lapinha, e ao chegarmos pela manhã na praça, as pessoas estavam comentando os atos de violência ocorridos no povoado durante a noite passada. Algumas pessoas contaram que às sete horas da manhã depararam com um indivíduo com o corpo todo queimado e baleado tentando conseguir carona para um hospital em Belo Horizonte. Quando estas coisas acontecem duas são as possibilidades de respostas ao se tentar descobrir o que realmente aconteceu. A primeira é que ninguém sabe de nada, nem o que aconteceu nem quem o fez. A outra é que todo mundo sabe o que aconteceu e quem fez o quê, mas, ninguém pode dizer nada. Com base em argumentos desta natureza chegamos a

conclusões complicadas de serem afirmadas, sobretudo porque se trata de um homicídio, ou tentativa de[15]. As conversas travadas por nós nos bares e na praça posteriormente ao fato, assim como a publicação que noticiou o fato (BALEADO E QUEIMADO; 2007), nos levam a crer que o motivo da agressão seria por desentendimentos em relação à comercialização de um lote. Porém, consideramos não ser muito seguro discutimos com mais detalhes este fato; já vimos como dizia o jagunço Riobaldo Tatarana: "*cada hora, de cada dia, a gente aprende uma qualidade nova de medo*" (ROSA; 2006, p. 87). E a experiência nos mostra que quando se trata de determinados medos o mais sábio é não enfrentá-los.

Em janeiro de 2007, durante nossos trabalhos de campo presenciamos outra cena de violência e agressão motivada por desentendimentos por terras. Era de tarde, eu estava dentro do quarto que havia alugado cuja porta dava direto na rua. Ouvi muitos gritos vindos da rua. Não abri minha porta, apenas olhei para a rua através de um grande buraco que aquela tinha, por onde passava a corrente que a trancava. Ao fazê-lo vi um homem, forte, bêbado, com a cabeça sangrando e um facão na mão sendo segurado por sua esposa desesperada. Ela tentava impedi-lo de ir se encontrar com os indivíduos que lhe agrediram dentro de um bar minutos antes. O homem voltara em casa para pegar sua arma de fogo, como não encontrou-a contentou-se com o facão. Depois viríamos saber que os outros envolvidos na briga também haviam ido para suas casas e estavam de volta à praça, todos armados. Por fim as coisas se acalmaram e os envolvidos não chegaram *às vias de fato*. Esta era uma briga antiga, motivada pela disputa de uma porção de terras, onde as duas partes já tinham trocado tiros em situações anteriores, e,

[15] Com base no que foi noticiado pelos jornalistas que souberam do fato no hospital de Belo Horizonte o indivíduo teve mais de 70% da superfície de seu corpo queimado (BALEADO E QUEIMADO; 2007), e, de acordo com um médico com quem conversamos, é muito difícil alguém resistirem queimaduras tão grandes.

nós, pesquisadores desavisados, estávamos muito próximos de tudo isto e sem saber de nada. "*O senhor sabe: o perigo que é viver ...*" (ROSA; 2006, p. 19).

Voltemos às novas relações de trabalho produzidas no povoado a partir da abertura da estrada, do aumento de turistas e da comercialização das terras. Alguns indivíduos, proprietários de animais de carga ou de tração e de carroças ou carros de bois, trabalham por conta própria fazendo pequenos transportes no povoado e retirando areia do leito do rio e levando até as diversas obras, cobrando, geralmente por *carroçada*. No ano de 2007, uma carroçada custava cerca de seis reais.

Também existem indivíduos que trabalham nos comércios que vêm aumentando em quantidade ao longo dos últimos anos. Geralmente os principais trabalhadores dos comércios e também das pousadas são os seus próprios proprietários e seus familiares. Em raras ocasiões contratam pessoas de fora da família para trabalhar, geralmente em feriados prolongados e período de férias escolares. No ano de 2007, uma noite de trabalho em um dos bares do povoado equivalia a quinze reais de salário. Existem também alguns *bicos* que são realizados por algumas mulheres do povoado que fazem faxinas em algumas casas, lavam roupas e trabalham nas pousadas. Praticamente ninguém tem carteira assinada, fundo de garantia ou qualquer direito trabalhista.

Outras fontes de renda na forma monetária importantes para uma considerável parcela das famílias da Lapinha são os programas sociais do governo federal, como bolsa escola e bolsa família, e a Previdência Social. Muitas famílias sobrevivem basicamente destas rendas e de escassos *bicos* praticados irregularmente por seus membros. Existem indivíduos na Lapinha na faixa entre os 25 a 50 anos de idade, que muitas vezes vivem com os pais, sustentados pela aposentadoria destes últimos, que passam a maior parte dos seus dias sem exercer nenhuma forma de trabalho útil, socialmente necessário, muito menos produtor de valor. Para muitos destes indivíduos a

rotina diária consiste em: acordar por volta das sete ou oito horas da manhã, tomar café com pão e manteiga; depois ficam dentro de casa esperando o sol esquentar um pouco o dia. Quando vai chegando a hora do bar (mercearia) abrir eles se aproximam do mesmo vagarosamente, quando o bar abre já tem alguém na porta esperando para tomar o primeiro trago do dia ou, simplesmente *passar o tempo*. Ali eles passam o dia inteiro, quando têm dinheiro bebendo cerveja e sobretudo cachaça, quando não, ficam mesmo sem beber nada.

Esta situação só muda quando se aproxima de algumas datas de festas religiosas locais e regionais, como é o caso da cavalgada de São Sebastião, em janeiro na Lapinha, o Jubileu, no mês de julho, em Conceição do Mato Dentro e outras festas nos povoados próximos. Nos dias que precedem tais festas, praticamente não se vê nenhum indivíduo passar o dia inteiro nos bares, a não ser os que não pretendem ir para tais festas. A grande maioria dos homens solteiros faz bicos, comparece nos compromissos assumidos com seus contratantes, faz de tudo para conseguir o dinheiro para ir para às festas. Quando chegam às mesmas, eles gastam todo o dinheiro que juntaram, esbanjam como podem, dentro dos seus padrões de ostentação de riqueza e de poder, até não terem nem mais um centavo para voltarem para suas casas. Obviamente as brigas são freqüentes em tais festas; o povoado da Lapinha é conhecido em alguns outros povoados da porção meridional da Serra do Espinhaço, como Tabuleiro, Alves, Candeias e outros, como um lugar de pessoas bravas e briguentas. Brigas generalizadas contra os indivíduos de Santana do Riacho já foram comuns, no passado, em festas tanto na Lapinha quanto na sede municipal de Santana do Riacho.

Outra forma que alguns indivíduos da Lapinha se utilizam para conseguir rendas monetárias é a construção de casas para alugar em finais de semana e feriados. Na maioria destes casos, o proprietário da obra acumula as funções de engenheiro, arquiteto

e pedreiro, necessitando apenas de mais um ou dois serventes de pedreiro para realizar toda a construção. Também, muitas vezes, fazem eles mesmos os tijolos crus (adobes) utilizados tanto nas suas próprias obras como também nas obras de alguns turistas, que compram estes adobes. Embora tanto o tijolo furado comum, quanto o adobe sejam largamente utilizados no povoado, parece que existe um acordo tácito entre turistas e lapinhenses de que os adobes são mais "*ecológicos*", "*tradicionais*", "*harmônicos*" em relação à arquitetura local, naturais, e mais uma série de qualidades fetichistas. Na verdade, as casas mais antigas do povoado não eram de adobe, e sim de pau a pique; além disto, a produção de adobe não custa nada ao seu produtor, com exceção de uns poucos dias de trabalho, ao contrário do que lhe custariam os tijolos produzidos industrialmente. O adobe que não é imediatamente utilizado deve ser bem acondicionado, não pode ficar exposto à chuva, pois pode estragar com facilidade. Logo o mais sensato ao proprietário de adobes sobrando é tentar vendê-los o mais rápido possível. Inicialmente eles eram comercializados por preços abaixo dos tijolos industrializados. Com a popularização de seu uso, hoje o milhar do adobe chegou a custar mais caro do que o milhar dos tijolos comprados nos armazéns de Santana do Riacho. Com o dinheiro que conseguem desta forma, alugando casas, e vendendo adobes, alguns deles constroem novas casas, sucessivamente, enquanto houver espaço em seus lotes. Algumas famílias que não possuem casas para alugar, em dias de elevada procura, como no carnaval e na semana santa, alugam as próprias casas onde vivem e mudam-se temporariamente para casas de parentes, amigos ou vizinhos.

Enquanto a maior parte das famílias do povoado vendeu as terras onde plantavam, ou construíram casas de veraneio nas mesmas, algumas outras famílias fizeram o processo inverso. Ao invés de vender, seus membros compraram as terras de seus vizinhos; prática que já existia ali desde antes de se abrir a estrada, porém os

valores negociados eram outros. Um senhor, com mais de oitenta anos de idade, nos contou que, ao longo de sua vida, ele comprou muitas terras vendidas pelas pessoas mais idosas do povoado que não conseguiam mais lavrar as mesmas. Porém, este mesmo senhor, ao envelhecer, vendeu grande parte de suas terras para alguns turistas e o que lhe restou dividiu entre os seus netos, que por sua vez ou construíram casas de aluguel ou venderam para outros turistas. Ainda de acordo com este senhor, apenas um de seus netos ainda trabalha com roça, nas terras que herdara próximas à Lapinha de Cima (povoado vizinho a Lapinha, formado por pequenas fazendas).

No entanto, estas famílias que compraram terras neste período mais recente da história da Lapinha ainda mantêm-se vinculadas à produção agrícola como principal atividade econômica de seus membros. Um de nossos entrevistados, senhor de mais de 70 anos, trabalha com roça ainda hoje, ele e seu filho produzem queijo, arroz, milho, feijão, amendoim e hortaliças; consomem praticamente tudo que produzem, vendendo apenas os excedentes de arroz, amendoim e milho. Este senhor lamenta o fato de os jovens de hoje não mais quererem trabalhar com lavoura, apenas na construção civil, não sendo mais possível, por isto, plantarem grandes áreas, como no tempo em que os indivíduos trabalhavam juntos. "*Num dá mais pra fazer fartura, não. Nós planta pra evitar de comprar*", afirmou nosso entrevistado. Ele também afirmou que os produtos consumidos regularmente por sua família e comprados em Santana do Riacho são apenas macarrão, sal, açúcar, óleo e remédios, o resto todo é produzido na roça pela própria família. No entanto, dos nove filhos de nosso entrevistado, apenas um vive e trabalha na roça com ele. Sete deles vivem na região metropolitana de Belo Horizonte. Ou seja, o modo de vida exclusivamente agrícola, mesmo que complementado pelas aposentadorias dos membros mais idosos das famílias, muitas vezes já não é mais capaz de assegurar a reprodução social de todos os indivíduos da família, sendo necessária a

desmembração da mesma com vista a garantir o que Antonio Candido (2003) chamou de *mínimo vital*. Outra prova disso, é que o nosso entrevistado, mesmo criticando seus vizinhos por terem vendido as terras onde seus descendentes poderiam produzir, pôs à venda parte de suas próprias terras onde ainda produz com a ajuda de um de seus filhos.

Com o fim das atividades produtivas coletivas, dos mutirões e da troca dos dias de serviço, e com a monetarização das relações de trabalho no povoado, todas as atividades produtivas, de iniciativa de indivíduos ou famílias, que necessitam de mais trabalhadores do que os disponíveis nas famílias passam a ser remuneradas em dinheiro, por dia de trabalho. Sendo assim, os trabalhos de preparar um terreno para o plantio, de plantio, de limpeza entre os pés e de colheita quando necessitam de mais braços do que os disponíveis na família devem ser pagos em dinheiro. No ano de 2007 um dia de trabalho na lavoura era remunerado em quinze reais, o mesmo valor que recebia um servente de pedreiro; porém, o trabalho na lavoura é considerado mais árduo, "pesado" como dizem, do que o trabalho de servente de pedreiro. De acordo com um de nossos entrevistados que ainda hoje trabalha na lavoura, "antigamente plantavam muito, hoje não tem ninguém para trabalhar, ninguém tá querendo trabalhar na roça, só nas obras", por isto não plantam mais as grandes porções de terras. Outro senhor, com o qual conversamos, disse-nos que se ele for pagar alguém para lhe ajudar a plantar arroz em suas terras, ele gastará mais dinheiro pagando para os trabalhadores lhe auxiliarem, do que gastaria se comprasse arroz na mercearia para o ano inteiro. E assim tem feito a maior parte dos indivíduos da Lapinha; como nos falou outro entrevistado, hoje em dia compram nas mercearias tudo aquilo que antes plantavam, "barato e já limpo e descascado".

Como a produção de mercadorias e sua comercialização só se realizam em um contexto social, em termos de média social, a produção agroindustrial de outras partes

do país contribui para inviabilizar a produção agrícola de mercadorias na Lapinha da Serra; uma vez que ali, sempre se estará abaixo dos níveis médios sociais de produtividade. Os indivíduos que buscam sua sobrevivência cultivando a terra na Lapinha não possuem o capital necessário para realizar os avanços produtivos necessários que lhes permitiriam *dispensar* trabalho vivo e acompanhar os padrões médios globais de produtividade. Ainda que possuíssem tal capital, as terras da Lapinha não são passíveis de serem empreendidas de acordo com os níveis de produção e produtividade da agroindústria moderna, tais quais as grandes monoculturas de eucalipto e as fazendas de pecuária existentes ao E e W da Serra do Espinhaço, devido ao relevo acidentado.

A maior parte das famílias do povoado cria galinhas soltas em seus quintais sendo elas importantes fontes de complementação da alimentação tanto com os ovos quanto com a carne das aves; algumas famílias também criam porcos, porém, esses em menores quantidades. As galinhas criadas no povoado algumas vezes também são utilizadas para abastecer os bares, restaurantes e pousadas que servem almoço e jantar aos turistas; o mesmo acontece com os queijos e requeijões, que quando não são consumidos e vendidos no próprio povoado, são levados à Santana do Riacho para serem vendidos ali.

Existe uma considerável importância da sazonalidade das dinâmicas meteorológicas ao longo dos anos para as pessoas que vivem da lavoura, até mesmo uma determinação, como a época do plantio no início das chuvas de verão, os períodos de limpeza das plantações e a colheita. Para as pessoas que exploram atividades econômicas que giram em torno do turismo na Lapinha, a sazonalidade de seus negócios tem a ver com o calendário das principais festas e feriados celebrados no Brasil. Como já apontamos são três os principais períodos em que se tem de fato um

grande número de turistas presentes na Lapinha da Serra; são eles o carnaval, o ano novo e, em menor escala a semana santa. Durante os carnavais e festas de ano novo a precariedade da infra-estrutura do povoado freqüentemente mostra-se de forma explícita; a água acaba na maior parte das casas e inclusive das pousadas e dos bares, a luz "*cai*" inúmeras vezes devido ao alto consumo repentino de chuveiros, geladeiras, televisores, secadores de cabelo, etc., as estradas empossam (os dois feriados são no período das chuvas), formam atoleiros, se esburacam. Assim, boa parte dos confortos que os turistas buscam em suas férias e festas não é possível de ser satisfeita, e muitos vão embora antes do planejado e às vezes não voltam mais.

Muitas vezes as expectativas de ganhos nestes feriados por parte dos indivíduos que investiram seus capitais na Lapinha são frustradas por dias de chuva sucessivos imediatamente anteriores a tais feriados; muitos turistas desistem de ir para a Lapinha com receio de a chuva atrapalhar tanto a viagem até o povoado, quanto a permanência no mesmo. Nos períodos de maior circulação de turistas no povoado, como nos feriados apontados e nos meses de férias escolares (dezembro, janeiro e julho), alguns indivíduos da Lapinha fazem serviços de guias turísticos. Em geral levam as pessoas até algumas cachoeiras próximas ao povoado e, eventualmente, levam-nas até o povoado de Tabuleiro, percorrendo uma conhecida trilha que liga os dois povoados, atravessando a Serra no sentido W – E. As oportunidades de se ganhar dinheiro como guias são muito incertas, as cachoeiras mais próximas, as preferidas pelos turistas, são de fácil acesso e, potencialmente qualquer indivíduo da Lapinha pode ser guia, tanto as crianças quanto os homens já feitos (as mulheres guias são bem raras), basta conhecer os caminhos do lugar onde nasceu.

Outro fenômeno que julgamos importante ser mencionado a respeito da Lapinha nos vem ao pensamento a partir de outra afirmação do jagunço Riobaldo: "*lugar sertão*

se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive o seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade" (ROSA; 2006, p. 8). Algumas pessoas vão morar na Lapinha por períodos de tempos variados, às vezes fugindo de certos problemas em seus locais de origem. Alguns se escondem de traficantes, outros da polícia outros de vizinhos, etc.. Como o povoado não possui polícia e só existe uma estrada que dá acesso aos veículos automotores e várias trilhas que permitem fugas pela serra, a Lapinha é um *bom* lugar para quem tem *dívidas* com a lei ou com outras pessoas se esconder por algum tempo. Ladrões de gado, pistoleiros, ex-jagunços, traficantes, suspeitos de assassinatos, todos têm motivos para morar por um tempo na Lapinha. Porém, em geral estes indivíduos não permanecem muito tempo no povoado, porque apesar de tudo, a polícia tem feito cada vez mais incursões ao povoado, e algumas vezes abordam e revistam os indivíduos, sendo que em dias de festas, levam reforço policial de outros municípios ao povoado.

Houve um tempo em que a polícia raramente ia ao povoado, geralmente quando era chamada para resolver certos conflitos por terras entre os próprios lapinhenses. Porém, a polícia está cada vez mais presente no povoado; hoje é comum os policiais chegarem de surpresa nos bares e revistarem seletivamente a população local. Em alguns casos apreendem facas e canivetes que os indivíduos geralmente carregam consigo. Há relatos de que alguns jovens lapinhenses foram agredidos por policiais próximo à ponte que dá acesso ao outro lado da represa existente no povoado. Alguns dias depois do fato teve uma festa no povoado com a presença de grande parte da população local e muitos policiais, que não são os que trabalham no município de Santana do Riacho. Como havia pouco tempo que alguns jovens foram abordados de forma violenta pela polícia, grande parte dos homens adultos do povoado estava armada

na festa, como que afrontando a presença armada do estado em seu povoado. A festa porém, transcorreu sem grandes problemas.

A presença da polícia no povoado aumentou também em função dos roubos que começaram a ocorrer, sobretudo a partir dos últimos cinco ou seis anos. Obviamente o roubo na Lapinha sempre existiu, mas roubava-se em geral galinha, manga, goiaba, etc.. Nos últimos anos algumas casas de turistas foram invadidas e tiveram todos os seus objetos internos roubados, inclusive as panelas, algo inimaginável no povoado há dez anos. Lembremos que a primeira vez que chegamos ao povoado todos os pertences de nosso irmão estavam no meio da praça e ele estava longe dali e ninguém mexia em nada. Hoje em dia se os turistas deixarem suas roupas e calçados de marca secando nas cercas ou mesmo em varais dentro dos terrenos onde se hospedam, é arriscado terem os mesmos furtados, como já testemunhamos várias vezes. Porém, como diz um famoso ditado, "o diabo sabe para quem aparece"; existem algumas casas de propriedade de certos indivíduos em que se pode deixar até ouro exposto a todos, sem ninguém vigiando, que ele não é furtado. Trata-se das casas daqueles indivíduos valentes, conhecidos por suas atitudes ousadas e violentas, temidos e *respeitados* por todos.

Além de todas questões sociais que levam aos furtos, suspeitamos que o aumento dos roubos na Lapinha esteja associado ao consumo de *crack* no povoado. Este é um assunto que não nos sentimos a vontade para comentar, tendo em vista as reações violentas que pode provocar em alguns indivíduos. Mas, o que viemos percebendo ao longo destes anos é que esta droga está cada vez mais presente entre determinados grupos de jovens tanto de turistas como de lapinhenses. Procuramos não fazer uma análise moralista deste fato, porém a nossa experiência de vida[16] nos mostra o potencial

[16] No ano 2005, durante um assalto, fui agredido com uma garrafada em meu braço. Três anos antes meu pai levou um tiro pelas costas no meio da rua, dentro de um carro. O que há de comum nos dois fatos é que por traz da agressão estava um usuário de crack tentando conseguir dinheiro para comprar mais da droga.

destrutivo do raciocínio lógico do usuário de *crack* sob o efeito do mesmo e sob crise de abstinência. Não é preciso ser especialista em drogas para saber que o consumo de *crack* e aumento de roubos são pertinentes de serem relacionados. Obviamente, não estamos afirmando que os usuários desta droga são ladrões, estamos sim afirmando que alguns são. Isto pode soar como moralismo, mas é o que realmente acontece; as "*coincidências*" são muito mais comuns do que se imagina.

Um problema enfrentado recentemente pelos indivíduos da Lapinha é o da água potável. As pessoas mais velhas do povoado contam que antes, eles utilizavam a água do córrego que nasce na Lapinha de Cima e deságua na represa. Havia um açude na cabeceira deste córrego e suas águas abasteciam o povoado. Porém, com o tempo estas águas foram se tornando cada vez mais sujas, sobretudo pelas fossas negras abertas em suas margens e pelo despejo de excrementos de chiqueiros e de currais no mesmo. Devido ao problema de abastecimento de água, foi construída uma caixa d'água no povoado abastecida pelo riacho que nasce bem no alto da Serra em que o povoado está ao sopé. São estas as águas que formam as principais cachoeiras do povoado. Hoje em dia estas águas estão consideradas impróprias para o consumo humano direto, sem nenhum processo de tratamento, e, não há nenhum sistema público de saneamento básico nem de tratamento de água. Deste modo, as pessoas precisam ir até uma pequena nascente que se encontra no sopé da Serra para pegar a água que beberão e que farão os sucos nas pousadas, nos bares e nos restaurantes. Diariamente é possível ver inúmeras pessoas com carrinhos de mão e diversos vasilhames para transportar água indo e voltando desta nascente. A água é coletada de seu contato direto com o solo, não há nenhuma espécie de bica ou de fonte que facilite a sua captação (com a exceção de um pequeno pedaço de bambu que funciona como uma calha), ao contrário; são necessários

força e equilíbrio para transportar os vasilhames cheios d'água desde a nascente até o ponto em que se pode chegar com os carrinhos de mão.

Consideramos que todos estes fatos descritos aqui, relativos às mudanças ocorridas nas vidas dos indivíduos que vivem na Lapinha sejam impulsionadas por um mesmo processo lógico que possui a aparência de serem consequências da expansão da "*indústria*" do turismo. Quando, na verdade, o próprio turismo que se expande no povoado já é expressão da expansão da crise do trabalho social abstrato imanente à economia capitalista global atual, desde a revolução microeletrônica na década de 1970. Todas estas precariedades deste processo de modernização na Lapinha, descritas acima, são resultantes de um mesmo processo determinante que é o da necessidade abstrata de reprodução ampliada do capital e sua impossibilidade no momento atual, devido à crise do trabalho abstrato em que este se encontra. A *produção crítica do espaço* na Lapinha da Serra gira em torno de um fetiche de consumo de um espaço tido como "*natural*" por parte do homem moderno que vive a crise da sociedade do trabalho. Não diríamos que isto é uma anomalia do moderno, e sim, a forma de ser do moderno, no período de crise de reprodução do capital, na periferia do mundo capitalista.

Capítulo 3- O povoado Milho Verde

No alto da Serra do Espinhaço, a noroeste da sede municipal da cidade do Serro e a sudeste da sede municipal da cidade de Diamantina, está localizado o povoado de nome Milho Verde, a vinte quilômetros da primeira e quarenta da segunda. As duas sedes municipais em questão são ligadas por dois trechos diferentes de rodovias; o primeiro é todo pavimentado, de aproximadamente noventa quilômetros, formado pela BR 259 (que liga Felixlândia a Governador Valadares[17]) e seu entroncamento no trevo de Gouveia com a BR 367 que passa por Diamantina e vai até próximo a Almenara, no nordeste de Minas Gerais, acompanhando os traçados dos rios Araçuaí e, posteriormente, Jequitinhonha. O segundo trecho é o que mais nos interessa neste estudo; ele é formado por uma rodovia que, só recentemente foi pavimentada, de aproximadamente sessenta quilômetros e passa por diversos povoados como Três Barras, Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras; também permite acesso a outros como Capivari, Ausentes e Santa Cruz do Gavião.

Durante o período colonial, como vimos, a região em torno do que hoje é a cidade de Diamantina formava o distrito diamantino, administrado diretamente pela coroa portuguesa, devido à abundância de diamantes declarados propriedade real na década de 30 do século XVIII. De acordo com Saint-Hilaire (2004; p. 44), neste período, o povoado de Milho Verde era a sede de um destacamento de soldados incumbidos de fiscalizar os viajantes que transitavam entre Tijuco (Diamantina) e Vila do Príncipe (Serro). A região onde situava-se esta pequena aldeia era árida e não possibilitava a plantação de gêneros agrícolas, "compondo-se de uma dúzia de casas e de uma igreja"(SAINT-HILAIRE; 2004, p. 44). Ali também existia um serviço de

[17] Esta rodovia liga o Rio São Francisco, pela Represa de Três Marias, atravessando o Norte da porção meridional da Serra do Espinhaço no sentido Leste-Oeste.

exploração de diamantes, que no período em que o autor passara por ali já não estava ativo, a não ser pelo trabalho esporádico de garimpo que os negros faziam nos cascalhos já pesquisados anteriormente. As marcas do período colonial ainda estão presentes na arquitetura das casas mais antigas de Milho Verde, assim como de suas igrejas. Assim como ocorreu em toda a região mineradora, durante o período colonial, em Milho Verde, com o declínio da produção mineral, a população ali residente teve que desenvolver outras maneiras de garantir sua sobrevivência, logo, passou a dedicar-se à agricultura e à pecuária com maior intensidade do que no período minerador. Porém, a atividade mineradora nunca se extinguiu totalmente e muitos garimpos funcionam ainda hoje na Serra do Espinhaço[18].

O povoado Milho Verde fica em uma parte alta da serra, muito próximo dos afloramentos rochosos, por isto possuí um solo muito raso, arenoso, pedregoso e pobre em nutrientes, sendo impróprio para a produção agrícola. Por isto, as terras do núcleo do povoado não eram trabalhadas e ocupadas produtivamente pela população local. Estas terras, até pouco tempo atrás, por volta dos anos oitenta do século XX, eram de uso comum, não eram propriedade privada de ninguém, e sim, terras devolutas, pertencentes a união. Cada família cercara a parte que lhe cabia no arruado, o restante da serra em volta servia de pasto tanto para os bovinos quanto para os animais de carga e de montaria, de propriedade dos mais diferentes indivíduos do povoado. A maior parte da população vivia em torno do povoado e não em seu núcleo; afastados da *rua*, nas partes baixas das vertentes que têm por cume o povoado; sobretudo nas vertentes e várzeas a norte e oeste de Milho Verde. Ao contrário das terras do núcleo, ali as terras tinham donos bem definidos que, por sua vez, travavam relações de produção com os demais

[18] Chegamos a visitar um garimpo nos fundos de um bar, na beira de um rio, na periferia de Diamantina. Na ocasião não havia ninguém trabalhando no garimpo e os bares estavam repletos de homens, entre os 18 e 50 anos, aproximadamente, todos garimpeiros e desocupados no momento em questão.

indivíduos que ali viviam e viam na agricultura (muitas vezes associada ao garimpo) o meio que tinham de garantir suas sobrevivências.

Em geral, os proprietários das terras agricultáveis do povoado utilizavam-nas para seu uso próprio, com agricultura e pecuária, e, também, arrendavam-nas para os indivíduos despossuídos de terras próprias para plantar. O sistema de arrendamento praticado ali era, e ainda subsiste, na base da *quarta* e da *terça*. Nos dois sistemas, o arrendatário prepara a terra, se incumbe de conseguir as sementes, faz as limpezas periódicas nas plantações e se encarrega da colheita. Ao final do processo produtivo, no sistema de quarta, o rendeiro (proprietário da terra) se apropria de um quarto da produção, e na terça, um terço da mesma. Obviamente, os arrendatários preferem o primeiro sistema em relação ao segundo. Os trabalhos na lavoura, de modo geral iniciavam-se por volta do mês de setembro com a preparação e limpeza das terras; por volta do mês de outubro[19], com o início das chuvas, iniciavam-se os plantios. A partir daí, até o momento da colheita, nos meses de abril e maio, realizavam (e realizam até hoje) limpezas nas lavouras. Nos períodos de trabalhos mais intensos nas lavouras, os indivíduos que tinham suas casas em Milho Verde (no núcleo do povoado) iam para suas roças arrendadas, onde construíam pequenos ranchos, no início da semana, levando mantimentos para toda a semana. Ali passavam a semana inteira trabalhando na roça e, nos finais de semana, voltavam para o povoado. As pessoas plantavam, sobretudo, arroz, feijão, milho e cana de açúcar, que constituíam a base de suas alimentações. Como muitas vezes, o trabalho familiar não era suficiente para se produzir nas terras arrendadas, frequentemente os indivíduos trabalhavam juntos no sistema de mutirão, cada dia nas parcelas de terra que cabiam a cada indivíduo envolvido no processo. Os moradores dali, que possuem mais de quarenta anos participaram destes mutirões e

[19] O mês em que se começa a plantar na Serra não é muito rígido, porque o que interessa ao agricultor é plantar no início do período chuvoso; sendo que, se as chuvas começam a cair mais cedo ou mais tarde em determinado ano, o agricultor se esforça por acompanhá-la com seus plantios.

muitas vezes também foram beneficiados por tais cooperações para o trabalho. Um de nossos entrevistados, arrendatário contou que chegavam a trabalhar trinta a quarenta homens juntos, cantando, compondo versos provocativos e marcando o ritmo da cantoria com a batida dos instrumentos na terra, sobretudo a enxada. Não foi por acaso, que o interesse inicial da pesquisa do professor Antonio Candido era a música caipira, e esse acabou por pesquisar as relações de trabalho nas quais a mesma se inseria. Esta forma de cooperação para o trabalho agrícola, por meio do mutirão, era fundamental para a manutenção da subsistência das famílias que ali viviam; uma vez que aqueles indivíduos não possuíam recursos monetários para contratar trabalhadores. Em relação àquela suposição feita por aqueles indivíduos da Lapinha da Serra, de que os mutirões lá terminaram porque alguns indivíduos trabalhavam mais do que outros; em Milho Verde, os antigos participantes contam que esses não eram motivos de grandes desavenças. Ao contrário, muitas músicas, provocações e brincadeiras giravam em torno da produtividade individual de cada um nos mutirões. Um cantava um verso provocando alguém, que prontamente respondia com outro verso, e assim trabalhavam o dia inteiro, batendo enxada nos arrendamentos uns dos outros. Nas palavras romantizadas de um de nossos entrevistados, "era bonito de se ver, aquela cantoria, aquele tanto de enxada, até brilhando!" Os mutirões ocorriam com a participação de todos os envolvidos independentemente de quem fosse o proprietário da terra, desde que o rendeiro beneficiário participasse dos outros também. Já os proprietários das terras, fazendeiros, contratavam os indivíduos para trabalhar nas porções de terra que lhes cabiam. Em geral, pagavam os trabalhadores em dinheiro e muitas vezes trabalhavam, eles próprios, junto com seus empregados. Nestes casos, a produção agrícola, de arroz, milho e feijão, era levada por tropas de animais de carga para os mercados de Diamantina e do Serro.

Geralmente, os indivíduos encarregados de conduzir as tropas em Milho Verde eram os próprios proprietários dos animais de carga. Seus negócios consistiam em comprar os produtos excedentes dos agricultores locais de Milho Verde, como feijão, milho, arroz, galinha, ovo caipira, farinha e fubá e levá-los para vender em Diamantina, transportando-os em aproximadamente meia dúzia de bestas. Na volta, eles traziam produtos de Diamantina e vendiam para os agricultores de Milho Verde. Um morador do povoado, que, quando criança, acompanhara seu pai conduzindo tropas para Diamantina, contou que eles saíam de Milho Verde por volta de seis horas da manhã e chegavam à sede municipal por volta das quinze horas. Lá expunham suas mercadorias no mercado; se vendessem tudo no mesmo dia voltavam no dia seguinte para Milho Verde, caso contrário, permaneciam mais um dia em Diamantina. Outras tropas maiores vinham de lugares mais longínquos, também em direção à Diamantina e passavam por Milho Verde ou pelos povoados ao redor como, por exemplo, Capivari. Uma moradora deste povoado, contara que durante a sua infância, por volta da década de 1960, era muito comum a passagem de grandes tropas pelo povoado. Os tropeiros arranchavam logo na chegada a Capivari, na Lapa dos Tropeiros. Quando seguiam viajem passavam por dentro do povoado e pegavam a picada de estrada que leva até Diamantina, se unindo ao caminho que passa por Milho Verde. As crianças do povoado corriam e se alvoroçavam para ver a tropa passar, “a mula madrinha vinha na frente da tropa, toda enfeitada, que nem uma pessoa”. Estas tropas conduziam as mesmas mercadorias que as de Milho Verde, arroz, feijão, milho e café.

O milho produzido, depois de distribuído entre rendeiro e arrendatário era utilizado tanto para alimentar os animais como para o consumo das famílias. No primeiro caso, a espiga de milho era inteiramente triturada e distribuída aos animais. No segundo caso, as espigas eram descaroçadas e o milho era moído transformando-se em

fubá. Obviamente, também, uma parte das sementes era guardada para serem plantadas no período de chuvas seguinte. Para a moagem do milho, os indivíduos utilizavam primeiramente moinhos d'água e, posteriormente, nos moinhos movidos a energia elétrica. Usualmente, o fubá moído nos moinhos é dividido entre o dono do milho e o dono do moinho, cabendo um prato ao segundo a cada nove pratos para o primeiro. Em relação ao custo de moagem, os proprietários de moinhos d'água saem em vantagem em relação aos proprietários de moinhos elétricos, uma vez que depois de construídos, a energia motriz lhes é gratuita. Um ex-proprietário de um moinho elétrico disse que parou de moer para os outros devido às dificuldades que tinha de pagar a conta de luz, de aproximadamente R$50,00[20] por mês (por volta do ano de 2009). Disse que como não tinha uma ocupação remunerada fixa, não conseguia arcar com tal dívida, mesmo ficando com um prato de cada dez que moía. O moinho em questão foi passado então para os cuidados da mãe de seu antigo dono, pois, ao contrário do primeiro, ela tinha dinheiro para pagar as contas de luz, pois estava aposentada, e por isto, por menor que fosse, recebia uma renda fixa todos os meses. Estes moinhos funcionam ainda hoje, embora o volume moído não seja tão grande quanto fora outrora.

A cana de açúcar, depois de colhida, e dividida entre as partes participantes do seu plantio, era levada a alguns pequenos engenhos que tinham em torno do povoado onde era moída para se extrair a garapa. Com a garapa, os indivíduos produziam melado, rapadura e cachaça, sendo que uma parte da produção ficava para o dono do engenho e a outra com o dono da cana de açúcar. Não conseguimos informações relativas à razão em que tais mercadorias eram divididas entre as duas partes. No entanto, sabemos que atualmente, nos alambiques que ali ainda existem, a produção de cachaça é dividida meio a meio entre o dono da cana de açúcar e o dono do alambique.

[20] Um pouco mais do que custa a recarga de um botijão de gás de 13kg no povoado.

Uma parte da cachaça é comercializada com os botecos do povoado, outra é enviada para os mercados do Serro e de Diamantina e outra parte é para o consumo individual e familiar de seus produtores. As pessoas contam que algumas casas tinham moedores de cana manuais, que eram utilizados quando precisavam de menores quantidades de garapa, com certa urgência, para o uso doméstico e culinário.

Além da cooperação no trabalho agrícola por meio dos mutirões, os indivíduos ali, assim como na Lapinha, utilizavam-se também da troca de dias de trabalho quando não havia necessidade de tantos braços trabalharem juntos, mas os braços do trabalhador individual eram insuficientes. Nestes casos, os indivíduos trocavam seus dias de trabalho entre si; por exemplo, o indivíduo *A* trabalha três para o indivíduo *B*, em geral junto com o mesmo, que depois deveria trabalhar três dias para o indivíduo *A*. A falta de moeda nestas relações sociais na serra do espinhaço em torno de Milho Verde não impedia o movimento das mercadorias e suas trocas por seus valores. Porém, com esta falta do equivalente geral (o dinheiro em sua forma monetária), outras mercadorias assumiam a forma de equivalente, em cada troca específica. Quem tinha farinha de mandioca trocava por fubá, quem tinha leite trocava por ovos, e assim as pessoas garantiam a obtenção daqueles produtos básicos que não produziam ou que lhes faltavam.

Outra atividade que, até a década de 1980, ocupava boa parte da população local era o garimpo tanto de ouro como de diamante. Como as técnicas de extração do ouro e do diamante eram e ainda são muito precárias, por mais revirados que tivessem sido os leitos dos rios, e por mais intensa que tenha sido suas explorações, eles não esgotaram em absoluto, tendo sempre um pouquinho em algum local ou outro. Basta dizer que Saint-Hilaire observara, no início do século XIX, que em alguns casos os mineiros encobriam, com cascalho já explorado, áreas dos leitos dos rios em que ainda não se

tinha procurado tais minérios, soterrando-os. Por tais motivos, associados à extrema pobreza que alguns indivíduos ali vivem, ainda hoje existem garimpos e garimpeiros espalhados pelos locais mais ermos da porção meridional da Serra do Espinhaço, nos leitos antigos e recentes dos córregos e rios. Assim como o trabalho na lavoura, nos garimpos, o trabalho também é sazonal, sendo impossibilitado no período chuvoso, uma vez que o mesmo é realizado nos leitos dos córregos e rios. Realizar tais trabalhos no período das chuvas é, além de mais difícil, muito perigoso, uma vez que boa parte destes cursos d'água é encaixada em fraturas e falhas de difícil acesso e fuga e com constantes ocorrências de trombas d'água. O melhor momento do ano para se garimpar, durante os meses de maio, junho, julho e agosto coincide com o período em que o trabalho nas lavouras é menos intenso. Por isto, existe um número tão elevado de indivíduos que trabalhavam como lavradores e garimpeiros, sendo que os últimos eram quase que exclusivamente do sexo masculino. Até hoje ainda não encontrei relatos de mulheres garimpando nas serras, mesmo porque o trabalho é muito desgastante fisicamente e, muitas vezes, os indivíduos estão expostos a certos perigos, como picadas de cobras, deslizamentos de solos e de rochas, às intempéries e, ao mais freqüente deles, a ira dos seus companheiros de trabalho. Os casos de violência entre os garimpeiros são freqüentes, limitaremo-nos a narrar apenas um: dois colegas viajavam pelo alto da Serra do Espinhaço, e tiveram que dormir em um pequeno povoado, próximo a Diamantina. Ali, souberam que um homem, que assistia televisão em sua casa, de porta aberta, a poucos metros deles, havia, naquele dia, no garimpo, agredido seu irmão com um golpe de facão na cabeça. Os garimpos da porção meridional da Serra do Espinhaço estão repletos destas histórias.

Em alguns casos, no período do ano em que se dedicavam à garimpagem, os indivíduos saíam do povoado ao amanhecer, ou um pouco antes, de acordo com as

distâncias percorridas, e iam para os garimpos. Lá, passavam a manhã inteira quebrando os veios de minérios e ajuntado o cascalho. Quando possível voltavam para suas casas onde almoçavam, caso contrário, comiam ali mesmo. Após o almoço, lavavam o cascalho preparado no período da manhã; de noite voltavam para casa. O ganho que tinham nos garimpos eram tão pequenos, que às vezes, quatro membros de uma família tinham que juntar tudo o que achavam para poder comprar os mantimentos que lhes faltavam. Um dos indivíduos que entrevistamos afirmou que chegava a ficar até nove meses sem achar nem uma pedra, nem um pouco de ouro, e, quando achava alguma coisa, o dinheiro conseguido acabava rapidamente. Sempre que os garimpeiros contam das pedras que já encontraram e não os fizeram ricos, surge a conversa da *maldição do garimpeiro*, que está fadado a sofrer tanto nos garimpos e no fim de sua vida ainda morre pobre. Muitas vezes, o garimpeiro passa por tantas dificuldades sociais e econômicas que quando consegue uma quantia maior de dinheiro em função da venda dos minérios, logo gasta o dinheiro todo como se o desfrute total do mesmo fosse o objetivo final de todo o trabalho de garimpagem.

Algumas áreas de garimpo eram e são em terras devolutas, sem títulos de propriedade nem de posse de ninguém, nestas quaisquer pessoas exploram os minérios e ficam com seus achados. Outras áreas eram exploradas por pessoas da mesma família que se uniam na árdua tarefa de garimpar. Já outras áreas de garimpo tinham seus donos, e as pessoas que garimpavam ali tinham que dividir seus achados ao meio com os respectivos donos. Alguns indivíduos mais abastados do povoado, além de serem proprietários da maior parte das terras agricultáveis do mesmo, eram também donos de garimpos, aonde mantinham certos *capatazes de confiança* aos seus serviços. Afirmamos acima que os métodos utilizados na pesquisa de ouro e diamante nos garimpos da Serra eram precários, porém, no segundo quartel do século XX, a situação

mudou em alguns garimpos, com a introdução da draga que é um aparelho mecânico utilizado para retirar cascalho e areia dos fundos dos rios. Com a introdução das dragas os leitos dos rios passaram a ser explorados de forma mais intensa. Este método permitiu ainda a retirada de um volume considerável de minério, levando em conta que a decadência da mineração do ouro e do diamante já remonta a mais de duzentos anos atrás. Além do esgotamento físico dos garimpos, outro fator que contribuiu para a diminuição dos mesmos, ao longo da porção meridional da Serra do Espinhaço e do entorno de Milho Verde, foi o aumento da fiscalização por parte do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Assim como ocorreu na Lapinha da Serra, em Milho Verde, o fim dos trabalhos coletivos em mutirões, a diminuição da produção agrícola e a diminuição das atividades garimpeiras coincidem com o período em que começa a existir um fluxo mais intenso de turistas no povoado. Obviamente, não estamos falando do fim daquelas atividades, mas sim de uma significativa diminuição delas. De acordo com os relatos dos indivíduos que viveram este processo, estas mudanças começaram ao longo da década de 1980, e dos primeiros anos da década de 1990. Com o início das atividades turísticas no povoado, logo alguns indivíduos oriundos de outros lugares passaram a se interessar por viver por ali, mesmo que por períodos relativamente curtos, sem necessariamente trabalhar com agricultura nem com garimpo. De acordo com alguns indivíduos com os quais conversamos, os primeiros turistas que construíram suas casas em Milho Verde e ali viveram por um tempo chegaram por volta de 1987.

Nesta mesma década, um pouco antes disto, em 1985 o comércio no povoado começa a se desenvolver novamente, quando um indivíduo do local, que voltara com a esposa de São Paulo para Milho Verde, começou a comprar os produtos excedentes da

população local e vendê-los de porta em porta em Diamantina. Ao se deparar com um agricultor que tentara em vão vender meio alqueire de feijão e voltava para sua roça levando o feijão, se comovera e disse que compraria não só aquele, mas também, todo feijão que o outro quisesse vender. “Feijão carioquinha, limpinho, asseadinho, graúdo (...)”, de acordo com o mesmo. O agricultor perguntara então se o indivíduo que voltara de São Paulo compraria também a produção excedente de seus vizinhos e a resposta foi positiva. Como as pessoas ali produziam basicamente os mesmos produtos e não tinham quem *atravessasse* suas mercadorias, elas, na maioria das vezes, não eram comercializadas. Quando aquele indivíduo anunciou que compraria a produção local excedente, sua casa foi rapidamente lotada de feijão e de farinha, basicamente. Estas mercadorias foram levadas a Diamantina e lá, os donos dos armazéns e mercearias ofereciam valores muito baixos pelos produtos. Então, ele passou a oferecê-los de porta em porta na cidade de Diamantina e logo os vendia, devido ao preço que pedia e à qualidade dos alimentos que oferecia. Com o dinheiro obtido nesta primeira transação, a alma do capital, que nunca se afastou dos lugares mais remotos, se manifesta e o nosso indivíduo comprou produtos em Diamantina para vendê-los em Milho Verde. Assim surgia o primeiro comércio *“com firma reconhecida”* do povoado. Porém, a atividade ligada ao garimpo, movido por dragas, acabou por afastar tal indivíduo das atividades do comércio em Milho Verde; de acordo com o mesmo, seu comércio fechara com um caderno de dívidas de fregueses que, nos valores de hoje, somariam quase duzentos mil reais. Hoje, em Milho Verde tem uma padaria e uma mercearia relativamente grandes, além de dezenas de restaurantes, bares e botecos. A monetarização das relações sociais de produção se desenvolveu tão intensamente ao longo destes últimos anos que, em grande parte destes estabelecimentos comerciais, hoje é possível se comprar com cheques. Caso o turista tenha esquecido seu talão de cheques (que ultimamente são cada

vez menos utilizados) ele pode fazer suas compras pelo cartão de crédito ou débito na Mercearia dos Prazeres. Caso precise sacar dinheiro para arcar com os gastos de seus passeios, o turista desprevenido pode sacar o dinheiro no caixa desta mercearia com a cobrança de uma taxa de 10% do valor negociado.

Quando as primeiras casas das pessoas de fora do povoado começaram a ser construídas, as terras que antigamente eram de uso coletivo passaram a ser vistas como valor em potencial, por parte dos indivíduos que ali viviam e soltavam suas criações. Mais uma vez, as terras incultas, com pouco trabalho agregado passaram a receber avaliações de preços bem acima dos valores que poderiam ter. Rapidamente estas terras foram loteadas e cercadas por parte da população local e começou-se a negociar seus lotes com os indivíduos que vinham de fora do povoado e desejavam construir casas de veraneio ali. Os cercamentos nestas áreas de uso comum se deram de modo análogo ao que se deu na Lapinha da Serra, aquele que se considerava no direito e tinha condições de arcar com os custos do cercamento agia por conta própria, cercava uma área e depois a vendia. Porém, ao que tudo indica, em Milho Verde os conflitos gerados por desentendimentos quanto as posses e divisões das terras foram menos frequentes e violentos do que no primeiro povoado. As terras que mais interessavam às pessoas de fora, que chegavam ao povoado e desejavam estabelecer ali suas casas de campo ou seus negócios, eram aquelas próximas ao núcleo de Milho Verde, se estendendo pela margem da estrada, próximo ao complexo de cachoeiras do lajeado, que eram justamente as terras que não eram utilizadas para o plantio. De acordo com os moradores locais, em Milho Verde, nunca ninguém vendeu as terras agricultáveis em torno do povoado para ninguém de fora do mesmo. Estas terras há muito tempo estão nas mãos das mesmas famílias e dos mesmos indivíduos que hoje já são octogenários e possuem seus herdeiros diretos. Esta é uma diferença importante em relação ao que

ocorreu na Lapinha da Serra, onde as primeiras terras a serem comercializadas foram justamente aquelas que eram utilizadas para o plantio dos gêneros alimentícios. Em Milho Verde, este fato possibilitou que as pessoas produzam parte de seus alimentos consumidos durante o ano ainda hoje, embora cada vez menos.

O aumento do fluxo de turistas no povoado, em um momento no qual as relações sociais de produção estavam se remonetarizando, associado aos novos empreendimentos levados a cabo pela indústria da construção civil, produziu novas relações de produção e trabalho no povoado, que não mais apenas aquelas relacionadas à agricultura e ao garimpo. Vários processos ocorreram, e ocorrem, simultaneamente, estando relacionados entre si pela mesma lógica que os determina, induzindo as transformações que analisaremos. Além das estradas que dão acesso ao povoado terem sido melhoradas ao longo deste período em questão, novas estradas foram abertas na região em torno ao povoado; nas palavras de um senhor já bastante idoso dali, "já tem atalho que vai para Gouveia sem passar pelo Serro", o que facilitou bastante, por exemplo, a chegada de caminhões transportando materiais de construção a partir das cidades do Serro, Diamantina, Gouveia e de outros municípios próximos. Com o aumento da concorrência entre fornecedores de tantos municípios houve uma diminuição da cobrança de preços absurdos por parte dos comerciantes urbanos, devido à raridade das mercadorias disponíveis no povoado, o que favorece a compra das mesmas. A partir deste momento, vários dos indivíduos mais jovens do povoado, do sexo masculino, entre os 16 e 40 anos começaram a trabalhar como de servente de pedreiro nas construções empreendidas por pessoas externas ao povoado que estavam chegando ao mesmo. De modo geral, as pessoas que se mantiveram vivendo da agricultura foram as mais vividas do povoado, que já tinham se habituado à rotina de trabalho na roça, com mais de trinta e cinco ou quarenta anos de idade. De modo que, os indivíduos mais jovens, hoje, não se

interessam mais por trabalhar com a agricultura, porque segundo eles mesmos, “puxar o cabo da enxada todo dia, o dia inteiro, é muito pesado”, e os mais jovens já não dominam as técnicas e os conhecimentos agrícolas empregados por seus pais e avós. Sendo assim, a maioria dos jovens de Milho Verde, depois que termina os estudos vai procurar trabalho e acaba vivendo nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte e de São Paulo. Como nos relatou um jovem com quem conversamos “em Milho Verde tem muita gente, só que a maioria está fora” – frequentemente, tais indivíduos migram alimentando o sonho de conseguir dinheiro, voltar para Milho Verde e construir uma casa para alugar ou uma pequena pousada. Muitos pais de filhos ausentes ao povoado relataram que estes são os planos de seus filhos que estão longe dali.

As novas construções, que surgiram no povoado a partir do final dos anos oitenta e que se intensificaram a partir de 2006 e 2007, destoam claramente das construções mais antigas, dos moradores que já viviam ali. A diferença começa desde a escolha do terreno, passam pelos materiais utilizados, pelas relações de trabalho envolvidas, pela arquitetura dos imóveis, até a decoração interna dos mesmos, seus utensílios e comodidades. As casas mais antigas do povoado foram feitas, em geral, com uma estrutura de madeiras e cipós trançados, coberta por barro e caiada, os telhados, eram feitos de madeiras e galhos retirados das matas, frequentemente imperfeitos em seus encaixes, e as telhas de barro eram modeladas nas coxas das mulheres que as faziam. Quando a casa possuía forro sob o telhado, o mesmo era feito de tiras de bambu entrelaçadas. As casas que possuíam banheiros geralmente os tinham do lado de fora, sobre uma fossa. Além disto, as casas eram produzidas por seus próprios futuros moradores, ajudados por seus parentes e vizinhos. Descreveremos rapidamente uma destas casas que ainda hoje encontramos no povoado, habitada por um casal de idosos. Além das características que já demos, a casa era de pau a pique, bem

antiga, de portas pequenas e envelhecidas, com o pé direito baixo. A porta da rua dá acesso a uma pequena sala, onde havia um pequeno altar sobre uma mesa com uma infinidade de santos em formato de cartões e estatuetas além de panos coloridos, com predomínio do vermelho e flores. Em cima do altar, havia duas fotos dos moradores, já envelhecidos, provavelmente presente de algum visitante que retornara ao povoado. A sala dá acesso a um quarto onde dormia o casal e à cozinha. Raramente, o visitante tem acesso ao quarto onde dormem os donos da casa. O que podemos dizer é que era um cômodo pequeno, com um colchão de palha bem velho, mais do que isto não pudemos ver. Já a cozinha, é o local preferido para receber as pessoas de fora, geralmente é ali que o café é servido e o queijo é partido (quando tem queijo). A cozinha tinha uma porta voltada para os fundos da casa e uma pequena janela. Ali havia um fogão a lenha, com umas panelas em cima, uma pia, uma mezinha de madeira onde se servia o café e guardavam alguns copos. Ao lado da cozinha, tinha outro quartinho onde guardavam alguns mantimentos e pertences pessoais. No quintal da casa algumas árvores frutíferas e algumas galinhas soltas, não havia televisão, geladeira, fogão à gás, sofá, nem banheiro dentro da casa.

Foto 6: Rua com casas antigas em Milho Verde. (RIBEIRO, M C. 2009)

Já as casas construídas mais recentemente, pertencentes a pessoas de fora do povoado, em geral, são construídas com materiais de construção industrializados, comprados fora do povoado e levados até lá em caminhão e camionetes. Elas têm suas vigas de sustentação geralmente de eucalipto ou de concreto, suas paredes são de tijolos de barro ou de concreto, as estruturas dos telhados são feitas de caibros e ripas de madeiras homogêneas serradas eletricamente e encaixadas com maior facilidade e as telhas são industrializadas e homogêneas, também de barro e propiciando encaixes mais regulares entre as mesmas. Por dentro, estas casas são mobiliadas por camas, mesas, sofás, cadeiras, móveis e armários industrializados, também comprados em comércios externos ao povoado. Quanto aos equipamentos doméstico, elas costumam ter fogão a gás, geladeiras e aparelhos de som, e, às vezes, outros eletrodomésticos. Geralmente os banheiros são construídos dentro das casas, com pia, privada e chuveiro elétrico e, às vezes, possuem áreas de lazer, como quadra e ou piscina. Como afirmou um senhor octogenário com quem conversamos, em Milho Verde “a pessoa chega, compra um lote,

os materiais, bota os pedreiros para trabalhar e tem uma casa”. Se antes, aquele que desejava uma casa, tinha que buscar as madeiras nas matas, retirar o barro do solo, aparar parte das madeiras com machado e serrote, conseguir quem modelasse as telhas, para depois construí-la; agora todos estes materiais são mercadorias cujos proprietários (que incorporam o espírito do capital) desejam realizar seus capitais trocando-as por dinheiro, o mais rápido possível. Desde a obtenção da matéria prima para a construção da casa, até o acabamento da mesma as relações entre os indivíduos envolvidos são mediadas por relações monetarizadas de troca de mercadorias. Em geral, o indivíduo de fora do povoado que constrói sua casa ali, contrata a força de trabalho ali mesmo. Como muitos jovens estão desempregados, e não trabalham mais com a agricultura nem com o garimpo, não é muito difícil conseguir quem se submeta a trabalhar como serventes de obra e como pedreiro em troca de um salário diário. Em geral, assim como na Lapinha da Serra, os acordos dos patrões com os trabalhadores locais da construção civil são feitos ou por empreitada ou por dia de trabalho. No primeiro caso um dia de trabalho pode custar de dez a trinta reais, e no segundo varia muito de acordo com o tamanho e dificuldade dos serviços feitos.

Foto 7: Casa construída para veraneio em Milho Verde. (RIBEIRO, M C. 2010)

Além dos indivíduos externos ao povoado, muitos indivíduos naturais de Milho Verde também passaram a construir novas casas, movidos por expectativas de aumento de ganhos monetários por meio de aluguéis para turistas. Porém, estas novas casas também passaram a ser construídas de acordo com as novas regras do mercado, utilizando-se mercadorias e matérias primas industrializadas e força de trabalho assalariada. Deste modo, o indivíduo que quiser construir uma casa no povoado, mesmo se já possuir um terreno, precisa desembolsar dinheiro em sua forma monetária para arcar com os custos tanto do material de construção quanto com a compra da força de trabalho. Este fato dificulta que muitas pessoas construam novas casas para alugar aos turistas. Um indivíduo com quem conversamos disse que estava construindo uma casa nova, um pouco afastada do núcleo do povoado onde mora. De acordo com o mesmo, a intenção é mudar para a casa nova, quando ela estiver pronta e utilizar a atual somente para alugar para turistas. Porém, para ter recursos para construir sua própria casa, tal

indivíduo estava trabalhando como servente de pedreiro na casa de campo de um morador de Belo Horizonte. De acordo com nosso entrevistado, se a demanda por seus serviços seguisse como estava no momento, ele conseguiria, em alguns meses, "trabalhando dá pra gastar cem reais de comida por mês e guardar duzentos para comprar os sacos de cimento e os materiais". Este indivíduo é casado e tem quatro filhos em idade escolar, arrenda umas terras ao redor do povoado, onde trabalha com a esposa durante o período chuvoso, segundo o mesmo não vendem nada do que plantam, é tudo utilizado pela família para consumo próprio, dos animais e para o plantio da nova safra.

Embora a atividade que mais ocupe a força de trabalho jovem masculina em Milho Verde atualmente seja a construção civil, não significa que este setor da economia esteja se reproduzindo facilmente, sem contradições e contratempos para os proprietários dos capitais ali envolvidos. Muitas daquelas casas construídas e dos lotes vendidos foram negociadas prevendo pagamentos futuros, por meio de juros, de promessas de pagamentos, que às vezes não são saldados nos prazos definidos. Um senhor sexagenário nos contou que, um ano depois de trocar um terreno por uma casinha onde vive, ainda devia mais de seiscentos reais só de material de construção para arrumar a casa (puxar a água, forrar o telhado, bater o chão e pintar as paredes). Além disto, alguns indivíduos se endividam ao construir as casas de aluguel esperando saldar as dívidas com as rendas obtidas pelos próprios aluguéis. Porém, estes ganhos são muito incertos, nem sempre conseguem alugar uma casa e, quando conseguem, nem sempre é pelo valor que desejam, já os juros dos empréstimos acumulam-se incessantemente.

Como já mencionamos, simultaneamente a estes processos que estamos descrevendo os órgãos de fiscalização ambiental (IEF e IBAMA) intensificaram seus

trabalhos em toda a porção meridional da Serra do Espinhaço, sobretudo em torno dos povoados. Como Milho Verde está localizado no flanco leste desta porção da Serra, ali, nas partes baixas, onde estão as terras agricultáveis, é uma área de predomínio de mata atlântica, originalmente. Este tipo de floresta tropical semidecidual de tão devastado que fora em todo país, é submetido a vigilâncias mais intensas e penas mais severas para quem destruí-las. Em torno de Milho Verde existem muitas manchas de mata atlântica secundárias que não podem ser derrubadas. Para os indivíduos urbanos do século XXI, com seus pensamentos pretensamente ecológicos, rasos e reprodutores da mesma lógica tautológica do capital, a situação está perfeita; é isto mesmo que tem que ser feito: se as matas estão acabando fica proibido derrubá-las. E este indivíduo urbano visita e, às vezes, vive em Milho Verde tendo estas ideias como certezas de um pensamento que se considera super avançado e moderno porque reproduz um modismo de que é preciso preservar o meio ambiente ao invés de destruí-lo. O problema é posto, quando estas pessoas resolvem agir no sentido de que os indivíduos nascidos no povoado comecem a pensar de maneira semelhante e parem de retirar parte de seus sustentos familiares da terra e das matas, passem a comprar tudo na cidade, igual aos primeiros. Este distanciamento da produção em relação ao consumo dos produtos faz os empreendimentos mais sórdidos aparecerem como incrivelmente *sustentáveis.* Já os desmatamentos ali, ao lado, por estarem nítidos demais para serem ignorados, pela experiência prática e sensível daquele indivíduo urbano que busca na contemplação fetichista daquela falsa natureza para justificar a ideia de equilíbrio do homem com o meio, tornam-se uma grave ofensa à natureza. O problema é que para se equilibrar como gostariam o homem com o meio é necessário retirar o homem dali. Como tem sido feito ao longo da Serra do Espinhaço, nos parques nacionais, estaduais e municipais; como o Parque Nacional da Serra do Cipó, o Parque Estadual do Rio Preto, e o Parque

Municipal Serra do Intendente, que invariavelmente apresentam problemas com antigos moradores que se recusam a sair das terras que ocupavam.

Esta questão relativa ao ideal de preservação de uma não natureza, de uma aparente natureza, é relevante para a nossa pesquisa porque, em Milho Verde, é por estes discursos e práticas que vão aparecer parte dos conflitos entre moradores antigos e recentes. Se alguns indivíduos urbanos pensam do modo como expusemos, por outro lado, o morador de Milho Verde habituado ao trabalho na roça desde sua infância, pensa de outro modo. Para este indivíduo a mata é fonte de boas madeiras que lhes são úteis de inúmeras maneiras, como para fazer cercas, pilões, currais, casas, telhados, carvão, fogão à lenha, e, também, para vender. Porém, isto não é tudo. Como as áreas agricultáveis em torno do povoado são limitadas e a agricultura já é realizada ali há pelo menos 200 anos, os solos estão esgotados. As técnicas de plantio empregadas ali, desde o início foi semelhante ao restante do Brasil colonial, quando as matas eram derrubadas e queimadas, para dar lugar as plantações. As queimadas eram repetidas todos os anos até que a terra perdia seus nutrientes. Logo esta área era abandonada e outra nova era derrubada e passava pelo mesmo processo. Deste modo, em algumas áreas que, depois de abandonadas não foram mais mexidas, a floresta voltava, o que explica a grande quantidade de manchas de florestas encontradas em torno do povoado e, sobretudo, em torno do Serro. Estas práticas agrícolas perduraram até hoje em Milho Verde, e agora ela está cada vez mais impossibilitada, devido à presença de indivíduos que denunciam às autoridades quaisquer sinais de desmatamento. Estas denúncias geram conflitos violentos entre as partes, com ameaças e tentativas de homicídio. Por volta do ano de 2008 um professor que fora lecionar no povoado teve que ir embora fugido sob tiros de revólver, porque se envolveu em questões como estas. Alguns meses depois, um grupo de pesquisadores também teve de ir embora, em fuga, de noite, do povoado, pois

haviam sido *tocaiados* e ameaçados de morte na pinguela que atravessa o rio Jequitinhonha, próximo ao povoado Ausentes. O motivo de tal ação é que o grupo havia denunciado um indivíduo de tinha desmatado uma área de nascente que abastecia algumas pessoas de Ausentes. Com histórias deste tipo, não achamos estranho quando, ao nos apresentarmos como pesquisadores e professores de Geografia, um senhor respondeu que não gosta e não se relaciona com indivíduos de fora do povoado. Segundo ele, porque dentre estes, aqueles que se mudam para lá "são todos vagabundos" que vão para lá para se esconder porque fizeram alguma coisa errada em outro lugar. Disse ainda que estas pessoas acabam levando o que merecem, uma vez que, de vez em quando, arrancham uns pistoleiros por ali, no povoado, vindos das serras do norte. "O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinho de metal..." (ROSA; 2006, p. 19).

Estes conflitos, que muitas vezes se manifestam violentamente, ameaçam a manutenção de algumas práticas sociais no povoado, como por exemplo, a elaboração dos alimentos nas cozinhas das casas. No período em que estivemos lá, um homem havia sido pego dirigindo um jerico carregado de lenha. Ele teve que levar os fiscais e a polícia militar até o local onde retirara a lenha para provar que a árvore já estava morta e, mesmo assim, ainda teve que plantar quatro árvores no local onde retirara a madeira. Outro indivíduo estava limpando uma área para plantar milho quando foi enquadrado em flagrante por dois policiais militares acompanhados dos denunciantes e de fiscais do IBAMA que lhe aplicaram uma multa de cinco mil reais. Retirar areia do leito dos rios para utilizá-la nas construções tem sido uma atividade bastante combatida por parte da fiscalização. Os indivíduos estavam aproveitando os dias de feriado para os funcionários públicos para realizarem ações deste tipo, quando a chance de serem surpreendidos pela

fiscalização ambiental é menor. Outra questão associada ao impedimento de novos desmatamentos é o fato de, devido à infertilidade do solo desgastado, os fazendeiros – proprietários das terras arrendadas pelos demais indivíduos do povoado – começaram a plantar capim braqueara para o gado, nas áreas onde antes plantava-se milho, arroz e feijão. Estes fatos contribuem para a redução absoluta das áreas agricultáveis e agricultadas do povoado. Porém não são todos os fazendeiros que estão fazendo isto.

Todos estes fatores agindo de maneira simultânea são responsáveis por aqueles processos de migração que já salientamos. A maior parte dos indivíduos do povoado, de ambos os sexos, quando chega à idade adulta migram para as cidades do entorno e, sobretudo para as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e de São Paulo, em busca de vender suas forças de trabalho em troca de salários.

Ao que tudo indica, por volta dos anos de 1996 e 1997, houve um surto de construções de casas no povoado, induzido pelo turismo que crescia. Por volta do ano de 2006, o número de turistas que visitaram o povoado chegou ao ápice e, a partir do ano seguinte, Milho Verde nunca mais ficou tão cheio. As pessoas que nos anos seguintes se prepararam para receber um número tão elevado de turistas, em alguns casos, tiveram prejuízos. Durante o mês de julho de 2009 que permanecemos no povoado, pudemos perceber o quanto a atividade turística, do ponto de vista econômico, é efêmera em relação aos dias vividos pelos indivíduos dali. Em pleno período das férias escolares do meio do ano, por duas semanas inteiras, praticamente não circularam turistas pelo povoado. Os moradores locais estavam completamente absorvidos em suas atividades cotidianas. Apenas em uma semana do mês de julho, quando a associação comunitária de Milho Verde promove um grande festival cultural, é que os turistas apareceram no povoado e, somente, no final de semana de encerramento do festival é que todas as pousadas e restaurantes estavam funcionando. Algumas ficaram fechadas o

ano inteiro e abriram apenas por dois dias, no encerramento do Festival Cultural de Milho Verde.

As pousadas que são mantidas funcionando durante todo o ano no povoado, são aquelas pertencentes aos indivíduos que vivem ali, e que, em geral, nasceram por ali. Isto acontece devido ao fato de que estes indivíduos cresceram e foram socializados em um momento no qual não existia tanta concentração de capitais e mercadorias no povoado de Milho Verde. Elas cresceram comendo praticamente feijão e angu todos os dias, com o acréscimo de eventuais misturas, sem luz elétrica, sem banheiros em casa. Sendo assim, mesmo que estes indivíduos hoje sejam empreendedores, donos de pequenas pousadas, que recebem e se relacionam com os turistas que visitam o local, o padrão de consumo de mercadorias deles – o volume de capital necessário para comprar as mercadorias que lhes são essenciais – é em geral bem menor do que o necessário para satisfazer as necessidades dos indivíduos acostumados com os níveis de consumo de mercadorias que implica o modo de vida urbano. Portanto, aqueles indivíduos permanecem ali, eles próprios tomando conta de seus negócios, sem empregar ninguém e vivendo da maneira que dá. Durante os períodos de pico de turistas, quando precisam, chamam alguns parentes para ajudá-los com determinados serviços, sobretudo de cozinha; aproveitam estes períodos para se monetarizarem para o restante do ano.

Já os proprietários de pousadas que não vivem em Milho Verde, em geral, não têm condições de manter suas pousadas funcionando durante o ano inteiro, e nem vivem só com as rendas conseguidas com suas pousadas. Muitas vezes eles têm outras atividades econômicas nas cidades onde vivem e mantêm as pousadas como negócios alternativos. Estes são alguns dos motivos que justificam o fato, de que algumas destas pousadas foram postas à venda. Porém, enquanto não são vendidas, ainda funcionam

nos feriados de ano novo, carnaval, semana santa e no encerramento do festival cultural de Milho Verde.

Foto 8: Pousada à venda no povoado de Milho Verde. (RIBEIRO, M C. 2009)

Nestas datas em que se tem grande fluxo de turistas no povoado, as pessoas dali mudam suas rotinas de trabalho para tentar ganhar algum dinheiro com os turistas. As crianças são enviadas para as ruas, os campings e cachoeiras em torno do povoado, oferecendo pastéis, e hortaliças para os turistas. Alguns adultos vão para as trilhas de acesso e para as cachoeiras, com grandes isopores, vender bebidas, como refrigerante, água e cerveja. Outros atuam como *corretores* de imóveis, intermediando o diálogo do turista com o morador local que deseja alugar sua casa. Muitas famílias, que não têm casas para alugar para os turistas, colocam as casas onde vivem à disposição dos turistas, durante tais feriados, e vão para a casa de parentes. Cada um faz o que pode

para conseguir um pouco de dinheiro nestes períodos. Imediatamente depois que terminam os feriados, todos estes indivíduos voltam à suas atividades rotineiras.

Resta ainda comentarmos sobre aqueles indivíduos de fora do povoado, que ali vivem, e investiram seus capitais em bares e restaurantes. Obviamente as condições de cada empreendimento são diferentes entre si. Além dos problemas econômicos decorridos da sazonalidade dos fluxos turísticos pelo povoado, estes empreendedores têm enfrentado outras dificuldades para manter seus negócios funcionando. Um destes problemas é a desavença criada com os moradores locais, por diversos motivos; os problemas vão desde a altura da música que tocam, até o fato de atraírem maior quantidade de clientes do que os comércios das pessoas locais. Estas desavenças, muitas vezes, terminam com denúncias às Polícias Militar e Civil que nestes momentos mostra a força do aparato repressivo militar no interior de Minas Gerais.

Capítulo 4- Ações e Políticas Públicas Para a Porção Meridional da Serra do Espinhaço

No presente capítulo apresentaremos e discutiremos algumas ações governamentais referentes às atividades turísticas voltadas, sobretudo, para a porção meridional da Serra do Espinhaço; também, analisaremos determinadas políticas e projetos públicos de infraestrutura para a mesma, que consideramos ter relação com as propostas voltadas para a manutenção e ampliação do turismo. As políticas e ações do poder público discutidas aqui se referem basicamente à instância estadual, e, eventualmente, à federal. As informações e os dados que apresentaremos foram retirados da publicação oficial do diário do Estado de Minas Gerais, que é homônima ao mesmo. Tais informações foram coletadas na Imprensa Oficial de Minas Gerais, em Belo Horizonte, onde os exemplares publicados ficam disponíveis para consulta. Para este estudo selecionamos as matérias, artigos e decretos publicados no periódico entre janeiro de 2008 e julho de 2009. Todas as publicações deste período foram cuidadosamente analisadas e o material referente ao nosso estudo foi selecionado para aprofundarmos em nossa discussão. Fizemos a escolha de estudarmos tais publicações porque trata-se do discurso oficial do governo do Estado de MG e não de publicações de terceiros a respeito destes temas; é um meio de reduzir o risco de basearmo-nos em dados falsos, ou que não condizem com a realidade que pretendem apresentar. Desta forma, nos apoiaremos nas informações fornecidas pelo próprio poder público para analisarmos o processo de reprodução crítica do capital administrado e gerido localmente pelo governo do estado. A definição do período sobre o qual as informações foram coletadas foi feita de forma aleatória. As pesquisas na Imprensa Oficial foram realizadas em julho de 2009, por isto, estas foram as últimas edições consultadas. A

partir desta última edição que tínhamos acesso pesquisamos as publicações anteriores até chegarmos a janeiro de 2008, momento em que consideramos que já tínhamos dados suficientes para analisarmos e que pudessem compor o corpo deste capítulo.

A análise que faremos quanto às políticas públicas do governo estadual, refere-se ao governo comandado pelo PSDB (Partido Social Democrata do Brasil), chefiado pelo então governador e atualmente Senador Aécio Neves, e seu vice e sucessor no governo do estado Sr. Antônio Anastasia, que assumiu o governo do estado no ano de 2003, foi reeleito em 2007 e venceu novamente em 2011. Sendo que, nesta última eleição, o governador Aécio Neves afastou-se para concorrer ao senado federal e o seu vice assumiu e o sucedeu no cargo de governador do Estado. Nas últimas eleições (2013) Antônio Anastasia concorreu e venceu para o cargo de senador da república pelo estado de Minas Gerais e o PT (Partido dos Trabalhadores) venceu as eleições para o governo do estado com Fernando Pimentel. Durante os mandatos sucessivos do PSDB mudou-se muito pouco a estrutura do governo estadual, assim como também as políticas públicas levadas a cabo. Tal fato se deu pela sucessão de governos do mesmo partido e, no caso da gestão 2003-06 e 2007-11, pelo mesmo governador, que deixou o seu vice em seu lugar para o mandato de 2011-14. Hoje, o governo atual, que faz oposição ao anterior, denuncia a má gestão da máquina pública e do dinheiro público feitos pela gestão do PSDB.

Um dado marcante da gestão do PSDB frente ao governo estadual de Minas Gerais é o aumento progressivo das relações do governo com os órgãos financiadores internacionais, sobretudo com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e com o BIRD (Banco Mundial). O então governador Aécio Neves afirmou que este aumento de financiamentos, obtidos pelo governo estadual junto aos referidos bancos,

tornou-se possível graças à proposta de gestão pública implementada pelo governo com o que ele chamou de choque de gestão. Nas palavras do governador:

> *Nós estamos mostrando que quando se tem métodos, se introduz mecanismos de avaliação e de controle no setor público como os que existem no setor privado os resultados vêm.* (...). *A combinação de controle dos gastos públicos e a gestão de qualidade criou esse binômio que hoje se transformou em interesse para o Brasil, e certamente para o Banco Mundial, fazendo com que ele nos empreste cerca de US$1 bilhão, maior financiamento do gênero em todo o mundo, sem qualquer contrapartida financeira* (MINAS espera R$500 mi no 1º semestre, 2008, p.3).

Como veremos ao longo deste capítulo, um número considerável dos projetos e programas do Governo estadual está vinculado a empréstimos e financiamentos internacionais. Se foi o modelo de gestão do estado que propiciou o aumento dos financiamentos ou se não foi nós não temos elementos para afirmar. O fato é que este aumento realmente aconteceu durante tal governo e, também, em um momento de crise de reprodução do valor por parte do capital mundial; um período no qual os investimentos produtivos, realizados no chão de fábrica, se tornam mais escassos e pouco lucrativos, logo os capitais internacionais buscam novas maneiras de se reproduzir sem passar pelos processos de produção. A maneira encontrada para isto foi emprestar este capital e cobrar juros por tais empréstimos. Foi o modo que os representantes do Banco Mundial encontraram para circular e valorizar seus capitais ociosos no momento em que a própria valorização do valor está impossibilitada por seus termos lógicos. Uma coisa é a propaganda do Governo do Estado de Minas Gerais quanto às maravilhas obtidas a partir do chamado choque de gestão empreendido pela administração do PSDB, outra coisa é a coincidência deste fato com o aumento do capital ocioso nas mãos dos bancos, a crise de valorização do valor e a necessidade de

circular este capital via empréstimos para os países e estados capazes e dispostos a contrair novas dívidas.

Com tais operações financeiras, o estado consegue os recursos que serão transferidos para as empresas privadas e para as grandes empreiteiras e prestadoras de serviços, movimentando-lhes seus capitais e permitindo-lhes, momentaneamente, seus movimentos e suas circulações e realizações. O problema que colocamos e que surgirá em um futuro próximo, ou em longo prazo, é que quando estes empréstimos tiverem que ser pagos pode ser que não se tenha mais crédito para contrair-se novas quantias capazes de arcar com tais pagamentos. Pode acontecer de o estado não conseguir quitar tais dívidas ou que apenas não consiga mais financiamentos capazes de movimentar os capitais privados dentro de seu território, como vem fazendo. O financiamento estatal da economia em crise, por meio de empréstimos internacionais, também tem o seu limite; enquanto isto ainda é possível, enquanto este limite ainda não está posto, o estado junto com as empresas levam a cabo a produção crítica do espaço, em Minas Gerais, determinada pela necessidade de reprodução capital que se faz de forma fictícia, isto é, sem produção de mais valia.

Antes de tratarmos da questão do turismo propriamente dito, na Porção Meridional da Serra do Espinhaço, apresentaremos as ações do Governo do Estado em relação aos projetos da Linha Verde e da Cidade Administrativa, no eixo norte da capital mineira, Belo Horizonte. Julgamos que estes projetos na capital têm uma relação com a expansão das atividades turísticas na Serra do Espinhaço, sobretudo, na Serra do Cipó. Tal relação se dá, pois estes projetos estão localizados nas e vinculados às avenidas e rodovias que dão acesso à Serra do Espinhaço e têm provocado uma nova fase de especulação imobiliária na região norte de Belo Horizonte.

O Projeto Linha Verde, do governo do Estado de Minas Gerais, tem o objetivo de ligar o centro de Belo Horizonte ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves, localizado no município de Confins, ao norte da capital mineira (OBRAS da Linha Verde avançam na capital, 2008, p. 3). O Projeto Linha Verde envolve várias obras entre o aeroporto e o centro, entre elas o alargamento, o recapeamento e a eliminação de certos cruzamentos das avenidas Presidente Antônio Carlos e Cristiano Machado que ligam o centro de Belo Horizonte ao norte da cidade, onde foi construído a nova Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, localizado à beira da rodovia MG-10 que dá acesso ao aeroporto e à Serra do Cipó. De acordo com as publicações do diário do estado, só para o recapeamento da av. Cristiano Machado, de um extremo ao outro da mesma, foram gastos pelo governo do estado cerca de R$ 9,87 milhões. Existe todo um discurso desenvolvimentista por parte do estado, em torno destas obras, afirmando que as mesmas irão propiciar uma série de melhorias para a região norte de Belo Horizonte. Nos próprios termos da imprensa oficial do estado, a Linha Verde "beneficia diretamente mais de quase 100 bairros e em mais de 15 municípios. A nova via está criando empregos, atraindo investimentos para o vetor norte, movimentando o comércio e facilitando o deslocamento de trabalhadores com rapidez e segurança" (CRISTIANO Machado recebe recapeamento, 2008, p. 17). Apenas o projeto de paisagismo da Linha Verde, licitado pelo DER-MG, e vencido pela Construtora Cowan, foi orçado em R$ 5 milhões, para 22 quilômetros (PAISAGISMO embeleza a Linha Verde, 2008, p.6). Ainda de acordo com o periódico, apenas para a av. Presidente Antônio Carlos, no pequeno trecho entre o bairro Cachoeirinha e o complexo de viadutos da Lagoinha, foi orçado em R$ 250 milhões, sendo que destes, R$ 190 milhões serão investidos pelo governo do estado. Trata-se da última etapa de alargamento desta avenida, concluindo a facilitação do acesso do centro de BH ao Aeroporto Internacional Tancredo Neves

(LINHA Verde facilita acesso ao complexo, 2009, p. 5). A Linha Verde contará também com um esquema especial de reboque para veículos em pane ou acidentados, além da retirada de possíveis animais da pista, durante as 24 horas dos dias. A prestação de tais serviços caberá a empresa vencedora do processo licitatório aberto pelo DER-MG em 2008; "todos os serviços de assistência aos usuários terão um valor orçado pelo DER/MG, para efeito da licitação em R$2.399.799,37. A vigência do contrato é de um ano, podendo ser prorrogado" (LINHA Verde terá serviços especiais, 2008, p. 6).

Como vimos a Linha Verde também está vinculada ao processo de transferência da estrutura administrativa do governo do Estado de Minas Gerais da região central para a região Norte da capital, Belo Horizonte, no bairro Serra Verde, à margem de um trecho da rodovia MG-10 considerado como pertencente à Linha Verde; a estrutura construída para abrigar todo o aparato estatal foi chamada inicialmente de Centro Administrativo e, posteriormente, um foi realizado um projeto de lei para mudar seu nome para Cidade Administrativa. A previsão, por parte do governo, quanto ao volume de investimentos feitos na Cidade Administrativa, para o período compreendido entre os anos de 2007 e 2010, foi de aproximadamente R$ 948,5 milhões. A obra já está concluída e foi coordenada pela Codemig (Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais). O complexo da Cidade Administrativa é formado por três prédios, onde passaram a funcionar as dezoito secretarias estaduais, assim como a estrutura do governo do estado (NYEMEYER visita Centro Administrativo, 2008, p.3). O projeto arquitetônico é de Oscar Nyemeyer e a sua execução foi feita por três consócios de empreiteiras em três lotes distintos (OBRAS da Cidade Administrativa avançam, 2009, p.3).

O discurso do governo do estado quanto à construção da Cidade Administrativa é claramente desenvolvimentista, marcado pela ideia de que, com os investimentos e

obras realizados ali, toda a região do seu entorno sairá da pobreza que é marcante na região Norte de Belo Horizonte. De acordo com o *Minas Gerais*:

> *A cidade Administrativa é uma ação indutora do desenvolvimento do Norte da Capital mineira e da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). O governador observou que, com essa ação, uma forte transformação já está acontecendo em toda a área vizinha à obra, com o desaparecimento do cenário pobre da região, marcado pela carência de serviços e pelo expressivo crescimento demográfico. "Não se trata apenas da construção de uma Cidade Administrativa, que vai trazer economia ao Estado e agilidade na prestação do serviço à população. Estamos definindo um novo vetor de desenvolvimento para a Capital do Estado, na direção norte, o que é mais adequado. (...)" destacou* (OBRAS da Cidade Administrativa avançam, 2009, p.3).

Para o então governador Aécio Neves, trata-se da definição de um novo vetor de desenvolvimento para Belo Horizonte; a demanda de reprodução fictícia do capital mundial em crise remunerando os diversos capitais envolvidos no processo de construção civil aparece como desenvolvimento regional, no Norte da capital mineira. Como é sabido, a região considerada mais "nobre", mais valorizada, mais "elitizada", de Belo Horizonte, é a região Centro Sul, mais próxima ao centro da capital e da Serra do Curral (que corresponde ao limite sul do município). A região Norte da capital, que avança sobre a depressão São Franciscana, é marcada por um maior número de bairros compostos por famílias de baixa renda e com maior concentração de favelas. Não estamos afirmando que as famílias pobres estão restritas a esta região, muito pelo contrário, se espalham por toda a cidade, inclusive na região Centro Sul. Porém, proporcionalmente a região Norte comporta um número maior de famílias de baixa renda mensal; exceção feita para alguns bairros, como, por exemplo, na porção da região da Pampulha que foi planejada para abrigar famílias ricas da capital mineira. Sendo assim, como a Cidade Administrativa foi construída no Norte da capital e a construção da mesma causou uma elevação dos preços dos terrenos e uma intensificação

da especulação imobiliária nesta região de Belo Horizonte e dos municípios que a circundam, o governo do Estado transforma estes dados em fatores positivos de desenvolvimento econômico regional. Como se a especulação imobiliária realizada ali fosse aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos que ali viviam. O que não é dito, é que as melhorias e os avanços técnicos e infra estruturais instalados, que aparecem como desenvolvimento da região Norte de BH, são referentes à região e não às pessoas que viviam ali até então. Esta aparente tautologia se explica pela própria citação do *Minas Gerais* acima, "desaparecimento do cenário pobre da região". O que se espera é que os pobres desapareçam da região, que eles saiam dali e deem lugar aos indivíduos que podem arcar com os novos custos de vida dali. A região muda, e, com ela, os indivíduos mudam-se também, dali para outras lonjuras. As melhorias numéricas, quanto às rendas familiares na região estão associadas, talvez, à mudança dos antigos moradores dali e à chegada dos novos, aqueles funcionários do poder executivo estadual que procuram se mudar para mais perto de seus trabalhos, saindo da região Centro Sul da capital mineira e indo para a região Norte da mesma; assim como para os municípios vizinhos como Santa Luzia, Vespasiano e Lagoa Santa, muitas vezes ocupando novos loteamentos e condomínios fechados. Este discurso de que tais obras do governo do estado formam ações indutoras do desenvolvimento da região norte da capital aparece repetidas vezes nas publicações de seu diário oficial, obviamente, tais publicações não se referem às famílias que ali viviam e tiveram suas casas demolidas e foram obrigadas a mudar seus locais de residência durante o processo de execução do Projeto Linha Verde e da Cidade Administrativa. Reduzir o empobrecimento da região expulsando os pobres dali é o modo encontrado pelo governo do estado, aliás, já muito difundido pelo mundo de acordo com os moldes parisienses, do século XIX, de

Haussmann e Napoleão III; não por acaso, a Linha Verde se inicia no novo *Boulevard* Arrudas, no centro de Belo Horizonte.

Outro fato que se relaciona com a atividade turística na Porção Meridional da Serra do Espinhaço, é o projeto do Governo do Estado de Minas Gerais que prevê a ligação por rodovias pavimentadas a todos os municípios do estado; tal projeto leva o nome de Proacesso (Programa de Pavimentação de Ligações e Acessos Rodoviários aos Municípios) e começou a ser efetivado no ano de 2007 sob a responsabilidade do DER-MG (Departamento Estadual de Estradas de Rodagem de Minas Gerais), com recursos do próprio estado e empréstimos e financiamentos internacionais. Consideramos que este projeto se relaciona com a questão do turismo na Serra do Espinhaço, pois boa parte dos municípios contemplados pelo projeto localiza-se ao norte de Belo Horizonte, nas regiões do estado que apresentam as menores taxas de PIB; entre elas se encontram os municípios que compõem a Porção Meridional da Serra do Espinhaço. Como veremos alguns trechos de rodovias da mesma foram contemplados pelo Proacesso durante o período de 2008 a julho de 2009, que corresponde aos exemplares consultados da imprensa oficial do Estado de Minas Gerais.

De acordo com o *Minas Gerais*, o Proacesso, quando terminado, atenderá 225 municípios do estado, para tal, seriam necessários, em 2008, cerca de R$ 2,8 bilhões. Em 2009 este montante subiu para R$ 3,4 bilhões ao longo da execução de todo o Programa (PROACESSO dá início a mais 12 estradas, 2009, p. 3). Tal soma é oriunda do Tesouro do Estado e de financiamentos obtidos junto à órgãos internacionais, como o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Japonês de Cooperação Internacional (JBIC) (PROACESSO chega a 96% dos municípios, 2008, p. 3). Deste total, ainda de acordo com a publicação, para o ano de 2008 estava previsto o gasto de R$ 800 milhões; entre os anos de 2003 a 2007, o

governo investiu cerca de R$ 840 milhões no Programa (PROACESSO conclui 80 novos trechos, 2008, p.3). Para o ano de 2009, a previsão dos investimentos estaduais para pavimentação e recuperação da malha viária foi de R$ 1,63 bilhão (MINAS mantém metas de investimentos, 2009, p.5); sendo que deste total, 14% ou R$230 milhões foram direcionados para os Vales dos Rios Doce, Jequitinhonha e Mucuri e para a região Norte do estado.

Dos aproximadamente R$ 1,4 bilhão investido no Proacesso até 2008, US$ 166 milhões foram emprestados pelo JBIC e US$ 100 milhões por parte do BID. Além destes empréstimos para o ano de 2009, o Governo de Minas Gerais tomou mais US$ 260 milhões do BID para ser investido também no Proacesso. Nas palavras do governador Aécio Neves:

> *O BID é um parceiro histórico de Minas Gerais e tem nos ajudado em investimentos muito importantes, especialmente no Proacesso, que vai ligar os municípios mineiros que não tinham ligação asfáltica antes do nosso governo. Na verdade, o que queremos é assegurar o financiamento ainda para 2010* (GOVERNADOR finaliza empréstimo do BID, 2009, p. 3).

Para a recuperação do concreto de parte da rodovia MG-10, no ano de 2009 foram investidos cerca de R$ 3,6 milhões por parte do Governo do estado via DER-MG (DER recupera concreto da rodovia MG-10, 2009, p. 5). A fala do governador deixa muito claro o que está movimentando todos os investimentos no estado e qual a origem do crescimento e desenvolvimento econômicos: os empréstimos e enormes somas de capitais, uma após a outra, uma maior que outra, constantemente. O que não é dito e não aparece nas contas do estado é como tais empréstimos serão pagos quando seus prazos de carência vencerem. O parceiro histórico ao qual o governador se refere não é nenhuma entidade filantrópica e não está disposto a perder seu capital investido no endividamento do estado de Minas Gerais. Logo, fica claro que desde o início o projeto

de desenvolvimento do estado é deficitário. Apenas no ano de 2008 os empréstimos foram maiores ainda, em torno de US$ 976 milhões só com o Bird (MINAS espera R$500 mi no 1º semestre, 2008, p.3).

Uma etapa comum aos processos de asfaltamento e pavimentação das rodovias do Estado de Minas Gerais incluídas no Proacesso é o processo de expropriação das terras que margeiam as rodovias, assim como de áreas escolhidas para funcionar como canteiros de obras, para abrigar as máquinas e os equipamentos e para a retirada de materiais de construção, como cascalho e areia. Sendo assim, ao longo dos últimos anos, desde o início deste projeto de pavimentação das estradas mineiras uma série de decretos de desapropriação de terrenos ao longo das rodovias foi emitida pelo governo do estado. Em relação à Porção Meridional da Serra do Espinhaço de MG, apenas no período entre janeiro de 2008 e julho de 2009 foram publicados pela imprensa oficial e assinados pelo governador do estado oito decretos de desapropriação de plenos direitos de terrenos e benfeitorias ao longo de rodovias estaduais e municipais. De acordo com os decretos, cabe ao DER levá-las a cabo, por meio da Advocacia Geral do Estado (AGE), para a execução das obras. Os trechos a serem desapropriados, de acordo com tais decretos são: rodovia MG-10, entre Conceição do Mato Dentro e o Córrego da Vacaria, em Santana do riacho (DECRETO de 25 de fevereiro de 2008, 2008, p. 2) e o trecho entre Conceição do Mato Dentro e Serro, passando pelo município de Alvorada de Minas (DECRETO de 27 de janeiro de 2009, 2009, p. 4); a rodovia MG-214, trecho entre Felício dos Santos e São Gonçalo do Rio Preto (DECRETO de 12 de junho de 2008, 2008, p. 2); rodovia LGM-752, trecho entre Materlândia e Rio Vermelho (DECRETO de 30 de junho de 2008, 2008, p.2); a rodovia municipal entre os municípios Alvorada de Minas e Serro (DECRETO de 5 de agosto de 2008, 2008, p. 2); rodovia municipal entre a sede municipal de São Gonçalo do Rio Preto e o Parque

Estadual do Rio Preto (DECRETO de 3 de novembro de 2008, 2008, p. 5); rodovia municipal entre a sede municipal do Serro e o distrito de Milho Verde (DECRETO de 2 de março de 2009, 2009, p.1) e rodovia MG-229, trecho entre Dom Joaquim e Conceição do Mato Dentro (DECRETO de 8 de maio de 2008, 2008, p. 7). Tais decretos de expropriação dão indícios da proporção dos investimentos e das obras públicas infra estruturais a serem executados por empreiteiras privadas por meios de licitações[21] públicas, ao longo do estado, mais detidamente, na porção Meridional da Serra do Espinhaço.

Porém, as obras infra estruturais por si só, embora movimentem bastante somas de capitais, não produzem o fluxo de turistas pelo interior do estado como gostariam e previam os membros do governo. Logo, simultaneamente aos processos de pavimentação, o poder público de Minas Gerais se lança em diversas tentativas de promoção e divulgação de Minas Gerais como destino turístico mundial, com atrativos únicos da cultura e do espaço mineiros. O discurso oficial do governo de Minas Gerais procura romantizar o interior do estado e, também a porção meridional da Serra do Espinhaço, como os locais de paz, de religiosidade, de história, de boa gastronomia, de contato com a natureza, etc. Existe um discurso fetichista, transformando tais qualidades em mercadorias em potenciais que devem ser consumidas pelos turistas (de preferência de fora do estado ou do Brasil). Nas palavras da então secretária de turismo de Minas Gerais, Érica Drumond:

> *Julho além de ser alta temporada, tem as férias escolares e o clima é um diferencial para Minas. O Estado cercado de montanhas, parques estaduais bem estruturados, cidades históricas, cultura, farta*

[21] Uma pesquisa que seria interessante e bastante perigosa seria a respeito dos vínculos pessoais e coincidências estranhas entre os representantes do poder público estadual e os empreiteiros frequentemente beneficiados pelos processos licitatórios públicos. Alguns fatos são bem elucidativos quanto ao teor de tais licitações e a qualidade dos serviços prestados, como o viaduto construído pela construtora Cowan que desabou na Av. Antônio Carlos em Belo Horizonte no ano de 2014, recém-inaugurado.

> *programação cultural e rica gastronomia, se torna um destino turístico ainda mais charmoso* (TEMPO de calor humano, 2009, p.8).

Parece que a intenção do governo do estado é tornar isto verdade a partir da excessiva repetição. Em relação à porção meridional da Serra do Espinhaço em uma matéria apresentando do Circuito Serra do Cipó, da Setur, o diário oficial do estado traz textos nos seguintes termos:

> *A natureza foi generosa com Minas Gerais, onde grutas cachoeiras, rios e montanhas formam o cenário ideal para a prática do turismo de aventura. (...). Famosa também por seus cursos d'água e cachoeiras, culinária típica mineira e seu artesanato, (...). A região possui também uma cultura folclórica e de tradição religiosa, herança dos negros e portugueses. (...). Acrescentando a toda essa beleza uma completa infraestrutura, um cafezinho servido direto do bule, um pão de queijo fresquinho e toda a hospitalidade mineira, esse circuito oferece incontáveis motivos para um final de semana ou repleto de aventura* (PARA viver a natureza. 2008, p.8).

Este discurso ao qual chamamos a atenção vai muito além de uma publicidade veiculada em um determinado canal de mídia. Existe um verdadeiro aparato estatal para a promoção e divulgação do estado fundado naquela visão romântica em questão. Em uma das muitas feiras de turismo nacionais e internacionais que a Secretaria de Estado de Turismo (Setur) participou a secretária afirmou:

> *Estamos em contato com um grande público profissional do setor, apresentando destinos e roteiros prontos para comercialização, além de convidarmos para uma viagem pela cultura, natureza, aventura, bem-estar, romance e ruralismo de Minas. (...). Mostramos na Abav que o turismo do Estado possui variados segmentos, com roteiros competitivos, prontos para o mercado. E, em todos eles, a cultura é um grande diferencial, com reconhecimento dentro e fora do país.* (TREM para trazer turistas, 2008, p.8).

Na ocasião a Setur participava com um estande na 36ª edição da Feira de Turismo das Américas (Abav). A extravagância da Setur é notável nas feiras de turismo em que

participa pelo mundo afora. Nesta em questão, o estande mineiro era uma réplica de uma locomotiva de trem ao modelo "Maria Fumaça". Aparentemente, boa parte do dinheiro destinado ao desenvolvimento do turismo no estado de Minas Gerais por parte da Setur é aplicado na divulgação internacional do mesmo nos fóruns de negócios turísticos europeus. Exemplo disso são as constantes participações da Setur em estandes na Feira Internacional de Turismo (Fitur) em Madri, na Espanha, (MINAS reforça posição internacional no turismo, 2008, p. 4), onde a secretária apresenta a mesma e repetitiva fala de sempre: "Apresentaremos no evento produtos que envolvem a natureza de Minas e nossos atrativos históricos e culturais (...)" (SETUR divulga Minas em feira na Espanha, 2009, p.4). A Setur também comparece com frequência na Bolsa de Turismo de Lisboa, em Portugal, país com o estabeleceu uma ponte aérea direta entre o estado de Minas Gerais e a Europa, com um voo BH-Lisboa ofertado pela Transportadora Aérea Portuguesa (PORTUGUESES vêm belezas de Minas, 2008, p.2), e no qual o governo de Minas capacitou força de trabalho dos operadores de turismo "em relação ao destino Minas Gerais" (TURISMO divulga atrações de Minas em Portugal, 2009, p. 6). Para finalizar as ações governamentais em torno da divulgação de Minas Gerais como destino turístico no mercado Português, a Setur convidou um grupo de jornalistas portugueses para conhecerem os destinos turísticos em Minas Gerais durante os dias 11 e 17 de fevereiro de 2008, com o intuito de divulgar nos centros de mídia portugueses imagens e matérias referentes ao estado. De acordo com a secretária essas atuações têm criado uma "rota" entre Minas e a Europa:

> *A implementação desta nova rota é uma grande possibilidade para o mercado turístico mineiro e para o desenvolvimento da atividade econômica em Minas Gerais. A visita desses jornalistas favorecerá a divulgação do destino Minas nos principais veículos de comunicação de Portugal* (AFINIDADE histórica, 2008, p. 8).

O problema que se coloca então é que, como dissemos no início desta dissertação, para existir uma demanda considerável de turistas internacionais, é necessário um capital sobrante nas mãos dos trabalhadores assalariados dos países ricos para que eles possam gastar com turismo, com luxos e extravagâncias. No período de crise de valorização do valor em que vivemos onde a produção de mais valia e a exploração do trabalho vivo se mostram cada vez mais impossibilitadas, os trabalhadores não possuem dinheiro para fazer turismo e viagens como gostaria a Setur. Apesar dos apelos diversos da Setur, os turistas portugueses não foram vistos por nossos entrevistados ao longo da porção meridional da Serra do Espinhaço. Nem o turista alemão nem o francês nem o Inglês, eles simplesmente não vieram. Tais turistas são encontrados em algumas áreas do Brasil, como Rio de Janeiro, algumas áreas do Nordeste, mas não o sertão de Minas Gerais. Por mais que se invista na divulgação do estado como destino turístico na Europa, na América e no Brasil, o turismo não existe como uma atividade econômica tão significativa na porção meridional da Serra do Espinhaço, mas sim com algumas dificuldades de reprodução dos capitais e de forma negativa. Por mais que o então governador Aécio Neves afirmasse em relação ao turismo no estado

> *Não há nenhuma outra atividade cujo resultado seja tão efetivo em relação ao gasto, ao investimento quanto no turismo. O investimento que se faz é muito pequeno para o retorno que se pode ter. Esse segmento já é uma das principais atividades econômicas de Minas. É uma das alternativas mais importantes, sobretudo em tempos de crise, quando estamos vendo as atividades industriais diminuindo seu ritmo. Temos no turismo, talvez a mais vigorosa indústria, a partir também da ação do Estado de qualificação de mão-de-obra, de recuperação, de estruturas dessas regiões de sua divulgação. (...)* (GOVERNADOR reafirma apoio ao turismo, 2009, p 3).

Embora o discurso oficial do governo seja esse, o governador sabe muito bem que a indústria do turismo em Minas Gerais é insignificante economicamente se

comparada ao agronegócio e principalmente à indústria, à mineração e à metalurgia. Minas Gerais continua sendo um estado produtor de minério e é esta atividade econômica que atrai as maiores somas de capitais para o estado, tornando os capitais relativos ao turismo no sertão do estado irrisórios. Enquanto a Setur precisa lidar com seus financiamentos e empréstimos da ordem de R$5,6 milhões com o BID, os dez municípios mineiros que mais exportaram no ano de 2007 juntos exportaram mais de US$10 bilhões, sendo que os principais produtos são o minério de ferro, ouro, automóveis, café, carne, madeira, milho e produtos metálicos (ITABIRA supera 15 estados em exportação, 2008, p. 5). Ao mesmo tempo, uma única empresa siderúrgica anuncia investimentos de R$9,1 bilhões em 4 anos em torno do quadrilátero ferrífero mineiro (USIMINAS investe R$9,1 bi em Minas, 2008, p. 5). De acordo com o diário oficial de Minas Gerais apenas entre os anos de 2003 e 2012, os empreendimentos da Usiminas no estado somavam R$164,3 bilhões de investimentos privados e públicos (NÚMEROS mostram força da economia mineira, 2008, p. 5). Ou seja, por mais que o governador fale da importância da indústria do turismo na economia mineira, na verdade ela é quase insignificante em relação a outros setores da economia. Além disso, a indústria do turismo não passa a ter um enorme potencial de exploração e de lucros apenas porque o discurso oficial do governo diz isto. Na prática, o que observamos nos povoados que estudamos é que o turismo é um ramo de exploração econômico extremamente incerto e, portanto, não confiável como única maneira de se sustentar uma família.

Conclusão

Como vimos, ao longo deste estudo, no período em que estamos vivendo, as contradições lógicas das categorias que formam o capital se desenvolveram de uma maneira tão crítica que, a formação de mais valia tornou-se impossibilitada, devido à proporção que assumiu o capital constante social, em relação ao capital variável social. Este período de crise do capital mundial é simultâneo aos processos de modernização e de transformação das relações sociais ao longo da porção meridional da Serra do Espinhaço.

Deste modo, o espaço é produzido de forma crítica ao longo deste trecho da serra, uma vez que as determinações que lhe impõem o movimento não são mais as da reprodução ampliada do valor, e consequentemente do capital, e sim, de seu movimento como capital fictício, que se reproduz na forma de crédito, como promessa de trabalho futuro. Porém, isto se dá em um período de não trabalho. O trabalho se põe ainda como determinação para a sociabilidade dos indivíduos modernos ao mesmo tempo em que é cada vez mais dispensado dos processos produtivos.

Neste momento, na porção meridional da Serra do Espinhaço, os indivíduos que ali vivem têm suas possibilidades de reprodução social redefinidas pelo processo de modernização crítica que aparece, em alguns povoados, como impulsionado pela chamada indústria do turismo. Porém, as possibilidades de intervenção social e espacial e de reprodução econômica dos empreendimentos turísticos além de determinadas, são também limitadas pela crise de reprodução do valor em que o capital mundial está inserido. Estas possibilidades são tão limitadas, que mesmo com a facilidade que existe em se adquirir terrenos e se construir, como as encontradas em Milho Verde, as grandes redes hoteleiras do mundo, os grandes hotéis, os grandes grupos da rede alimentícia não

estão presentes nestes povoados, nem nas cidades maiores, como Conceição do Mato Dentro, Serro e Diamantina. Além, disto, muitos dos investimentos feitos na serra, com o intuito de se captar renda por meio do turismo, são feitos sob a obtenção de empréstimos, sob trabalho futuro, e, muitas vezes não reproduzem os capitais investidos de modo que garanta o pagamento dos empréstimos mais os gastos de funcionamento.

Referências Bibliográficas

A CARTA Chinesa: A grande batalha ideológica que o Brasil não viu. Belo Horizonte; Terra Editoria Gráfica Ltda., 2003. 543 p.

AFINIDADE histórica. Minas Gerais. Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2008, Turismo, p. 8.

AMADO, Jorge. Tocaia Grande. 1. ed. Rio de Janeiro; MEDIAfashion, 2008, 555p.

BALEADO e queimado. Super Notícia. Belo Horizonte, domingo, 19 de agosto, ano 6, número 1929, 2007.

BAUDELAIRE, Charles Pierre. Petitis poèmes en prose; pequenos poemas em prosa. 2. ed. Florianópolis; Ed da UFSC, 1996, p. 252.

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro; Jorge Zahar, 1999. 141 p.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. 2. ed. São Paulo; Companhia das Letras, 2005, 434 p.

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 10. ed. São Paulo; Duas Cidades Ed. 34, 2003. 376p.

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul. 4. Ed. São Paulo, Rio de Janeiro; Editora Paz e Terra, 1997. 303 p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O consumo do espaço. In: _____. Novos caminhos da Geografia. São Paulo; Editora Contexto, 2001. p. 173-186.

_____. O turismo e a produção do espaço. In: Revista Geografia e Ensino, Belo Horizonte, ano 8, n.1, p. 47-56, jan./dez. 2002.

_____. O turismo e a produção do não-lugar. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri Carlos e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. p. 25-37.

CHIAVENATO, José Júlio. Violência no campo: o latifúndio e a reforma agrária. 2.ed. São Paulo; Editora Moderna, 1996 (coleção polêmica). 70 p.

CRISTIANO Machado recebe recapeamento. Minas Gerais. Belo Horizonte, quinta feira, 17 de julho de 2008, p.5.

DEBORD, Guy. A sociedade do Espetáculo. Tradução de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1997, 238 p.

DECRETO de 25 de fevereiro de 2008. Minas Gerais. Belo Horizonte, terça feira, 26 de fevereiro de 2008, Diário do Executivo, Legislativo e Publicações de Terceiros, p. 2.

DECRETO de 8 de maio de 2008. Minas Gerais. Belo Horizonte, sexta feira, 9 de maio de 2008, Diário do Executivo, Legislativo e Publicações de Terceiros, p. 7.

DECRETO de 12 de junho de 2008. Minas Gerais. Belo Horizonte, sexta feira, 13 de junho de 2008, Diário do Executivo, Legislativo e Publicações de Terceiros, p. 2.

DECRETO de 30 de junho de 2008. Minas Gerais. Belo Horizonte, terça feira, 1º de julho de 2008, Diário do Executivo, Legislativo e Publicações de Terceiros, p. 2.

DECRETO de 5 de agosto de 2008. Minas Gerais. Belo Horizonte, quarta feira, 6 de agosto de 2008, Diário do Executivo, Legislativo e Publicações de Terceiros, p. 2.

DECRETO de 3 de novembro de 2008. Minas Gerais. Belo Horizonte, terça feira, 7 de outubro de 2008, Diário do Legislativo, Executivo e Publicações de Terceiros, p. 5.

DECRETO de 27 de janeiro de 2009. Minas Gerais. Belo Horizonte, quarta feira, 28 de janeiro de 2009, Diário do Executivo, Legislativo e Publicações de Terceiros, p. 4.

DECRETO de 2 de março de 2009. Minas Gerais. Belo Horizonte, terça feira, 3 de março de 2009, Diário do Executivo, Legislativo e Publicações de Terceiros, p.1.

DER recupera concreto da rodovia MG-10. Minas Gerais. Belo Horizonte, quarta feira, 17 de junho de 2009, Geral, p. 5.

ENGELS, Friedrich. A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado. . In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas: em três tomos. Tomo III. Lisboa-Moscovo; Editorial Avante!-Edições Progresso, 1985a, p. 213-374.

ENGELS, Friedrich. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia alemã clássica. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas: em três tomos. Tomo III. Lisboa-Moscovo; Editorial Avante!-Edições Progresso, 1985b, p. 375-421.

ENGELS, Friedrich. A questão camponesa em França e na Alemanha. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas: em três tomos. Tomo III. Lisboa-Moscovo; Editorial Avante!-Edições Progresso, 1985c, p. 512-533.

ENGELS, Friedrich. Engels a Joseph Bloch. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas: em três tomos. Tomo III. Lisboa-Moscovo; Editorial Avante!-Edições Progresso, 1985d, p. 547-549.

ESCHEWEGE, Wilhelm Ludwing von. Jornal do Brasil 1811-1817 ou relatos diversos do Brasil, coletados durante expedições científicas por Wilhelm L. von Eschwege. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de estudos históricos e culturais, 2002, 405p.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Homens livres na ordem escravocrata. 4. ed. São Paulo; Fundação Editora da UNESP, 1997. 256p.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 18 ed. São Paulo; Companhia Editora Nacional, 1982. 248 p.

FURTADO, Júnia Ferreira. O Distrito dos Diamantes: uma terra de estrelas. In: GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. 42ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002. 307 p.

GONTIJO, Bernardo Machado. A ilusão do Ecoturismo na Serra do Cipó/MG: o caso de Lapinha. Tese de Doutorado. Brasília – DF; 2003, Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, 192 p.

GOVERNADOR finaliza empréstimo do BID. Minas Gerais. Belo Horizonte, terça feira, 16 de junho de 2009, Executivo, p. 3.

GOVERNADOR reafirma apoio ao turismo. Minas Gerais. Belo Horizonte, sábado, 4 de abril de 2009, Executivo, p. 3.

GUIMARÃES, Carlos Magno & REIS, Flávia Maria da Mata. Agricultura e Mineração no século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos. História de Minas Gerais*:* As minas setecentistas, 1. Belo Horizonte; Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 303-320.

HARVEY, David. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005, 251 p.

HEGEL. Introdução à História da Filosofia. 2. ed. Coimbra: Arménio Amado, Editor, Sucessor, 1961, 182 p.

ITABIRA supera 15 estados em exportação. Minas Gerais. Belo Horizonte, 16 de janeiro de 2008, Economia, p. 5.

JACQUES, Paola Berenstein. Apresentação. In: _____ (org.): Apologia da Deriva: Escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro; Casa da Palavra, 2003, p. 13-36.

KNAUER, Luiz Guilherme. O Supergrupo Espinhaço em Minas Gerais: considerações sobre sua estratigrafia e seu arranjo estrutural. In: Geonomos: Revista de Geociências. Volume XV, Número 1, julho de 2007. Editada pelo Centro de Pesquisa Manoel Teixeira da Costa IGC/UFMG.

KURZ, Robert. O colapso da modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Tradução de Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992, 244 p.

KURZ, Robert. Com todo vapor ao colapso. 1ª reimpressão. Juiz de Fora; Editora UFJF - Pazulin, 2004, p. 293.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início fevereiro de 2006. Ainda não disponibilizado.

LEFEBVRE, Henri. El Materialismo Dialéctico. Editorial la Pleyade. Buenos Aires: 1974, 187 p.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a. 192 p.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5ª ed. São Paulo; Centauro, 2008b. 144 p.

LENIN, V. I. Carlos Marx: breve esbozo biográfico con una exposición del marxismo. In: _____ . Obras Escogidas. Tomo I, Segunda Edición. Buenos Aires: Editorial Cartago; 1974a, p. 11-59.

LENIN, V. I. El Estado y la Revolución: la teoría del Estado y las tareas del proletariado en la revolución. In: _____. Obras Escogidas. Tomo IV, Segunda Edición. Buenos Aires: Editorial Cartago; 1974b, p. 309-424.

LÊNIN. Estado, ditadura do proletariado e poder soviético. Organização, tradução e apresentação Antônio Roberto Bertelli. Belo Horizonte; Oficina de livros, 1988. 375 p.

LINHA Verde facilita acesso ao complexo. Minas Gerais. Belo Horizonte, terça feira, 3 de fevereiro de 2009, Executivo, p. 5.

LINHA Verde terá serviços especiais. Minas Gerais. Belo Horizonte, sábado 26 de julho de 2008, Geral, p. 6.

LOPES, Cristiana Gomes Ferreira. A dinâmica sócio-espacial do povoado da Lapinha: uma análise espaço temporal. Belo Horizonte. 2006. Monografia de conclusão da graduação em Turismo. Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências.

LUXEMBURGO, Rosa. Reforma ou Revolução? Tradução de Livio Xavier. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003, 134 p.

MARTINS, José de Souza. A militarização da questão agrária no Brasil: (Terra e poder: o problema da terra). Petrópolis; Editora Vozes Ltda., 1984. 136 p.

MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária do Brasil. São Paulo; Livraria Pioneira Editora, 1975. 161 p.

MARTINS, José de Souza. Expropriação e Violência: a questão política no campo. 3.ed. São Paulo; Editora Hucitec, 1991, 182p.

MARTINS, José de Souza. Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. 2. ed. Petrópolis; Editora Vozes, 1988, 103 p.

MARTINS, José de Souza. O cativeiro da terra. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 157 p.

MARTINS, Sérgio. Crítica à economia política do Espaço. In: DAMIANE, A. L.; CARLOS, A. F. A. & SEABRA; O. C. de L. O espaço no fim de século: a nova raridade. São Paulo; Editora Contexto, 1999, p. 13-41.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. Cadernos I e II. São Paulo; Boitempo Editorial, 2004, p.23-98.

MARX, Karl. Terceiro Manuscrito. In: _____. Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. 5. ed. São Paulo; Nova Cultural, 1991a. Coleção Os Pensadores; vol. 12. p. 159-208.

MARX, Karl. Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon. São Paulo; Ed. Centauro, 2001, 194 p. (1. ed. de 1847).

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. Vols. 1 e 2. 14. ed. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil S. A. 1994. 933 p.

MARX, Karl. O Capital: o processo de circulação do capital. Livro Segundo. São Paulo; Nova Cultural, 1988a. 365p.

MARX, Karl. O Capital: O processo global da produção capitalista. Livro Terceiro Tomo 1. São Paulo; Nova Cultural, 1988b. 335 p.

MARX, Karl. O Capital: O processo global de produção capitalista. Livro Terceiro Tomo 2. São Paulo; Abril Cultural, 1983. 338p.

MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. In: _____. Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. 5. ed. São Paulo; Nova Cultural, 1991b. Coleção Os Pensadores; vol. 12. P. 1-157.

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras* Escolhidas. 2.ed. Vol. 1. Rio de Janeiro, Editorial Vitória Limitada. 1961b, p. 333-378.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: _____. Obras Escolhidas. 2.ed. Vol. 1. Rio de Janeiro, Editorial Vitória Limitada. 1961a, p. 13-47.

MINAS espera R$500 mi no 1º semestre. Minas Gerais, Belo Horizonte, quinta feira, 17 de abril de 2008; p.3.

MINAS mantém metas de investimento. Minas Gerais, Belo Horizonte, quinta feira, 8 de janeiro de 2009, Executivo, p. 5.

MINAS reforça posição no turismo internacional. Minas Gerais, Belo Horizonte, quinta feira 31 de janeiro de 2008, Geral, p. 4.

MORAES, Fernanda Borges de. De arraiais, vilas e caminhos: a rede urbana das Minas coloniais. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos. História de Minas Gerais*:* As minas setecentistas, 1. Belo Horizonte; Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 55-85.

NIEMEYER visita Centro Administrativo. Minas Gerais, Belo Horizonte, quarta feira 24 de setembro de 2008, Executivo, p. 3.

OBRAS da Linha Verde avançam na capital. Minas Gerais, Belo Horizonte, sábado, 23 de agosto de 2008, Executivo, p. 3.

OBRAS na Cidade Administrativas avançam. Minas Gerais. Belo Horizonte, quinta feira, 5 de março de 2009, Executivo, p. 3.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista,Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo; Labur Edições, 2007, 184p. Disponibilizado em http://www.fflch.usp.br/dg/gesp.

PAISAGISMO embeleza a Linha Verde. Minas Gerais. Belo Horizonte, quarta feira, 23 de abril de 2008, Geral, p.6.

PARA viver a natureza. Minas Gerais. Belo Horizonte, quarta feira, 9 de janeiro de 2008, Turismo, p. 8.

PAULA, João Antônio de. A mineração de ouro em Minas Gerais do século XVIII. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de & VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais:* As minas setecentistas, 1. Belo Horizonte; Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 280-301.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO RIACHO. Disponível em www.serradocipo.org.br/projetos_soci_planodiretorsriacho.htm. Acessado em 18 de outubro de 2007 às vinte e duas horas.

PORTUGUESES vêm belezas de Minas. Minas Gerais. Belo Horizonte, 15 de janeiro de 2008, Turismo, p. 2.

PRADO JR. Caio. História Econômica do Brasil. 12ª ed. São Paulo; Editora Brasiliense, 1970, 356 p.

PRADO JR., Caio. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo; Editora Brasiliense, 1979, 192 p.

PROACESSO chega a 96% dos municípios. Minas Gerais. Belo Horizonte, terça feira, 3 de junho de 2008, Transportes e Obras, p. 3.

PROACESSO conclui 80 novos trechos. Minas Gerais. Belo Horizonte, sábado, 9 de fevereiro de 2008, Obras, p. 3.

PROACESSO dá início a mais 12 estradas. Minas Gerais. Belo Horizonte, sexta-feira, 6 de março de 2009, Executivo, p.3.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Gerais. In: RESENDE, Maria E. L. de. & VILLALTA, Luiz Carlos (org.). História de

Minas Gerais: As minas setecentistas 1. Belo Horizonte; Autêntica, Companhia Tempo, 2007. p. 25-53.

RIBEIRO, Mateus Cotta. A produção do espaço na Lapinha da Serra. Belo Horizonte, 2007. Monografia de conclusão de curso em Geografia modalidade Licenciatura IGC-UFMG.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri Carlos e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura. São Paulo; Editora Hucitec, 1996. p. 55-62.

ROSA, João Guimarães. Noites do Sertão. Rio de Janeiro; Editora Nova Fronteira, 1988, 258 p.

ROSA, João Guimarães. Grande Sertão: veredas. Rio de Janeiro; Editora Nova Fronteira, 2006, 608 p.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem Pelo Distrito dos Diamantes e do Litoral do Brasil. Belo Horizonte; Editora Itatiaia, 2004, 234 p.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais. Em dois tomos. Tomo 1º. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre. Companhia Editora Nacional. 1938, 379 p.

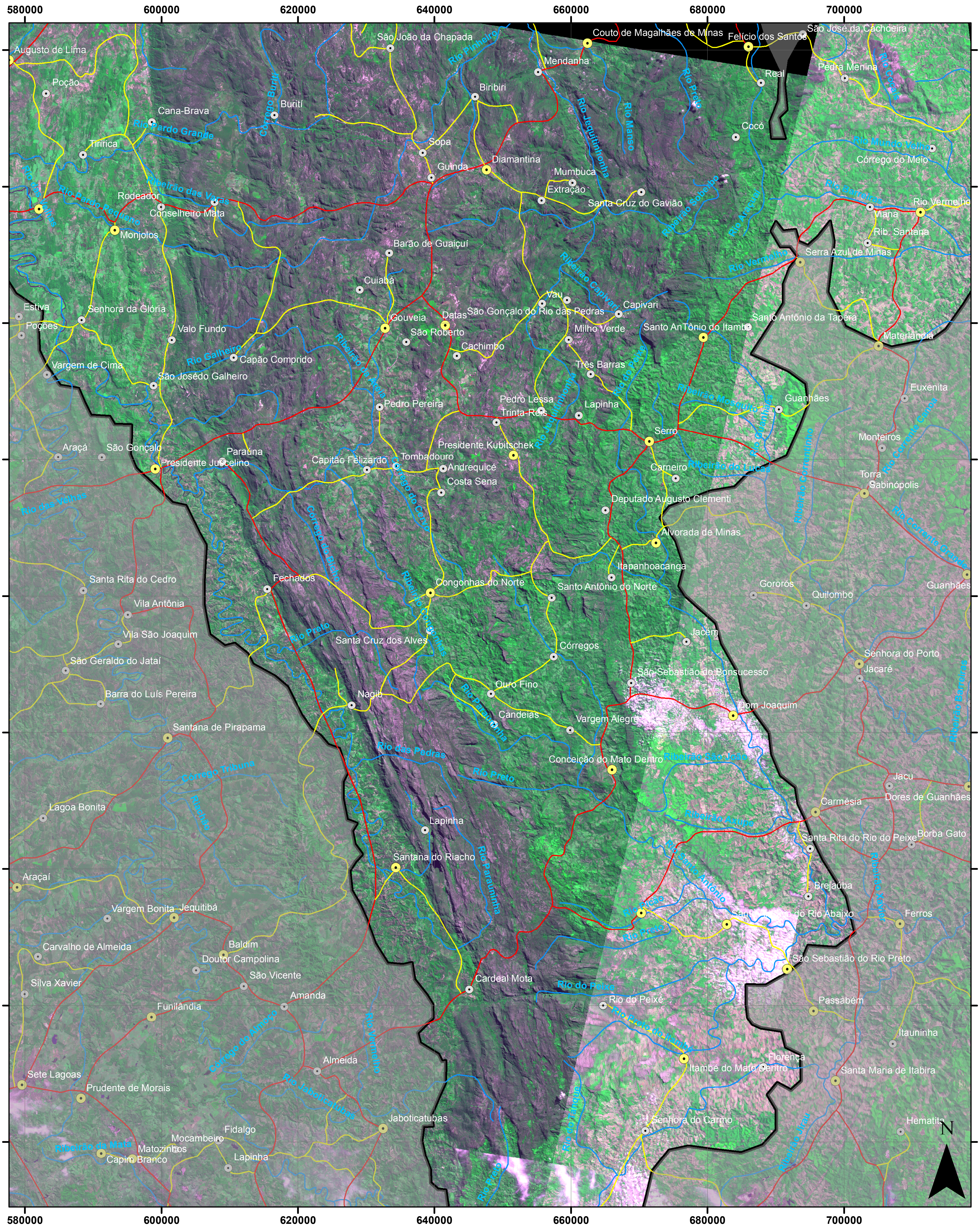
SETUR divulga Minas em feira na Espanha. Minas Gerais. Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2009, Geral, p. 4.

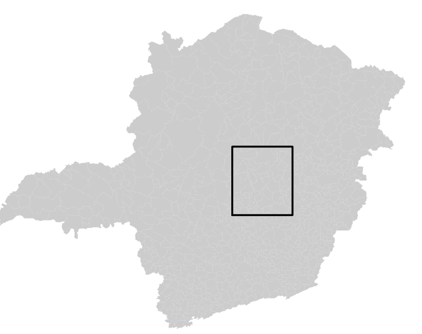
SHAKESPEARE, William. Romeu e Julieta. Porto Alegre; L&PM, 2007, 168 p.

TEMPO de calor humano. Minas Gerais. Belo Horizonte, terça-feira, 23 de junho de 2009, Turismo, p. 8.

TREM para trazer turistas. Minas Gerais. Belo Horizonte, quarta-feira, 22 de outubro de 2008, Turismo, p.8.

TURISMO divulga atrações de Minas em Portugal. Minas Gerais. Belo Horizonte, quarta feira, 21 de janeiro de 2009, Geral, p. 6.



LEGENDA	DADOS TÉCNICOS	INSERÇÃO REGIONAL	
Sede Municipal Povoado Hidrografia Rodovias Estrada secundárias Reserva da Biosfera Serra do Espinhaço	0 2,5 5 10 15 20 25 30 35 Km UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR DATUM SAD 69 Base cartografica: Sedes municipais, povoados, hidrografia e rodovia fornecido pelo DNPM Imagem LANDSAT 2010 1:500.000		**PORÇÃO MERIDIONAL DA SERRA DO ESPINHAÇO - MG** Data da emissão:03/10/2011 Executado por André Gonçalves